Qualificação da Entidade									
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO	ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA							
Nome Fantasia	MAIS FM			CNPJ	46.237.564/0001-43				
Endereço da sede:	Avenida C, Qd	l. 24, nº 1	5	•					
Município:	Formosa UF: GO CEP:				73808-325				
Nome do Representante Legal José Antônio Neves Cavalheiro									
Endereço eletrônico (email)	joseantonione	v@hotmai	l.com						
Endereço de correspondência	Avenida B, Qd	. 23, Lt 04	., nº s/nº						
Município:	Formosa	UF:	GO	CEP:	73808-435				
LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INST	ALAÇÃO DO SI	STEMA II	RRADIAN	ITE					
Endereço de correspondência	Avenida C, Qd	l. 24,, nº 1	5						
Município:	Formosa	UF:	GO	CEP:	73808-325				
Coordenadas do Sistema Irradiante	Latitude: GGº MM" SS' (N/S)				15º 32' 57" S				
(Padrão GPS-WGS-84)	Longitude: G	047º 18' 09" W							

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 30/2022, publicado no Diário Oficial da União de , relativo à outorga para execução do SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA no Município e UF acima descritos. Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

- I a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7°, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive



comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1°, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	JOSE ANTONIO NEVES CAVALHEIRO						
Cargo:	Presidente		Título de eleitor:	0627 3653 1015			
RG:	5627910	Órgão Emissor:	SSP-GO	CPF:	041.025.441-00		
Endereço	Avenida B, C	Qd. 23, Lt 04, nº S/nº					
Município:	Formosa	UF:	GO	CEP:	73808-435		
Assinatura:	José Interio in Correllieux						

Nome do dirigente:	Marcos Vinicius de Paula Ornelas							
Cargo:	Secretario	Secretario Título de eleitor: 0643 5982 104						
RG:	6223835	Órgão Emissor:	SSP-GO	CPF:	059.857.841-26			
Endereço	Rua Passag	em 2, nº 40						
Município:	Formosa	UF:	GO	CEP:	73807-750			
Assinatura:	Whow de P. Sinfer							

Nome do dirigente:	Flavio Rodr	Flavio Rodrigues da Cruz							
Cargo:	Tesoureiro		Título de eleitor:	<b>Título de eleitor:</b> 0453 8464 1090					
RG:	2242564	Órgão Emissor:	SSP-DF	CPF:	972.211.201-53				
)O	Rua H, nº 0	1	·	•	•				

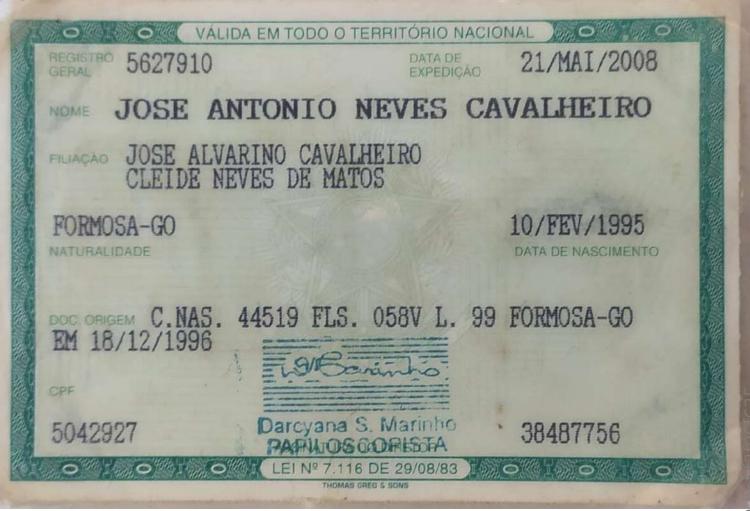
Município: UF: 73814-555 Formosa GO CEP: Assinatura:





utenticado eletronicamente, após conferência com

nttps://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635



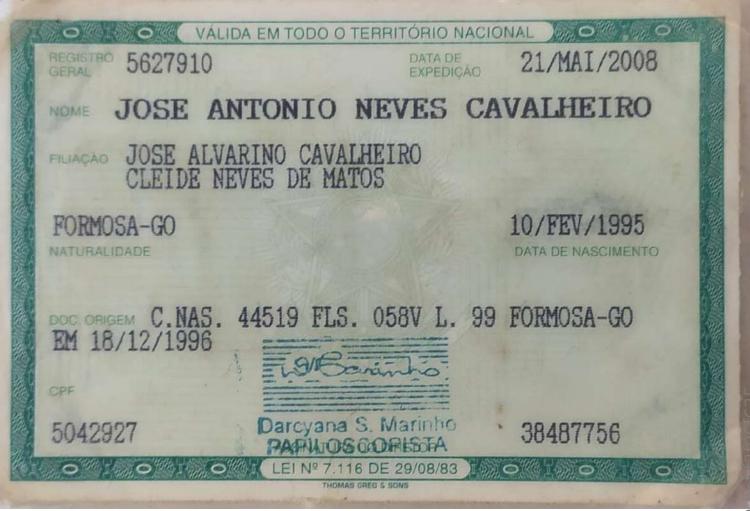




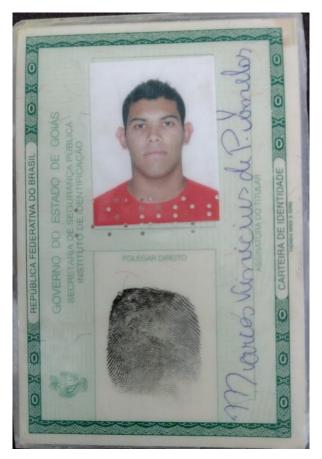


utenticado eletronicamente, após conferência com

nttps://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

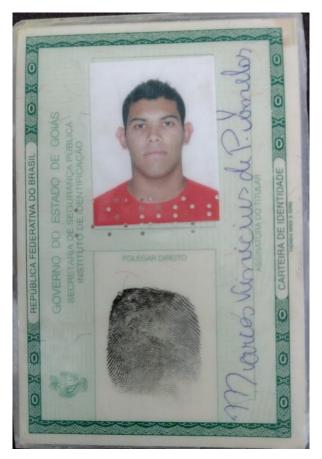




























ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL.
ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Aos trinta (30) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 19h00min (dezenove horas) em primeira chamada, na Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde, Formosa - GO, CEP: 73808-325, reuniram os abaixo assinados que assinam a lista de presença: José Antônio Neves Cavalheiro, Brasileiro, Solteiro, Empresário, inscrito no CPF nº 041.025.441-00, RG nº 5627910 SSP-GO, Residente na Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde, Formosa -GO, CEP 73808-435; Marcos Vinicius de Paula Ornelas, Brasileiro, Solteiro, Empresário, inscrito no CPF nº 059.857.841-26, RG nº 6223835 SSP-GO, Residente na Rua Passagem 02 nº 40 Jardim Califórnia, formosa GO, CEP 7380-7750; Flávio Rodrigues da Cruz, Brasileiro, Solteiro, Empresário, Inscrito no CPF nº 972.211.201-53 e RG nº 2242564 SSP-DF, residente na Rua H nº 01, Vilage, Formosa - GO. CEP: 73814-555; Raiane Fonseca Dourado, Brasileira, Solteiro, Secretaria, inscrita no CPF nº 037.237.241-40 e RG nº 5903722 SSP-GO, residente no Condomínio Residencial Travessa Nagib Simão, Quadra H, Lote 06, nº780, Setor Nordeste, formosa - GO, CEP: 73807-285; Caroline Rauber Serrano, Brasileira, Divorciada, Comerciante, inscrita no CPF nº 899.701.441-20 e RG nº4195876 DGPC-GO, residente na Rua E, № 17, Vilage, Formosa - GO, CEP: 73814-540; Francisco Alves dos Santos, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, inscrito no CPF nº 027.935.561-06 e RG nº 4728963 DGPC - GO, residente na Margem da Lagoa Feia - Bar e Restaurante Pedalinho, s/nº, Formosa- GO, CEP: 73.8000-000; Gustavo Rodrigues de Matos, Brasileiro, Casado, Militar, inscrito no CPF nº 059.273.391-23 e RG nº 6223630 SSP-GO, Residente na Via 1. CH 8,9,10, Lote 47 s/nº, Setor Sul, Formosa - GO, CEP: 73802-471, e, Anilton Guirra Camargo, Brasileiro, Casado, Radialista, inscrito no CPF nº 654.964.856-49 e RG nº 1.093.735 SSP-DF, residente na Rua 13 nº40 Setor Nordeste, Formosa – GO, CEP: 73807-260, com o firme propósito de fundar uma associação de direito privado, sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário.

O Sr. ANILTON GUIRRA CAMARGO abriu a reunião e foi aclamado para presidir a Assembleia, a qual aceitou prontamente, e posteriormente convidou o Sra. RAIANE FONSECA DOURADO para secretariar a presente reunião, e a mesma aceitou prontamente. Em seguida, o Sr. ANILTON GUIRRA CAMARGO propôs chamar a entidade de ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA com sede e foro na Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde, Formosa - GO, CEP: 73808-325, colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Os presentes discutiram os objetivos sociais da entidade e escolheram como o principal objetivo a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Logo, leram e discutiram a proposta de um Estatuto Social para a Associação.

Com um texto final, o Estatuto Social foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, o qual segue anexo a esta ata. Após aprovado o Estatuto, os presentes formaram a seguinte chapa para eleger a primeira diretoria para o período de 2022/2026, a saber: **Presidente: Jose Antônio Neves Cavalheiro**, Solteiro, Brasileiro, Empresário, inscrito no CPF nº 041.025.441-00, RG nº 5627910 SSP-GO, Residente na Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde, Formosa –GO, CEP 73808-435; **Secretário: Marcos Vinicius de Paula Ornelas**, Solteiro, Brasileiro, Empresário, inscrito no CPF nº 059.857.841-26, RG nº 6223835 SSP-GO, Residente na Rua Passagem 02 nº 40 Jardim Califórnia, formosa GO, CEP 7380-7750; **Tesoureira: Flavio Rodrigues da Cruz**, Solteiro, Brasileiro, Empresário, Inscrito no CPF nº 972.211.201-53 e RG nº 2242564 SSP-DF, residente na Rua H nº 01, Vilage, Formosa - GO. CEP, os membros presentes colocaram a chapa em votação e elegeram-na por unanimidade. A chapa tomou posse imediatamente, e assim, deu-se início ao seu mandato de 30/03/2022 a 30/03/2026.

Todos os demais presentes passam a constituir o quadro de associados da entidade, sendo associados fundadores. Passando a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, O presidente da Assembleia ANILTON GUIRRA CAMARGO



un les D

Paroline Raul

A

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIA ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.



agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente assembleia geral, determinando a mim RAIANE FONSECA DOURADO, que servi como secretária da Assembleia, que lavrasse a presente ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente ATA segue assinada por mim, secretária, e pelo Presidente. Todos os demais presentes, inclusive os membros da diretoria assinam na lista de presença que segue anexa a esta ATA, como sinal de sua aprovação.

Formosa - GO, 30 de março de 2022.

ANILTON GUIRRA CAMARGO Presidente da Assembleia

CPF nº 654.964.856-49

RAIANE FONSECA DOURADO Secretaria da Assembleia CPF nº 037.237.241-40

Presidente eleito

CPF nº: 041.025.441-00

MARCOS VINICIUS DE PAULA ORNELAS Secretario eleito

CPF nº 059.857.841-26

Tesoureiro eleito CPF nº 972.211.201-53 01682204194600230660003 Consulte extrajudicial.tjgo.jus.bi/selo

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

colo p° 37.953 - Ragistro n° 5.000/01





ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL.
ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Aos trinta (30) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 19h00min (dezenove horas) em primeira chamada, na Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde, Formosa - GO, CEP: 73808-325, reuniram os abaixo assinados que assinam a lista de presença: José Antônio Neves Cavalheiro, Brasileiro, Solteiro, Empresário, inscrito no CPF nº 041.025.441-00, RG nº 5627910 SSP-GO, Residente na Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde, Formosa -GO, CEP 73808-435; Marcos Vinicius de Paula Ornelas, Brasileiro, Solteiro, Empresário, inscrito no CPF nº 059.857.841-26, RG nº 6223835 SSP-GO, Residente na Rua Passagem 02 nº 40 Jardim Califórnia, formosa GO, CEP 7380-7750; Flávio Rodrigues da Cruz, Brasileiro, Solteiro, Empresário, Inscrito no CPF nº 972.211.201-53 e RG nº 2242564 SSP-DF, residente na Rua H nº 01, Vilage, Formosa - GO. CEP: 73814-555; Raiane Fonseca Dourado, Brasileira, Solteiro, Secretaria, inscrita no CPF nº 037.237.241-40 e RG nº 5903722 SSP-GO, residente no Condomínio Residencial Travessa Nagib Simão, Quadra H, Lote 06, nº780, Setor Nordeste, formosa - GO, CEP: 73807-285; Caroline Rauber Serrano, Brasileira, Divorciada, Comerciante, inscrita no CPF nº 899.701.441-20 e RG nº4195876 DGPC-GO, residente na Rua E, № 17, Vilage, Formosa - GO, CEP: 73814-540; Francisco Alves dos Santos, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, inscrito no CPF nº 027.935.561-06 e RG nº 4728963 DGPC - GO, residente na Margem da Lagoa Feia - Bar e Restaurante Pedalinho, s/nº, Formosa- GO, CEP: 73.8000-000; Gustavo Rodrigues de Matos, Brasileiro, Casado, Militar, inscrito no CPF nº 059.273.391-23 e RG nº 6223630 SSP-GO, Residente na Via 1. CH 8,9,10, Lote 47 s/nº, Setor Sul, Formosa - GO, CEP: 73802-471, e, Anilton Guirra Camargo, Brasileiro, Casado, Radialista, inscrito no CPF nº 654.964.856-49 e RG nº 1.093.735 SSP-DF, residente na Rua 13 nº40 Setor Nordeste, Formosa – GO, CEP: 73807-260, com o firme propósito de fundar uma associação de direito privado, sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário.

O Sr. ANILTON GUIRRA CAMARGO abriu a reunião e foi aclamado para presidir a Assembleia, a qual aceitou prontamente, e posteriormente convidou o Sra. RAIANE FONSECA DOURADO para secretariar a presente reunião, e a mesma aceitou prontamente. Em seguida, o Sr. ANILTON GUIRRA CAMARGO propôs chamar a entidade de ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA com sede e foro na Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde, Formosa - GO, CEP: 73808-325, colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Os presentes discutiram os objetivos sociais da entidade e escolheram como o principal objetivo a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Logo, leram e discutiram a proposta de um Estatuto Social para a Associação.

Com um texto final, o Estatuto Social foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, o qual segue anexo a esta ata. Após aprovado o Estatuto, os presentes formaram a seguinte chapa para eleger a primeira diretoria para o período de 2022/2026, a saber: **Presidente: Jose Antônio Neves Cavalheiro**, Solteiro, Brasileiro, Empresário, inscrito no CPF nº 041.025.441-00, RG nº 5627910 SSP-GO, Residente na Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde, Formosa –GO, CEP 73808-435; **Secretário: Marcos Vinicius de Paula Ornelas**, Solteiro, Brasileiro, Empresário, inscrito no CPF nº 059.857.841-26, RG nº 6223835 SSP-GO, Residente na Rua Passagem 02 nº 40 Jardim Califórnia, formosa GO, CEP 7380-7750; **Tesoureira: Flavio Rodrigues da Cruz**, Solteiro, Brasileiro, Empresário, Inscrito no CPF nº 972.211.201-53 e RG nº 2242564 SSP-DF, residente na Rua H nº 01, Vilage, Formosa - GO. CEP, os membros presentes colocaram a chapa em votação e elegeram-na por unanimidade. A chapa tomou posse imediatamente, e assim, deu-se início ao seu mandato de 30/03/2022 a 30/03/2026.

Todos os demais presentes passam a constituir o quadro de associados da entidade, sendo associados fundadores. Passando a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, O presidente da Assembleia ANILTON GUIRRA CAMARGO



un les D

Paroline Raul

A

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIA ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.



agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente assembleia geral, determinando a mim RAIANE FONSECA DOURADO, que servi como secretária da Assembleia, que lavrasse a presente ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente ATA segue assinada por mim, secretária, e pelo Presidente. Todos os demais presentes, inclusive os membros da diretoria assinam na lista de presença que segue anexa a esta ATA, como sinal de sua aprovação.

Formosa - GO, 30 de março de 2022.

ANILTON GUIRRA CAMARGO Presidente da Assembleia

CPF nº 654.964.856-49

RAIANE FONSECA DOURADO Secretaria da Assembleia CPF nº 037.237.241-40

Presidente eleito

CPF nº: 041.025.441-00

MARCOS VINICIUS DE PAULA ORNELAS Secretario eleito

CPF nº 059.857.841-26

Tesoureiro eleito CPF nº 972.211.201-53 01682204194600230660003 Consulte extrajudicial.tjgo.jus.bi/selo

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

colo p° 37.953 - Ragistro n° 5.000/01





# ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

### ESTATUTO SOCIAL

### I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art. 1° - A ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Municipio de Formosa, Estado de Goias, com sede e foro na Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde, Formosa - GO, CEP: 73808-325.

Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA regerse-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2°- A ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social:

Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Ⅱ – respeitar e atender aos seguintes princípios:

Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em beneficio do desenvolvimento geral da comunidade;

Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

- §1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;
- §2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;
- §3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões,

40 +An2 = 10 Jose Flours

Paroline Rauber

Rauber Junes 13 E

d27a-d585-4110-acd0/be5f2f96f635

reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

- Art. 3º Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.
- Art.4°- A receita ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

II - DOS ASSOCIADOS - DA ADMISSÃO

- Art. 5° Serão admitidos de forma gratuita, como associados, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.
- Art. 6° A ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA será composta pelas seguintes categorias de associados:

I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;

II – Contribuintes ou Efetivos.

Parágrafo 1º - É permitida a entrada de associados pessoas jurídicas. A eles é resguardado o direito de votarem nos cargos diretivos.

Paragrafo 2º - Os cargos da diretoria são privativos de pessoas físicas, não se admitindo, sob qualquer hipótese, a eleição de associado pessoa jurídica.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

O direito de voz, voto e de concorrer às eleições, podendo votar e ser votado para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 18;

Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.

Zelar pelo nome da entidade ser sempre fiel ao Estatuto;

Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas da entidade.

## III - DA DEMISSÃO E EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

Art. 9. É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

- § 1º O pedido de demissão será aceito imediatamente pelo Presidente da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, sem prejuízo da instauração ou prosseguimento de processo de exclusão, na forma desta Seção, em caso de demissionário infrator.
- §2º Comprovada a infração do associado demissionário, em processo regular de exclusão, sua demissão será convertida em exclusão.

Art. 10°. Ocorrerá a exclusão do associado, independentemente de sua qualificação na forma do art.6°, que:

I- Transgredir o presente Estatuto;

II - Transgredir norma, decisão ou resolução ela Assembleia Geral, da Diretoria ou do Conselho Comunitário:

III - Descumprir as Leis e Normas que regulamentam o serviço de radiodifusão comunitária,

IV - Emitir opinião ou comportar-se de formar que comprometa a ética, a existência, a idoneidade ou as finalidades da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

V - Omitir-se no cumprimento de obrigação que assumir perante a ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE

VI - Praticar ato de difamação, calúnia ou injúria, contra a ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ou contra qualquer de seus associados;

Parágrafo único. A exclusão elo associado só é admissível havendo justa causa, reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos neste Estatuto.

Art. 11. A exclusão do associado infrator poderá ser proposta por qualquer outro associado, mediante representação direta, formulada ao Presidente.

§1º Recebida à representação, o Presidente formará os autos de exclusão dentro do prazo ele 10 (dias) e intimará o representado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa.

§ 2º Vencido o prazo para apresentação de defesa, a Diretoria, em 10 (dez) dias, pronunciar-se-á sobre o mérito da representação.

Art. 12. Se a Diretoria reconhecer a procedência da representação, convocará, dentro de 10 (dez) dias, a Assembleia Geral Extraordinária para deliberar especialmente sobre a matéria; se não reconhecer a procedência, o Presidente determinará o arquivamento dos autos e, em qualquer das hipóteses, comunicará ao representante e ao representado da decisão da Diretoria, no prazo de 5 (cinco) dias a contar ela data do julgamento.;

§1º O representante e o representado terão o prazo de 05 (cinco) dias, a partir do recebimento do comunicado a que se refere o caput deste artigo para interpor, perante a Diretoria, recurso à Assembleia Geral.

§2º Interposto recurso na forma do §1º, a Diretoria convocará a Assembleia Geral na forma e prazo definidos no caput deste artigo.

Art. 13. A Assembleia Geral Extraordinária deliberará sobre a representação ou sobre recurso interposto na forma do §1º do art. 12, dentro de 30 (trinta) dias da data da convocação, assegurandose ao representante e ao representado ampla defesa.

Art. 14. A Assembleia Geral Extraordinária reconhecerá a procedência da representação de exclusão pelo voto concorde 2/3 (dois terços) de seus membros, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

§1º Reconhecida pela Assembleia Geral à procedência da representação de exclusão, o Presidente da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA baixará ato dentro de 05 (cinco) dias, efetivando a exclusão do associado; não sendo reconhecida a procedência da exclusão, os autos do processo serão definitivamente arquivados.

Art. 15. Nos processos de destituição, por infração, de membro da Diretoria e de membro do Conselho Comunitário, bem como de cassação de título de associados Fundadores, Contribuintes ou Efetivos, aplicam-se as disposições desta Seção.

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 16 - São orgãos da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA Assembléia Geral (AG);

Diretoria:

Conselho Comunitário.

- Art. 17 A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada (04) quatro anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.
- § 1º A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, (1/5) um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.
- §2° A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.
- §3° A AG deliberará em primeira convocação somente com (50% + 1) metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.
- §4º A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.
- Art. 18 A Diretoria da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de quatro (04) anos, permitida apenas uma reeleição, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Lauber Fracis

585-4110-acd0-be5f2f96f635

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 19 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.

Representar a ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA em atos públicos

Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades:

Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.

Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins

Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da

Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) Ao Presidente compete: representar a ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Tesoureiro (a) compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, Substituir legalmente o Presidente, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade: gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural.
- c) Ao Secretário (a) compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado; secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria

Art. 20 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente

instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo 1º - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Parágrafo 2º - O Conselho Comunitário será constituido quando do recebimento da autorização para execução do serviço de rádiodifusão comunitária e antes do inicio da prestação do respectivo serviço.

IV - DAS ELEICÔES

Art. 21 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendum de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

- §1° É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.
- §2º A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.
- §3º A eleição será feita por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 22 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 23 - O Patrimônio e Receita da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 24 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois

Jaroline Kauber Henton

terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

- Art. 25 A disssolução da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, (1/5) um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), expecificamente convocada para essa finalidade.
- Art. 26 Dissolvida à associação o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não econômicos congênere, conforme previsão do Art. 61, § 1º e § 2º, do Codigo Civil - Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

- Art. 27 Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.
- Art. 28 O presente estatuto foi aprovado na AG de 30/03/2022 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Formosa - GO, 30 de março de 2022.

ANILTON GUIRRA CAMARGO Presidente da Assembleia CPF nº 654.964.856-49

RAIANE FONSECA DOURADO Secretaria da Assembleia CPF nº 037.237.241-40

nie in Caron JOSÉ ANTÔNIO NEVES CAVALHEIRO Presidente eleito CPF nº: 041.025.441-00

MARCOS VINICIUS DE PAULA ORNELAS Secretario eleito CPF nº 059.857.841-26

FREDERICO BIDUGE MICHELEHO

OAB nº

FLÁVIO RODRIGUES DA CRUZ Tesoureiro eleito CPF nº 972.211.201-53

3.001





1ce2d27a d585 4110 acd0 be5f2f96f635

Gerado a partir de http://d	consulta.t
	SEC G
Nome do Contribuinte / F	
Nome da Unidade Favore COORDENACA	
Instruções	
Ac informações in	aaridaa

### MINISTÉRIO DA ECONOMIA RETARIA DO TESOURO NACIONAL

Guia de Recolhimento da União - GRU

Código de Recolhimento	18822-0
Número de Referência	302022

Competência 05/2022

Vencimento 13/05/2022

46.237.564/0001-43

100,00

10000

CNPJ ou CPF do Contribuinte

RADIODIFUSAO COMUNITARIA

RAL DE RECURSOS LOGISTICOS

As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.

**GRU SIMPLES** 

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.

[STN06FA5DC9F6F0814E9A51D3CA0E07BDE8]

ASSOC. MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA

COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS

**GRU SIMPLES** 

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.

[STN06FA5DC9F6F0814E9A51D3CA0E07BDE8]

do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar

As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade

UG / Gestão 240101 / 00001 (=) Valor do Principal

100,00 (-) Desconto/Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Juros / Encargos

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Total

8990000001-9 00000001010-3 95523161882-9 20421220328-8





Nome do Contribuinte / Recolhedor

a Unidade Favorecida dos recursos.

Nome da Unidade Favorecida

#### MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Guia de Recolhimento da União - GRU

	18022-0
Número de Referência	302022
Competência	05/2022
Vencimento	12/05/2022

13/05/2022 CNPJ ou CPF do Contribuinte 46.237.564/0001-43

UG / Gestão 240101 / 0000

(=) Valor do Principal 100,00

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

Código de Recolhimento

(+) Juros / Encargos

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Total

8990000001-9 00000001010-3 95523161882-9 20421220328-8









# ANEXO 2 REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE								
Razão Social: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA								
Nome Fantasia:	a: Mais FM CNPJ: 46.237.564/0001-43					7.564/0001-43		
Endereço de Se	Endereço de Sede: Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde							
Município:	unicípio: Formosa UF:					CEP:	73808-325	
Nome do representante legal: José Antônio Neves C			José Antônio Neves Cavalheiro					
Endereço eletrônico ( <i>e-mail</i> ):			joseantonionev@hotmail.com					

End. de Corres	oondência:	Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque	vila Verde				
Município:	Formosa		UF:	GO	CEP:	73808-435	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE								
Endereço:	Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde							
Município:	Formosa	UF:	GO	CEP:	73808-325			
Coordenadas d	Coordenadas do Sistema Irradiante Latitude: 1			) 32 ' 57	u			
(Padrão GPS-W	Longitude:	47 º	W 18'0	9 "				

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 30, publicado no Diário Oficial da União de 29/03/2022, relativo à outorga para execução do SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- X nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- XI todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;
- XII todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e XIII todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p"



e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente: Jose Antônio Neves Cavalheiro							
Presidente			Tit. Eleitor:		0627 3653 1015		
5627910	)	Órgão Emissor:	SSP-GO	CPF:	: 041.025.441-00		
10/02/1	995						
Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde							
Formosa UF:			UF:	GO	CEP:	73808-435	
Assinatura: José Antonio in Correllieuro							
	Presiden 5627910 10/02/1 Avenida Formosa	Presidente 5627910 10/02/1995 Avenida B, Qd. 23, Lt 04, Formosa	Presidente  5627910 Órgão Emissor:  10/02/1995  Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila V Formosa	Presidente  5627910 Órgão Emissor: SSP-GO 10/02/1995  Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde  Formosa UF:	Presidente Tit. E  5627910 Órgão Emissor: SSP-GO CPF:  10/02/1995 Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde  Formosa UF: GO	Presidente Tit. Eleitor:  5627910 Órgão Emissor: SSP-GO CPF: 041.02  10/02/1995 Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde  Formosa UF: GO CEP:	

Nome do dir	igente:	Marcos Viniciu	s de Paula Ornelas				
Cargo:	Secreta	rio			Tit. Eleitor:		0643 5982 1040
RG	622383	5	Órgão Emissor:	SSP-GO	CPF:	059.8	57.841-26
D. Nasc.	21/03/2	1995					
Endereço:	Rua Pas	sagem 02 nº 40	Jardim Califórnia				
Município:	Formosa UF:			UF:	GO	CEP:	73807-750
Assinatura: Ways/lime de P. Comban							

Nome do dirigente: Flavio Rodrigues da Cruz						
Cargo:	Tesoureiro			Tit. Eleitor:		0453 8464 1090
RG	2242564	Órgão Emissor:	SSP-DF	CPF:	972.21	.1.201-53
D. Nasc.	18/05/1983					
Endereço:	Rua H nº 01, Vilage,					
Município:	Formosa UF:		GO	CEP:	73814-555	
Assinatura:	Florinio Roo	luan de l	ws.			

### ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Os campos não utilizados para indicação de dirigentes podem ser excluídos.
- Não é necessário indicar integrantes de Conselho Fiscal.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.

# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

	QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE A	APOIADORA	
Razão Social:	Egmor Hagela da	Silvein e cin	, ) tioa
Endereço:	J		
Município:	Ar maistro foão houiz de Lespinito Sonto. nº 1266 Formasa	UF: 60 CEP: 73.814-	005
Nome do represe	entante legal: Egmon Marge	ela da Gilveina.	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 12 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

## ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.303.072/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE	DATA DE ABERTURA 14/02/2001		
NOME EMPRESARIAL EGMAR MAGELA DA SI	ILVEIRA & CIA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO FELHA & CIA MATERIA	O (NOME DE FANTASIA) IS PARA CONSTRUCAO			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIV 47.44-0-05 - Comércio v	VIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL arejista de materiais de constru	ção não especificado	os anteriormente	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS AT Não informada	IVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS		10 10 20 C	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 206-2 - Sociedade Empr	UREZA JURÍDICA esária Limitada			
LOGRADOURO AV MAESTRO JOAO LU	IZ DO ESPIRITO SANTO	NÚMERO 1266	COMPLEMENTO  QD 06 LOTE 05	i.
73.814-005	BAIRRO/DISTRITO PARQUE LAGUNA II	MUNICÍPIO FORMOSA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	72***5*****	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ	VEL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>				DA SITUAÇÃO CADASTRAL 1/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL	-		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/05/2022 às 09:57:41 (data e hora de Brasília).

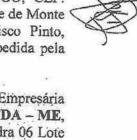
Página: 1/1



### EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA – ME CNPJ N°: 04.303.072/0001-69 NIRE: 52201757489

### TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, EGMAR MAGELA DA SILVEIRA, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua 14 Quadra 01 casa 24, Parque Vila Verde, Formosa/GO – CEP 73.808-300, nascido em 25 de Maio de 1.970, natural de Coromandel/MG, filho de: Divino Ricardo da Silveira e Magnólia da Silveira, portador da Cédula de Identidade nº: M-5.794.307, expedida pela SSP/MG em 07.11.1988 e CPF nº: 757.063.936-72 e TEREZINHA APARECIDA SILVEIRA, brasileira, casada com comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada na Rua 14 Quadra 01 Casa 24, Parque Vila Verde, Formosa/GO, CEP: 73.808-300, nascida em 01 de Junho de 1.971 na cidade de Monte Carmelo/MG, filha de: Jales Pinto e Maria Francisco Pinto, portadora da Cédula de Identidade nº: 4.256.838, expedida pela SSP/GO e CPF nº: 875.910.656-53.



ÚNICOS sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada, denominada de: EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA – ME, Estabelecida na Avenida Maestro João Luiz do espirito Santo nº: 1.266 Quadra 06 Lote 05, Parque Laguna II, Formosa/GO, CEP: 73.814-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 04.303.072/0001-69, devidamente arquivada e registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº; 52.201757489, pôr despacho em sessão do dia 14/02/2001, RESOLVEM de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar o citado instrumento, mediante as clausulas e condições a seguir indicadas;

CLAUSULA PRIMEIRA - A sócia, Terezinha Aparecida Silveira, possuidora de 10.000 (Dez Mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), retira-se da sociedade, cedendo e transferindo o total das suas quotas, para o sócio ora admitido, o Sr; THIAGO DIVINO DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua 14 Quadra 01 Casa 24, Parque Vila Verde, Formosa/GO. CEP: 73.808-300, nascido aos 24 de Abril de 1.991, na cidade de Monte Carmelo/MG., filho de: Egmar Magela da Silveira e Terezinha Aparecida



CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2017 10:55 SOB Nº 20174467087. PROTOCOLO: 174467087 DE 22/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703238385. NIRE: 52201757489. EGNAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÂRIA-GERAL GOIÂNIA, 22/08/2017 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br



validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Informando seus respectivos códigos de verificação

SÓCIOS	N° QUOTAS	VL.QUOTAS	CAPITAL	%
Egmar Magela da Silveira	90.000	1,00	90.00,00	90
Thiago Divino da Silveira	10.000	1,00	10.00,00	10
TOTALIZANDO	100.000	1,00	100.000,00	100

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social.

CLÁUSULA SEGUNDA -A sócia retirante transfere livremente todos os direitos e obrigações da sociedade inclusive ATIVO e PASSIVO, dando plena e geral e irrevogável quitação, para não reclamar em tempo algum em juízo ou Fora dele, ficando por conta dos sócios remanescente inteira responsabilidade por quaisquer débitos contraídos e pendentes em nome da Empresa, na proporção de suas cotas, e existente até a presente data, tais como: débitos fiscais, Previdenciários, Federais, Municipais e outros que tenham relação com a empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA - A administração da sociedade será exercida pelos sócios; EGMAR MAGELA DA SILVEIRA e THIAGO DIVINO DA SILVEIRA, que tem poderes para assinar contratos, recibos, notas promissórias, cheques, abrir e encerrar contas bancárias, admitir e demitir empregados, podendo, enfim, praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções e tendo em vista a assegurar o pleno funcionamento da sociedade e consecução de seus fins, inclusive representar a sociedade em juízo ou fora dele.

CLÁUSULA QUARTA - Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.







CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2017 10:55 SOB Nº 20174467087. PROTOCOLO: 174467087 DE 22/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703238385. NIRE: 52201757489. MAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNTA, 22/08/2017 ww.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação



CLÁUSULA QUINTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicial não modificada pela presente alteração contratual, e tendo em vista as alterações ora ajustadas consolidam-se o contrato social.

# CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME CNPJ: 04.303.072/0001-69 NIRE: 52201757489

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial de: EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME e fantasia; TELHA & CIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, com sua sede e foro na Avenida Maestro João Luiz do Espirito Santo nº: 1.266 Quadra 06 Lote 05, Parque Laguna II, Formosa/GO -CEP: 73.814-005, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer território Nacional.

Parágrafo Único - Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade pode abrir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério dos sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem por objeto social:

Comércio Varejista de Materiais para Construção em Geral.

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade iniciou suas atividades no dia 20 de Fevereiro de 2001 e terá prazo indeterminado de duração.

CLÁUSULA QUARTA - O capital social é de R\$: 100.000,00 (. Cem Mil Reais) dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real), cada uma, subscrito e integralizado em moeda corrente do País, e distribuído da seguinte forma:

NOME	N°. QTAS	VL.QTAS	CAPITAL [	0/0
Egmar Magela da Silveira	90.000	1,00	90.000,00	80
Thiago Divino da Silveira	10.000	1,00	10.000,00	10
TOTALIZANDO	100.000	1,00	100.000,00	100

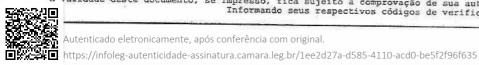


CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2017 10:55 SOE Nº 20174467087. PROTOCOLO: 174467087 DE 22/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703238385. NIRE: 52201757489. EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNIA, 22/08/2017 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Informando seus respectivos códigos de verificação



Parágrafo Primeiro – Nos termos do art. 1.052 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas cada um responde solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo – As cotas são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA QUINTA – A administração da sociedade é exercida pelos sócios; EGMAR MAGELA DA SILVEIRA e THIAGO DIVINO DA SILVEIRA, que tem poderes para assinarem contratos, recibos, notas promissórias, cheques, abrir e encerrar contas bancárias, admitir e demitir empregados, podendo, enfim, praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções e tendo em vista a assegurar o pleno funcionamento da sociedade e consecução de seus fins, inclusive representar a sociedade em juízo ou fora dele.

CLÁUSULA SEXTA – Em suas deliberações, os administradores adotam preferencialmente a forma estabelecida no parágrafo 3° do artigo 1.072 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

PARAGRAFO ÚNICO - Fica facultado aos administradores nomearem procuradores, para um período indeterminado, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos Procuradores assim nomeados.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os sócios na função de administradores têm direito a uma retirada mensal á título de pró-labore, a ser determinada e alterada, de acordo com a lei vigente.

CLÁUSULA OITAVA — O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano, quando são levantados o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e efetuada a apuração dos resultados com observância das disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único — Os lucros ou Prejuízos apurados são divididos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas de capital, exceto se, havendo lucros, deliberação os sócios e levá-lo ao Patrimônio Líquido da Sociedade para posterior utilização.

CLÁUSULA NONA – O falecimento de qualquer dos sócios não implica dissolução da sociedade, que prossegue com os sócios remanescentes, devendo ser pago aos herdeiros do falecido o valor correspondente às suas quotas de capital e à sua participação nos



CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2017 10:55 SOB N° 20174467087. PROTOCOLO: 174467087 DE 22/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703238385. NIRE: 52201757489. EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETĀRIA-GERAL GOIĀNIA, 22/08/2017 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Informando seus respectivos códigos de verificação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

High https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

lucros líquidos apurados até a data do falecimento, mediante levantamento de balanço geral específico para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA - São regidas pelas disposições do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), aplicável à matéria, tanto a retirada de sócio quanto à dissolução e a liquidação da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os casos omissos neste contrato são resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro desta Comarca desta cidade, para qualquer ação fundada neste contrato, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade:

E por estarem de pleno acordo, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) vias de igual teor e forma, com a primeira via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Formosa/GO, 15 de Agosto de 2017.

Egmar Magela da Silveira.

With the formal granger

Thiago Divino da Silveira.

Terezinha Aparecida da Silveira.



CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2017 10:55 SOB N° 20174467087. PROTOCOLO: 174467087 DE 22/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703238385, NIRE: 52201757489. EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNIA, 22/08/2017 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação







CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2017 10:55 SOB N° 20174467087. -PROTOCOLO: 174467087 DE 22/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703238385. NIRE: 52201757489. EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME .ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96t

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNIA, 22/08/2017 ww.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação



# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

		QUALIFICAÇÃO DA E	NTIDADE APOIAD	ORA					
Razão Social:	Formal	seças, po nas de n	neças maguir	ora	se	wi	vada!	s,	-ME
Endereço:		durtrial )					237/ca		
Município:	Formo	a	UF:	GO	CED:		805-2		
Nome do repre	sentante legal:	Fearci	le R.	Lu	ta				

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO,  $\sqrt{2}$  de Maio de 2022

miele R. Luca

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

## ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07,206,237/0001-72 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
NOME EMPRESARIAL FORMOPECAS - PEC	AS NOVAS E USADAS, REFORM	AS DE MAQUINAS E E	QUIPAMENTOS	LTDA
TÍTULO DO ESTABELECIMEN FORMOPECAS	ITO (NOME DE FANTASIA)			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA A 45.30-7-03 - Comércio	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL o a varejo de peças e acessórios i	novos para veículos a	utomotores	
45,30-7-05 - Comércio	ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS o a varejo de pneumáticos e câma de manutenção e reparação mec	aras-de-ar	motores	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA N 206-2 - Sociedade Em			W-1000000	
LOGRADOURO R H		NÚMERO 200	COMPLEMENTO QUADRA 01	
CEP 73.805-253	BAIRRO/DISTRITO SETOR INDUSTRIAL	MUNICÍPIO FORMOSA		UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE		William Heliam Britania
ENTE FEDERATIVO RESPON	ISÁVEL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 706/2004
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADA	ASTRAL	Manage Control	190	
SITUAÇÃO ESPECIAL				TA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/05/2022 às 10:05:45 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## FORMOPEÇAS – PEÇAS NOVAS E USADAS, REFORMAS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 07.206.237/0001-72

# PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUDIA MARIA TURA, brasileira, solteira, empresária, natural de Carazinho. Estado do Rio Grande do Sul, nascida aos 01/10/1977, filha de Ademir Tura e Maria de Lourdes Tura, portadora da C.I.RG n.º 3766321, expedida em 13/06/1994 pela SSP/GO e inscrita no CPF sob o n.º 817.895.801-53, residente e domiciliada à Rua 1, n.º 200, Setor Industrial, na Cidade de Formosa, Estado de Goiás, CEP: 73.805-253...

FRANCIELE RENATA TURA, brasileira, solteira, empresária, natural de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, nascida aos 09/01/1984, filha de Ademir Tura e Maria de Lourdes Tura, portadora da C.I.RG n.º 4438265, expedida em 02/02/2000 pela SSP/GO e inscrita no CPF sob o n.º 009.585.931-40, residente e domiciliada à Rua 1, nº 200, Setor Industrial, na Cidade de Formosa, Estado de Goiás, CEP: 73.805-253.

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada, que gira sob o nome empresarial de FORMOPEÇAS – PEÇAS NOVAS E USADAS, REFORMAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME, com sede social à Rua 1, nº 200, Setor Industrial, da Cidade de Formosa, Estado de Goiás, CEP 73.805-253, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 07.206.237/0001-72, com contrato social arquivado na MM Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o nº 52202100751 em 16/06/2004, resolvem alterar seu Contrato Social sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ADMISSÃO DE SÓCIO: Fica admitido na Sociedade Empresária Limitada, IONARA ELISABETE TURA ISOLAN, brasileira, casada pelo regime de comunhão total de bens, empresária, natural de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, nascida aos 15/06/1973, filha de Ademir Tura e de Maria de Lourdes Tura, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4053439149, expedida em 11/08/1989 pela SSP/RS, e inscrita no CPF sob o nº 723.121.730-34, residente e domiciliada à Rua 1, nº 200, Setor Industrial, da Cidade de Formosa, Estado de Goiás, CEP: 73.805-253.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RETIRADA DE SÓCIO: Retira-se da Sociedade Empresária Limitada a sócia CLÁUDIA MARIA TURA, que transfere a totalidade de suas quotas no capital social, à sócia que ora ingressa na sociedade, já acima qualificada, dando plena e geral quitação das mesmas, não tendo mais nada a receber ou reclamar em relação as mesmas, em tempo algum

Jeanula A Tura

Claudia Ma Tura

Claudia Ma Tura

Digitalizado com CamScanner



CLÁUSULA TERCEIRA: DA DISTRIBUIÇÃO E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NO CAPITAL SOCIAL: O Capital Social que é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), dividido em 10.000 (Dez Mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional pelos sócios na proporção de suas quotas no Capital Social, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócios	n.º Otas	Vir Qtas	Capital R\$	%
Franciele Renata Tura	5.000	1,00	5.000,00	50,00
Ionara Elisabete Tura Isolan	5.000	1,00	5.000,00	50,00
Totalizando	10,000	1,00	10.000,00	100,00

<u>Parágrafo Único:</u> A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUARTA: DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E DAS RETIRADAS: A sociedade será administrada por ambas os sócias, que terão poderes para assinar contratos, recibos, notas promissórias, cheques, abrir e encerrar contas bancárias, admitir e demitir empregados, bem como praticar todos e quaisquer atos no interesse da sociedade, sendo-lhes no entanto, vedado o direito de uso da Denominação Social em transações alheias aos objetivos sociais da sociedade, como em avais, fianças, cartas de crédito, endossos em favor de terceiros e outros atos semelhantes, podendo porém, nomear procuradores, inclusive representar a sociedade em juizo ou fora dele.

Parágrafo Primeiro - Os Sócios poderão fazer retiradas a título de Pró-labore para as suas despesas particulares, cujos saques poderão ocorrer mensais, trimestrais ou da melhor forma que lhe convier, podendo ser aumentadas ou diminuídas ou ainda haver complementações anuais.

CLÁUSULA QUINTA: DESIMPEDIMENTO: O(s) administrador(es) declara(m) sob as penas da lei, de que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Art. 1.011, 1°, CC/2002).

<u>CLÁUSULA SEXTA:</u> **DO FORO:** Fica eleito o Foro da Cidade de Alto Paraíso, Estado de Goiás, para dirimir toda e qualquer dúvida que se origine do presente Instrumento Contratual.

<u>CLÁUSULA SÉTIMA:</u> RATIFICAÇÃO: Que o Contrato Social Primitivo, fica ratificado em todos os seus termos, cláusulas e condições não expressamente alteradas neste instrumento, que a aqueles se interam, formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.

Jeonall R. Sure

Jolan

영한

2



# CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO NOME EMPRESARIAL, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO.

Art. 1º - A sociedade gira sob o nome empresarial de: FORMOPEÇAS - PEÇAS NOVAS E USADAS, REFORMAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME, e adota como nome de fantasia "FORMOPEÇAS".

Art. 2º - A sede social é à Rua 1, nº 200, Setor Industrial, na Cidade de Formosa. Estado de Goiás, CEP 73.805-253, perante cujo o foro deve processar-se toda e qualquer ação judicial ou extra judicial;

Art. 3º - A sociedade tem como Objeto Social: Comércio varejista de peças novas e usadas, e acessórios para máquinas agrícolas, industriais e para veículos automotores, lubrificantes, pneus e câmaras de ar, o comércio de máquinas e implementos agrícolas, bem como reformas de máquinas e equipamentos agrícolas, e ainda assistência técnica com oficina mecânica.

Art. 4° - A sociedade tem seu pazo de duração por tempo indeterminado com todas as disposições do presente instrumento subordinades a legislação em vigor, tendo as suas atividades iniciadas em 01 de Julho de 2004.

# CLÁUSULA SEGUNDA: DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS.

Art. 1° - O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), dividida em 10.000 (Dez Mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (Lun Real) cada, totalizante subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, e assim distribuído entre os sócios:

Sócios	n.º Otas	VIr Qtas	Capita P.5	%
Franciele Renata Tura	5.000	1,00	5.000,00	50,00
Franciele Kenala Tura Ionara Elisabete Tura Isolan	5.000	1,00	5 000,00	50,00
Totalizando	10.000	1,00	,10.000,00	100,00

Art. 2º - As quotas da sociedade são indivisíveis e não podem ser cedidas sem o expresso consentimento dos sócios reservando-se o direito e a preferência em adquiri-las.

Art. 3º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E DAS RETIRADAS.

Art. 1º - A sociedade é administrada por ambas os sócias, que tem poderes para assinar contratos, recibos, notas promissórias, cheques, abrir e encerrar contas bancárias, admitir e demitir empregados, bem como praticar todos e quaisquer atos no





interesse da sociedade, sendo-lhes no, entanto, vedado o direito de uso da Denominação Social em transações alheias aos objetivos sociais da sociedade, como em avais, fianças, cartas de crédito, endossos em favor de terceiros e outros atos semelhantes, podendo porém. nomear procuradores, inclusive representar a sociedade em juizo ou fora dele.

Art. 2º - A sociedade pode contratar responsáveis técnicos, legalmente capacitados, que tenham total independência de ação, orientação e execução de seus trabalhos, de acordo com as normas que regulamentam a respectiva profissão.

Art. 3º - Os Sócios podem fazer retiradas a título de Pró-labore para as suas despesas particulares, cujos saques podem ocorrer mensais, trimestrais ou da melhor forma que lhe convier, podendo ser aumentadas ou diminuídas ou ainda haver complementações anuais.

## CLÁUSULA QUARTA: DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS.

Art. 1º - Fica designado o dia 31 de dezembro de cada ano para realização do Balanço Geral, dentro das prescrições legais e técnicas, devendo ser promovidas às reavaliações, correções e depreciações necessárias e adequadas.

Art. 2º - Os resultados apurados são atribuídos ou suportados pelos sócios quotistas na proporção de suas quotas, ou podem ser levados a Conta Lucros Acumulados para posterior aumento de capital social, em caso de lucro; ou; podem ser levados a conta prejuízos acumulados, para serem liquidados nos exercícios subsequentes em caso de prejuízo.

### CLÁUSULA QUINTA: DA RETIRADA OU FALECIMENTO.

Art. 1º - Em caso de retirada, falecimento, interdição ou inabilitação de qualquer um dos sócios da sociedade, não acarreta a dissolução ou extinção da mesma, o sócio remanescente podem admitir um novo sócio para as quotas do sócio que se retirar, conforme o estabelecido nos Art. 2º e Art. 3º, a seguir.

Art. 2º - O Sócio que pretender se retirar da sociedade somente pode fazê-lo por ocasião do encerramento do balanço geral extraordinário no prazo de 30(trinta) dias da data do evento, após serem apurados os créditos e/ou débitos contraídos durante o tempo que exerceu na sociedade.

Art. 3º - O falecimento de qualquer um dos sócios, também não acarreta a dissolução ou extinção da sociedade, os herdeiros do sócio que falecer, exercem as quotas herdadas, ou o sócio remanescente pode admitir um novo sócio adquirente das quotas do sócio falecido, pagando-as aos legítimos herdeiros, da seguinte forma: 30%(trinta por cento) em 60(sessenta) dias após o evento e os 70%(setenta por cento) restantes em 10(dez) notas promissórias de igual valor, mensais e consecutivas, devendo vencer a primeira, 30(trinta) dias após a liquidação da parte inicial, sendo estas parcelas corrigidas no dia do pagamento pelos índices oficiais estipulados pelo Governo Federal.

### CLÁUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 1º - As alterações do presente instrumento, quando se julgarem necessárias, podem ser validamente efetuadas, quando firmada por todos os sócios.

Fearciele R. Sura Colan

of my



Digitalizado com CamScanner

Art. 2º - A sociedade pode a qualquer tempo, abrir filiais e ou outros estabelecimentos, no país ou fora dele, por ato firmado por todos os sócios.

Art. 3° - CLÁUSULA SEXTA - O(s) administrador(es) declara(m) sob as penas da lei, de que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da concorrência, contra as relações de consumo, té pública, ou a propriedade. (Art. 1.011, 1°, CC/2002).

E por estarem em pleno acordo justos e contratados, assinam o presente contrato social em 03 (três) vias de igual teor e forma, com a primeira via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Formosa - GO, 05 de Maio de 2009.



Digitalizado com CamScanner

5

# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

	QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA
Razão Social:	Inneinco Ahren Don Sonton 11
Endereço:	Av. Lagoa 5/N sator Willage 09.189.897/0001-18
Município:	UF: CEP: 73.814.505
Nome do represe	entante legal: Junine of flown don Sorton.

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO. 11 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

## ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.189.897/0001-18 MATRIZ	COMPROVANTE	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
NOME EMPRESARIAL FRANCISCO ALVES DO	S SANTOS II				
TITULO DO ESTABELECIMENTO LANCHONETE E PEDAL	(NOME DE FANTASIA) LINHO SAO GUIDO			PORTE ME	
	VIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL s, casas de chá, de sucos e	similares			
código e descrição das ati 56.11-2-01 - Restaurante	IVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁR es e similares	NAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 213-5 - Empresário (Indi					
LOGRADOURO AV LAGOA		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO MARG DIR LA	GOA FEIA	
73.814-505	BAIRRO/DISTRITO VILLAGE	MUNICÍPIO FORMOSA		UF GO	
ENDEREÇO ELETRÔNICO RUBENSSAAD@UOL.CO	DM.BR	TELEFONE (61) 3631-72	45		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ	VEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				A DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL				
			1837		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/06/2021 às 08:23:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



### REATIVAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL CNPJ/MF: 09.189.897/0001-18 NIRE 52102962823

FRANCISCO ALVES DOS SANTOS, Brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 14/09/1983, filho de Guido Alves dos Santos e Luzia Chagas, residente e domiciliado na Rua 14 nº 08 Quadra L Lote 08 –Jardim California-Formosa/GO CEP.73.807-745, portador da Cédula de Identidade nº 4.728.963, DGPC/GO e CPF/MF n.º 027.935.561-06, na condição de empresário individual FRANCISCO ALVES DOS SANTOS II, estabelecida à Avenida Lagoa s/n Marginal Direita da Lagoa Feia- Village-Formosa/GO CEP.73.814-505, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.189.897/0001-18, devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº. 52102962823, Resolve Reativar e consolidar seu ato constitutivo mediante as seguintes cláusulas e condições;

### Cláusula Primeira - Altera-se o nome de fantasia para: Bar e Restaurante Pedalinho.

Cláusula Segunda - O Empresário declara-se, sob as penas da lei, que não se acha impedido(a) de exercer a atividade Empresária, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei 8.934/94.

USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL PARA AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO



#### CONSOLIDAÇÃO

FRANCISCO ALVES DOS SANTOS, Brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 14/09/1983, filho de Guido Alves dos Santos e Luzia Chagas, residente e domiciliado na Rua 14 nº 08 Quadra L Lote 08 – Jardim California-Formosa/GO CEP.73.807-745, portador da Cédula de Identidade nº 4.728.963, DGPC/GO e CPF/MF n.º 027.935.561-06

Cláusula Primeira: - O empresário Individual tem como nome empresarial de FRANCISCO ALVES DOS SANTOS II e nome de fantasia BAR E RESTAURANTE PEDALINHO.

<u>Cláusula Segunda:</u> O Empresário Individual tem sua sede e domicílio na Avenida Lagoa s/n Marginal Direita da Lagoa Feia –*Village- Formosa/GO CEP.73.814-505*, podendo abrir e manter filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, obedecendo às disposições legais vigentes (art. 997, II, Lei nº. 10.406/2002).

<u>Cláusula Terceira:</u> - O Empresário Individual tem como objeto: Lanchonete.

Restaurante.

Cláusula Quarta: - O Empresário Individual iniciou suas atividades em 25/10/2007 e seu prazo de duração é indeterminado (art. 997, III, da Lei 10.406/2002).

<u>Cláusula Quinta:</u> - O capital do Empresário Individual é de **R\$ 9.000,00 (Nove Mil Reais)** integralizado em moeda corrente do País, pelo Empresário **Francisco Alves dos Santos**.

Parágrafo Primeiro: - A responsabilidade do(a) Empresário é restrita ao valor do capital.

<u>Parágrafo Segundo</u>: - Eu, Francisco Alves dos Santos, declaro que não possuo nenhuma outra Empresa desta modalidade registrada.

<u>Cláusula Sexta</u> - A administração é exercida pelo empresário Francisco Alves dos Santos, assinando isoladamente, todos os documentos de interesse com todos os poderes que lhes reconhecer o cargo na empresa. Ficando autorizado o uso do nome empresarial pelo titular, vedado, no entanto o uso em atividades estranhas, tais como avais, fianças, empréstimos ou assumir obrigações, bem como onerar ou alienar bens imóveis da empresa.

<u>Cláusula Sétima</u> - Pelo exercício da administração o empresário Francisco Alves dos Santos, terá uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL PARA AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO



Cláusula Oitava - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, de cada ano, procederá à elaboração das demonstrações financeiras legalmente exigidas, com vistas a prestar contas justificadas de sua administração, sendo que os lucros auferidos ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelo titular, conforme previsto no art. 1.065 da Lei nº. 10.406/02.

<u>Cláusula Nona</u> - Falecendo ou interditada o Empresário, a Empresa Individual continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. O valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

<u>Cláusula Décima</u> - De conformidade com o que dispõe o artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil Lei 10.406/2002, as omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas, serão supridas ou resolvidas com base na legislação específica, aplicando-se supletivamente a Lei em vigor e outras disposições legais vigentes que lhe forem aplicadas.

Cláusula Decima Primeira - O Empresário declara, sob as penas da lei, que não se acha impedido de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei 8.934/94.

<u>Cláusula Décima Segunda</u> - Fica eleito o Foro desta comarca, para dirimi dúvidas ou casos omissos da presente empresa, os quais possam surgir e não haja condições de saná-las amigavelmente.

E, por estar em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, assino o presente instrumento em 01 (uma) via única.

Formosa/GO, 24 de Junho de 2021.

Francisco Alves dos Santos. Empresário.

USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL PARA AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

### **ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa FRANCISCO ALVES DOS SANTOS II consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)				
CPF	Nome	2 (11/4)		
02793556106	FRANCISCO ALVES DOS SANTOS			



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/06/2021 14:50 SOB N° 20215949064.
PROTOCOLO: 215949064 DE 23/06/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12104486900. CNPJ DA SEDE: 09189897000118.
NIRE: 52102962823. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 24/06/2021.
FRANCISCO ALVES DOS SANTOS II

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI SECRETÁRIA-GERAL www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

		QUALIFICAÇÃ	O DA ENTIDAD	E APOIAC	ORA	Notes the		
Razão Social:	ORGANI ENTOR	ZAÇÃO No ob	GERA1	OLE	ASS	5001	A COES	do
Endereço:	RUA JEREIRA	Aquim 1 Dut	HONO RA NO	R10 27,00	CNPJ:	02	307906	00010
Município:	Form	254		UF:	Go	CEP:	73801	040
Nome do repre	sentante legal:	Doniz	CETE I	)ias	de	S	DUZA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 11 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

## ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.307.902/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE I	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DATA DE ABER 03/08/1997				
NOME EMPRESARIAL ORGANIZACAO GERAL	DE ASSOCIACOES DO ENT	ORNO DO DF				
TITULO DO ESTABELECIMENTO DGADEF	(NOME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS			
	IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL de associações de defesa de	e direitos sociais				
66.19-3-99 - Outras ativio 32.30-0-01 - Serviços de 74.90-1-03 - Serviços de 50.10-1-00 - Atividades d	organização de feiras, cong agronomia e de consultoria de rádio dades profissionais, científic UREZA JURÍDICA	las anteriormente os financeiros não especificadas anterio pressos, exposições e festas a às atividades agrícolas e pecuárias cas e técnicas não especificadas anterio				
OGRADOURO R JOAQUIM HONORIO F	PEREIRA DUTRA	NÚMERO COMPLEMENTO				
73.801-040	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO FORMOSA	UF GO			
ENDEREÇO ELETRÔNICO DONIZETEDIASDESOUZ	ZA@GMAIL.COM	TELEFONE (61) 9912-4737				
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ	VEL (EFR)					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			ATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 1/05/1999			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL					

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 11/05/2022 às 17:25:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





# ORGANIZAÇÃO GERAL DE ASSOCIAÇÕES DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL. CNPJ: 02.307.902/0001-09



Ata da eleição da nova diretoria da OGADEF - Organização Geral das Associações do Entorno do Distrito Federal 2021/2025, conforme o edital de convocação, aos nove de outubro de 2021, é realizada na sede provisória da OGADEF, situada na Av. das Américas, esquina com a Rua 03, Nº 01, Loja 01 – Setor Abreu - Formosa/GO. A eleição teve início Às 16:00hs com a oração do "Pai Nosso" em seguida o Donizete tomou a palavra para deixar a par o motivo da reunião, agradecendo a todos pela confiança que depositaram por ele ter sido eleito presidente na campanha passada foi apresentada uma chapa única e tendo como candidato o presidente Donizete Dias de Souza, portador do CPF: 189.845.501-59 e RG 475539 SSP/DF e Vice Presidente Geraldino Ferreira do Prado, portador do CPF 605.169.171-53 e RG 3593732 SSP/DF, para primeira secretária Leila Katia Machado, portadora do CPF: 295.938.321-49 e RG 511428 SSP/DF. Segunda Secretária Telma Aparecida Gonçalves, portadora do CPF 720.336.226-49 e RG 3296839 SSP/GO. Primeira tesoureira Cláudia Ladeira Ornelas, portadora do CPF: 767.413.707-49 e RG 06353585-0 RJ, RP29501 OAB/DF expedida em 11 de junho de 2009, Segundo tesoureiro Edimário Pereira Guia, portador do CPF 394.921.091-15 e RG 1101599 SSP/DF, primeira conselheira fiscal Maria Aparecida da Silva Dias, portadora do CPF: 479.705.101-91 e RG: 35483850202563 SSP/GO, segundo conselheiro fiscal Francisco Honório Filho portador do CPF: 032.813.631-05 e G: 4700008 SSP/GO, terceiro conselheiro fiscal Euzébio Fonçeca Barros, portador do CPF 199.575.481-15 e RG 568271 SSP/DF, conselheiro fiscal suplente Renato Gomes Machado, portador do CPF: 797.828.091-87 e RG: 3423002 SSP/GO, e de acordo com a comissão eleitoral composto por Harley Marcos dos Santos Sotelino de Moura e Eliane Pereira de Oliveira Souza, propôs a votação por aclamação e assim o fizeram pelos presentes e vídeos conferencia, foi eleito por unanimidade; eu como primeira secretária não tenho mais nada a acrescentar, eu lavrei esta ata que depois de lida e aprovada será assinada por quem de

Email: Ogadefinstituicao091@gmail.com

donizetediasdesouza@yahoo.com.br

leilacatiamachado@gmail.com Ligação: (61) 99912-4737

Leila (61) 9 9681-3676

b ado Hydeler de Bostos Nes Hamerio Giller o Sporecide 5 2



ORGANIZAÇÃO GERAL DE ASSOCIAÇÕES DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ: 02.307.902/0001-09

### DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL

- Presidente: Geraldino Ferreira do Prado - CPF 605.169.171-53

hola Katia Marlade

1º Secretária: Leila Katia Machado - CPF: 295.938.321-49

2º Secretária: Telma Aparecida Gonçalves - CPF 720.336.226-49

1º Tesoureira: Cláudia Ladeira Ornelas - CPF: 767.413.707-49

1º Conselheira Fiscal: Maria Aparecida da Silva Dias - CPF: 479.705.101-91

raprecises Homaris Fillers

2º Conselheiro Fiscal: Francisco Honório Filho - CPF: 032.813.631-05
3º Conselheiro Fiscal: Euzébio Fonçeca Barros - CPF: 199.575.481-15

Conselheiro Suplente: Renato Gomes Machado - CPF: 797.828.091-87

Formosa, 09 de outubro de 2021.

Email: Ogadefinstituicao091@gmail.com donizetediasdesouza@yahoo.com.br leilacatiamachado@gmail.com Ligação: (61) 99912-4737 Leila (61) 9 9681-3676











# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

	QUALIFIC	CAÇÃO DA ENTIDADE APOI	ADORA			
Razão Social:	Rauber Sur	one Comerial	de 1	lli me	rton	15 19A
Endereço:		17 Willage	CNPJ:	06.9		14/and-6
Município:	formosa	UF	F: GO	CEP:	73.	
Nome do repre	sentante legal:	line Rauber	Sent	mo.		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 11 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

## ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.914.614/0001-65 MATRIZ	COMPROVANTE D	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
NOME EMPRESARIAL RAUBER SERRANO (	COMERCIAL DE ALIMENTOS L	rda .			
TÍTULO DO ESTABELECIMEN MERCADO 3 IRMAOS	NTO (NOME DE FANTASIA)	33-8		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA A 47.12-1-00 - Comércio mercearias e armazér	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL o varejista de mercadorias em g ns	eral, com predominância de	produtos alim	entícios - minimercados,	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS <b>Não informada</b>	ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIA	AS		1400	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA N 206-2 - Sociedade Em	IATUREZA JURÍDICA presária Limitada	ur de la companya de			
OGRADOURO R E			MPLEMENTO		
73.814-540	BAIRRO/DISTRITO BAIRRO VILLAGE	MUNICÍPIO FORMOSA		UF GO	
ENDEREÇO ELETRÓNICO cardosokim@hotmail.	com	TELEFONE (61) 6424-673			
ENTE FEDERATIVO RESPON	SÁVEL (EFR)			The state of the s	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA D 06/08	A SITUAÇÃO CADASTRAL /2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADA	ASTRAL			ALL STATES OF THE STATES OF TH	
	- Average series			Table 1	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/05/2022 às 16:08:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



# SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA REATIVAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

# RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME

NIRE: 52202118731 CNPJ: 06.914.614/0001-65

CAROLINE RAUBER SERRANO, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada na Rua E nº. 17 - Bairro Village - Formosa/GO. CEP. 73.814-540, natural de Tapera/RS, nascida aos 05/03/1982, filha de José Canisio Rauber e Elaine Terezinha Rauber, portadora da RG. Nº. 4195876-2° via expedida pela DGPC/GO e CPF. N°. 899.701.441-20.

VALDILENE XAVIER RAUBER, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresaria, residente e domiciliada na Rua E nº. 17 – Bairro Village – Formosa/GO. CEP. 73.814-540, natural de Formosa/GO, nascida aos 17/10/1980, filha de Osvaldo Pereira da Silva e de Maria Xavier da Silva, portadora da RG. Nº. 4567380-2º via, expedida pela DGPC/GO e CPF nº. 998.207.651-53. Únicos e atuais titulares da Sociedade Empresaria Limitada denominada Rauber Serrano Comercial de Alimentos Ltda – Me, estabelecida na Rua E nº. 17 – Bairro Village – Formosa/GO. CEP. 73.814-540, com CNPJ. Nº. 06.914.614/0001-65, devidamente arquivada e registrada nesta Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº. 52202118731 em sessão do dia 06/08/2004, RESOLVEM de comum acordo e na melhor forma de direito, Reativar, alterar e consolidar o referido Contrato Social de acordo com a lei 10.406/2002, conforme cláusulas e condições a seguir indicadas:

Cláusula Primeira — Retira-se da Sociedade a sócia Valdilene Xavier Rauber, possuidora de 5 (cinco) quotas de R\$ 100,00 (Cem Reais) cada uma, perfazendo o total de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) cedendo e transferindo o total de suas quotas para o sócio ora admitido na Sociedade João Vitor Rauber Serrano, brasileiro, menor, solteiro, estudante, residente e domiciliado na Rua E nº. 17 — Bairro Village — Formosa/GO CEP. 73.814-540, nascido em 26/10/2001, filho de Adão de Castro Serrano e de Caroline Rauber Serrano, portador da Cédula de Identidade nº. 6609306, expedida pela SSP/Go, e CPF nº. 015.233.691-59, neste ato representado por seus Genitores Caroline Rauber Serrano, acima qualificada e Adão de Castro Serrano, nascido em 24/11/1979, filho de Antonio de Castro Serrano e de Ana Pereira de Oliveira, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Rua Maria de Melo Pinto nº. 80 Qd. 06 Lt. 01 — Bairro Formosinha — Formosa/GO CEP. 73.813-490, portador da Cédula de Identidade nº. 1640131 SSP/DF e CPF nº. 803.203.841-87.

Certifico que este documento da empresa RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME, Nire 52 2021 1873-1, foi defendo e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.br/ e informe: Nº do protocolo 16/049637-3 e o codigo de segurança wcyhJ. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2016 09 27:54 por Paula Nunes Lobo - Secretaria Geral.



Pag I de S

Cláusula Segunda — A sócia Valdilene Xavier Rauber, declara ter recebido neste ato todos os direitos e haveres, dando geral, rasa e irrevogável quitação por essas quotas, direitos e haveres a elas referentes na Sociedade, para nada mais reclamarem seja a que título for.

Cláusula Terceira — O capital social que e de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) divididos em 100 (Cem) quotas no valor de R\$ 100,00 (Cem Reais) cada uma, integralizado em moeda corrente do Pais fica assim distribuidos entre os sócios:

Socios	Quotas	Vir Unit	1 1/21	100.0
Caroline Rauber Serrano	0.6	THE COURT	Valor	5%
Inda Vitas Davida B	1 2 2	1100,00	9.500.00	04
João Vitor Rauber Serrano	5	100.00	500.00	-
Total	100	- 100,00	500,00	5
Parágrafo Union A	100	**********	10.000,00	100

Parágrafo Unico: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Clausula Quarta: A sociedade será administrada pelo(s) sócio(s) administrador(es). Caroline Rauber Serrano, a ele(s) caberá isoladamente a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso da sociedade em negócios estranhos aos fins sociais.

Cláusula Quinta: Os sócios terão uma retirada mensal, a titulo de Pro-Labore dentro dos limites estabelecidos pela legislação de imposto de renda, de valores fixados no inicio de cada exercício social.

Ciáusula Sexta: O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da Lei, de que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade

# CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

# RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA ME

NIRE: 52202118731 CNPJ: 06.914.614/0001-65

Cláusula Primeira: A sociedade gira sob a denominação de RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA- ME e fantasia MERCADO 3 IRMÃOS

Certifica que este documento da empresa RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME, Nire: 52 20211873-1, foi defendo e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goias. Para validar este documento, acesse hop://www.juceg.go.gov.br/e informe: N° do protocolo 16/049637-3 e o codigo de segurança weyh3. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada um 12/04/2016 09/27/54 por Paula Nunes Lobo - Secretaria Gicial.

ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635



Cláusula Segunda: A sede social da empresa é:. Rua E nº. 17 - Bairro Village -Formosa/GO CEP. 73.814-540.

Cláusula Terceira: Constitui fins da sociedade o ramo de:

Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios em Geral Cnae 4712100

Cláusula Quarta: A sociedade tem seu prazo de duração indeterminado, com todas as disposições do presente instrumento subordinadas a legislação comercial, tendo inicio de suas atividades em 02/08/2004.

Cláusula Quinta: O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) divididos em 100 (Cem) quotas no valor unitário de R\$ 100,00 (Cem Reais) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do Pais, e assim distribuído:

Sócios	Nº. Quotas	Vlr. Unit	Capita!	1 %
Caroline Rauber Serrano	95	100.00	9.500.00	95
João Vitor Rauber Serrano	5	100.00	500.00	5
Total	100	1	10.000.00	100

Parágrafo Único: a responsabilidade de cada socio e restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social

Cláusula Sexta: A sociedade será administrada pelo(s) sócio(s) administrador(es), Caroline Rauber Serrano, a ele(s) cabera isoladamente a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso da sociedade em negócios estranhos aos fins sociais.

Cláusula Sétima: Os sócios terão uma retirada mensal, a titulo de Pré-Labore dentro dos limites estabelecidos pela legislação do imposto de renda, de valores fixados no inicio de cada exercício social.

Cláusula Oitava: O ano social terá inicio em 1º de janeiro e terminara em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício e a ele correspondente serão elaboradas com base na escrituração mercantil da empresa, o balanço patrimonial, as demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados e a demonstração do resultado do exercicio.

Cláusula Nona: É expressamente proibido aos sócios usarem a denominação social em negócios alheios aos fins da sociedade, bem como praticar atos gratuitos por sua natureza, tais como avalizar, endossar e afiançar obrigações de terceiros.

Carvline Kaulor Segurano

Certifico que este documento da empresa RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME, Nire. 52 20211873-1, foi deferido e arqui vado na Junta Comercial do Estado de Guiás. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.br/ e informe: Nº do protocolo 16/049637-3 e o cócigo de segurança weyld. Esta cópia foi aufenticada digitalmente e assinada em 12/04/2016/09/27/54 por Paula Nones Lobo - Secretaria Gecal.





Cláusula Décima: O falecimento de qualquer dos sócios não impedirá a dissolução da sociedade, podendo seus herdeiros ou sucessores após a devida homologação da partilha requererem à sociedade a sucessão do sócio falecido. A aceitação é critério exclusivo do sócio remanescente. Em caso da não aceitação pelo sócio remanescente, realizar-se-á o acerto de contas, por intermédio de balanço patrimonial para apuração dos lucros ou prejuízos, que serão distribuidos aos herdeiros ou sucessores do sócio falcuido, juntamente com suas quotas, sempre na proporção da sua participação no capital social.

Cláusula Décima Primeira. A sociedade dissolver-se à nos casos previstos em Lei ou por determinação dos sócios.

Parágrafo Único: No caso de dissolução, os sócios nomearão um responsável com poderes para dissolver a sociedade procedendo-se de acordo com as leis vigentes.

Cláusula Décima Segunda: O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da Lei, de que não está(ao) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos publicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, té pública, ou a propriedade.

Clausula Décima Terceira: Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil - Lei nº, 10.406/2002 e de outros dispositivos legais aplicaveis.

Cláusula Décima Quarta: O Foto do presente contrato é da Comarca de Fotmosa/GO., que assim elegem os contratantes

Paroline Kauber Serrono

a Jaldilens

Certifico que cote documento da empresa RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS UTDA - ME. Nire. 52 2021 1873-1 , foi defendo e arquivado na Junta Contes tal do Estado de Gotas. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.be//e.suforme/ Nº do protocolo 16/04/647-3 e o codigo de segurança weyld. Esta copia foi automicada digitalmente e assonada em 12/04/2016/09/27/54 por Panta Nones Lobo » Secretaria Getal





E por estarem assim justo e contratado, assinam o presente instrumento, o qual vai redigido em via única, e assinado por todos de direito, mandando registrar e arquivar na Junta Comercial do Estado de Goiás, para que sustam seus jurídicos e legais efeitos.

Caroline Rauber Serrano

Valdilene Xavier Rauber

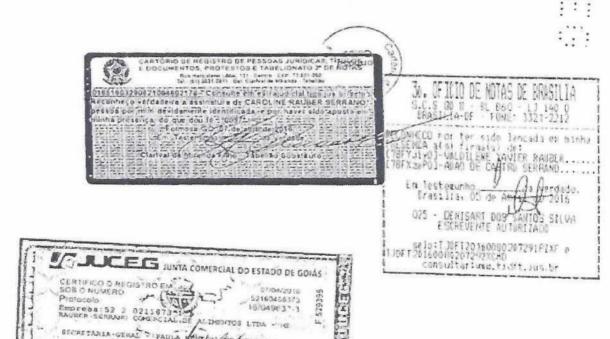
Loan July Surrano

Valdilene Xavier Rauber

Loan Vitor Rauber Serrano - Representado por sua Mão Caroline Rauber Serrano

João Vitor Rauber Serrano - Representado por seu Pai Adão de Castro Serrano

Loão Vitor Rauber Serrano - Representado por seu Pai Adão de Castro Serrano



Certifico que este documento da empresa RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - MP, Nue: 52 20211873-1 ; foi defende e arquivado Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.br/e-informe: Nº de protocolo 16/049617-1 e o codiço segurarica weyld. Esta copia foi autenticada digitalmento e assinada em 12/04/2016/09/27/54 por Paula Nunes Lobo - Secretaria Geral.

Plug 5 de 51



# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

	QL	JALIFICAÇÃO DA ENTI	DADE APOIAD	ORA			West Constitution
Razão Social:	Souza	e Glivei,	na ta	200	org	r EIK	KLI
Endereço:	Av. Form	1999 Nº 20		CNPJ:		57.353/	
Município:	formore		UF:	60	CEP:		
Nome do repre	sentante legal:	Renota	73o	iges	d	le Soi	130

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 12 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

## ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

MATRIZ	COMPROVANT	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
NOME EMPRESARIAL SOUZA E OLIVEIRA	PAPELARIA EIRELI				
TÍTULO DO ESTABELECIME RM PAPELARIA E CA	NTO (NOME DE FANTASIA) ARIMBOS				PORTE ME
	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL o varejista de artigos de pap	pelaria		1984 De 198	
47.52-1-00 - Comérci 47.61-0-01 - Comérci 47.63-6-01 - Comérci 47.72-5-00 - Comérci 47.81-4-00 - Comérci 47.82-2-01 - Comérci	o varejista de brinquedos e : o varejista de cosméticos, p o varejista de artigos do ves o varejista de calcados	equipamentos de telefonia artigos recreativos rodutos de perfumaria e de stuário e acessórios	e comunicação higiene pessoal		
82.19-9-01 - Fotocópi CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA	ias	os não especificados anter Limitada (de Natureza Emp			- 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1
82.19-9-01 - Fotocópi  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA  230-5 - Empresa Indi  LOGRADOURO	NATUREZA JURÍDICA	# <del></del>			
82.19-9-01 - Fotocópi  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA  230-5 - Empresa Indi  LOGRADOURO  AV FORMOSA	NATUREZA JURÍDICA	Limitada (de Natureza Emp	oresári COMPLEMENTO		UF GO
82.19-9-01 - Fotocópi CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA	NATUREZA JURÍDICA vidual de Responsabilidade  BAIRRO/DISTRITO	Limitada (de Natureza Emp  NÚMERO 209  MUNICÍPIO FORMOSA  TELEFONE	oresári COMPLEMENTO	6	100
82.19-9-01 - Fotocópi  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 230-5 - Empresa Indi  LOGRADOURO AV FORMOSA  CEP 73.813-250	NATUREZA JURÍDICA vidual de Responsabilidade  BAIRRO/DISTRITO FORMOSINHA	Limitada (de Natureza Emp  NÚMERO 209  MUNICÍPIO FORMOSA  TELEFONE	COMPLEMENTO QUADRA: 54;	6	100
82.19-9-01 - Fotocópi  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 230-5 - Empresa Indi  LOGRADOURO AV FORMOSA  CEP 73.813-250  ENDEREÇO ELETRÔNICO	NATUREZA JURÍDICA vidual de Responsabilidade  BAIRRO/DISTRITO FORMOSINHA	Limitada (de Natureza Emp  NÚMERO 209  MUNICÍPIO FORMOSA  TELEFONE	COMPLEMENTO QUADRA: 54;	6 A DA SITUAÇÃO CADAS 05/2015	GO
82.19-9-01 - Fotocópi  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA  230-5 - Empresa Indi  LOGRADOURO  AV FORMOSA  CEP  73.813-250  ENDEREÇO ELETRÔNICO  ENTE FEDERATIVO RESPONSA  SITUAÇÃO CADASTRAL	NATUREZA JURÍDICA vidual de Responsabilidade  BAIRRO/DISTRITO FORMOSINHA  NSÁVEL (EFR)	Limitada (de Natureza Emp  NÚMERO 209  MUNICÍPIO FORMOSA  TELEFONE	COMPLEMENTO QUADRA: 54;	A DA SITUAÇÃO CADAS	GO

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/05/2022 às 11:06:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



# PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM EIRELI

Instrumento Particular de Alteração Contratual de Transformação de Sociedade Limitada em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI

### SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA LTDA

CNPJ/MF Nº 22.557.353/0001-20

RENATA BORGES DE SOUZA, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada na Rua C Qd. 2 Lt. 07 s/n, Setor Bosque II, Formosa/GO – CEP 73.802-210, portadora da Cédula de Identidade n.º 4.390.213, expedida pela DGPC/GO e inscrita no CPF sob o n.º 003.665.321-70, natural de sobradinho/DF, nascida aos 12/03/1984, filha de Odenilson Borges de Souza e Laurita de Fátima Silva.

MARCELO FRANCISCO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua C Qd. 2 Lt. 07 s/n, Setor Bosque II, Formosa/GO – CEP 73.802-210, portador da Cédula de Identidade n.º 30.059, expedida pela PM/GO e inscrito no CPF sob o n.º 842.091.351-00, natural de Unaí/MG, nascido aos 12/09/1978, filho de José Francisco Sobrinho e Isabel Jose de Oliveira.

Únicos sócios da sociedade empresária: SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA LTDA, com sede na Av. Formosa Qd. 54 nº 209 Formosinha, Formosa/GO – CEP 73.813-250, inscrita no CNPJ sob o nº 22.557.353/0001-20 devidamente arquivada e registrada nesta Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº 52203463652 em sessão do dia 29/05/2015, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, proceder a 1ª alteração contratual do contrato em causa, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas que, livre e reciprocamente, outorgam e aceitam conforme segue:

### I – DA RETIRADA DE SÓCIO E CESSÃO DE QUOTAS

a) Retira-se da sociedade o sócio: MARCELO FRANCISCO DE OLIVEIRA que é detentor de 22.500 (vinte e duas mil e quinhentas) quotas de capital no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e



quinhentos reais), e neste ato cede a título de venda a sócia remanescente a totalidade de suas quotas de capital, e declara ter recebido seus direitos e haveres perante a sociedade e a sócia, nada tendo a reclamar, seja a que título for dando-lhe plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

- b) O sócio cedente desiste de eventuais ativos existentes na empresa em favor da sócia remanescente e da própria sociedade. Quanto a passivo existente, é de responsabilidade exclusiva da sócia remanescente.
- c) Com a retirada do sócio e a cessão de quotas entre eles, a sociedade transforma em unipessoal conforme o Artigo 1.033, IV, CC/2002 e a composição do capital social ficará assim disposto:

Sócio	Participação	Quotas	Valor em R\$
RENATA BORGES DE SOUZA	100%	45.000	R\$ 45.000,00
TOTAL	100%	45.000	R\$ 45.000,00

### II – ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

a) A empresa terá por objeto social: o comercio varejista de artigos de papelaria, suprimentos de informática, acessórios para celular, artigos descartáveis, produtos de higiene pessoal, calçados – sandálias havaianas, artigos pedagógicos, livros infantis e didáticos, brinquedos e artigos recreativos, artigos do vestuário e acessórios e material elétrico. Serviços de fotocopias, encadernação, plastificação e fabricação de carimbos.

### III - DA TRANSFORMAÇÃO

- a) A única sócia da sociedade empresária: <u>SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA LTDA</u>, estabelecida na Av. Formosa Qd. 54 nº 209 Formosinha, Formosa/GO CEP 73.813-250, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE nº 52203463652 em 29/05/2015, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.557.353/0001-20, resolve proceder a alteração contratual do contrato em causa, transformando a Sociedade Limitada em <u>EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI</u>, a qual regerá doravante, pelo presente <u>ATO CONSTITUTIVO:</u>
- b) Fica transformada esta Sociedade Empresária Limitada em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI, mantendo a mesma



denominação empresarial de <u>SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA EIRELI</u> e o nome fantasia de **RM PAPELARIA E CARIMBOS**.

- c) O capital registrado no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) passara para R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cujo aumento de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) já está totalmente integralizado em moeda corrente do país, nesta data, e passará a constituir o capital da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI.
- d) Para tanto, firma em Ato Contínuo, o Ato Constitutivo da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, que regerá mediante as condições seguintes:

# ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI, POR TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

1) RENATA BORGES DE SOUZA, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada na Rua C Qd. 2 Lt. 07 s/n, Setor Bosque II, Formosa/GO – CEP 73.802-210, portadora da Cédula de Identidade n.º 4.390.213, expedida pela DGPC/GO e inscrita no CPF sob o n.º 003.665.321-70, natural de sobradinho/DF, nascida aos 12/03/1984, filha de Odenilson Borges de Souza e Laurita de Fátima Silva, (Art. 997, I, CC/2002), constitui a EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI, mediante as condições seguintes:

# CLÁUSULA PRIMEIRA - DO NOME EMPRESARIAL e TÍTULO DO ESTABELECIMENTO

A empresa gira sob o nome empresarial **SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA EIRELI** e tem por título do estabelecimento **RM PAPELARIA E CARIMBOS**, (Art. 997, II, CC/2002).

### CLÁUSULA SEGUNDA – ENDEREÇO DA SEDE, FORO E FILIAIS

A empresa tem sua sede na Av. Formosa Qd. 54 nº 209 Formosinha, Formosa/GO – CEP 73.813-250, e elegeu o foro da cidade sede para dirimir



quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento constitutivo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, (Art. 997, II, CC/2002).

PARÁGRAFO 2º: A empresa poderá abrir filiais, sucursais, agências, depósitos, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional, quando convier aos interesses.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO

A empresa iniciou suas atividades em **02 de junho de 2015** e seu prazo de duração é indeterminado. Não implicando a morte ou extinção a qualquer título de seus membros, em dissolução da empresa, (Art. 997, II, CC/2002).

### CLÁUSULA QUARTA - DOS OBJETIVOS

A empresa tem por objetivos: o comercio varejista de artigos de papelaria, suprimentos de informática, acessórios para celular, artigos descartáveis, produtos de higiene pessoal, calçados – sandálias havaianas, artigos pedagógicos, livros infantis e didáticos, brinquedos e artigos recreativos, artigos do vestuário e acessórios e material elétrico. Serviços de fotocopias, encadernação, plastificação e fabricação de carimbos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO CAPITAL

O Capital é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País e representado por uma quota de igual valor nominal, (Art. 997, III e 1055, CC/2002).

## CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO E DESIMPEDIMENTO

A administração da empresa será exercida por sua titular (Art. 997, VI; 1013, 1015 e 1064, CC/2002).

PARÁGRAFO ÚNICO: A administradora declara sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa



da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, (Art. 1011, § 1°, CC/2002).

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO EXERCÍCIO

O exercício coincidirá com o ano civil. Anualmente, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).

### CLÁUSULA OITAVA – DECLARAÇÃO DA TITULAR

Declaro que não participo de nenhuma outra empresa da modalidade EIRELI.

### CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

E por estar justo e acertado, ajustado à natureza do negócio, perfeito e acabado, presta-se à assinatura do presente instrumento constitutivo em via única para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Formosa - Goiás, 21 de novembro de 2018

RENATA BORGES DE SOUZA Titular Administradora

MARCELO FRANCISCO DE OLIVEIRA Sócio Retirante



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

### ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA EIRELI consta assinado digitalmente por:

Identificação do(s) Assinante(s)				
CPF/CNPJ	Nome			
00366532170	RENATA BORGES DE SOUZA			
84209135100	MARCELO FRANCISCO DE OLIVEIRA			



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/11/2019 15:44 SOB N° 52600896113. PROTOCOLO: 191285560 DE 22/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11905415721. NIRE: 52600896113. SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA EIRELI

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNIA, 25/11/2019 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

À	QI	JALIFICAÇÃO DA	ENTIDADE APOL	ADORA		
Razão Social:	Jamociac Tuna	iaš vok	Kadiod	i Juzo	ŏ lor	minitoria
Endereço:	Rua 02 m	981 Ad:	6 Lote 2	CNPJ:	10.902.	298/0001-89
Município:	Formoso	V	UF		CEP:	3.807 <i>225</i> 0
Nome do repre	sentante legal:	Edmon	laus	Rod		0

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 12 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10,902,298/0001-89 MATRIZ	COMPROVANTE D	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RAI	DIODIFUSAO COMUNITARIA TE	ERRA					
FITULO DO ESTABELECIMEN RADIO TERRA FM	TO (NOME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA AT 34.99-5-00 - Atividades	TIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 3 associativas não específicada	is anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS A Não informada	ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIA	S					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NA 199-9 - Associação Pri	ATUREZA JURÍDICA vada						
OGRADOURO R 02		NÚMERO COMPLEI 881 QUADE	MENTO RAG LOTE 24				
3.807-250	BAIRRO/DISTRITO SETOR NORDESTE	MUNICÍPIO FORMOSA	UF GO				
NDEREÇO ELETRÓNICO ERRAFMDEFORMOS	A@GMAIL,COM	TELEFONE (61) 3631-0887					
NTE FEDERATIVO RESPONS	ÁVEL (EFR)						
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/06/2009				
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	STRAL						
SITUAÇÃO ESPECIAL			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL				

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/05/2022 às 16:51:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





# ATA DE ELEIÇÃO ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA TERRA

RADIO TERRA FM - CNPJ nº10. 902.298/0001-89 Rua Treze nº40, Setor Nordeste. Formosa – Goiás

Aos 14 dias do mês de março de 2019, às 19h00min horas em primeira convocação, reuniram-se em assembleia geral ordinária, na sede da entidade, situada na Rua Treze nº40, Setor Nordeste, Formosa – Goiás, os membros e convidados da Associação de Radiodifusão Comunitária Terra para deliberar sobre a seguinte pauta: Inclusão e Renúncia de Associados; Eleição da Nova Diretoria; e Eleição do Conselho Comunitário, para presidir a reunião foi escolhido o Sr. FLÁVIO EDUARDO COMUNIAN PEDROSA e para secretariar a Sra. DIVANE CARLA SOUZA ARAÚJO PEREIRA, iniciando a reunião foi apresentada os seguintes nomes para compor o quadro de associados: MARCUS VINICIUS ARAÚJO PEREIRA RG: 1498113 SSP/DF, CPF: 810.566.991-91, Casado, residente na Rua 06 número 231 Setor Primavera, Formosa - GO; DIVANE CARLA SOUZA ARAÚJO PEREIRA RG: 3360997 SSP/PE, CPF: 561.176.474-68, Casada, Residente na Rua 06 número 231 Setor Primavera, Formosa - GO; HAMILTON NEVES DE MATOS RG: 3548508230773 SSP/GO, CPF: 816.202.251-15, Solteiro, Residente na Avenida Ferroviária E nº 70 Esquina com a Rua 21 St. Nordeste, Formosa -GO; IZILENE LIMA JEANMONOD RG: 06646474-99 SSP/BA, CPF: 254.200.108-10, Solteira, residente na Rua Clarinda Lobo de Miranda nº 32 A Vista Alegre, Formosa - GO; FLÁVIO EDUARDO COMUNIAN PEDROSA RG: 3838830 SSP/GO, CPF: 072.280.498-96, casado, residente na Rua Intendente Pereira Dutra Quadra 29 Lote 31 Jardim Califórnia, Formosa - GO; SÉZIA VAZ DA COSTA PEDROSA RG: 3750312-2 SSP/GO, CPF: 881.890.741-72, Casada, residente na Rua Intendente Pereira Dutra Quadra 29 Lote 31 Jardim Califórnia, Formosa - GO; EDMAR LUIS RODRIGUES JUNIOR, RG: 5567904 SSP/GO, CPF: 060.394.871-51, Solteiro, Residente na Rua Passagem 2 n° 40 Jardim Califórnia; OLIETE DE FREITAS, RG: 1560006 SSP/DF, CPF: 664.281.491-68, casada, residente na Rua Passagem 1 N° 83 Jardim Califórnia, Formosa - GO; e FRANCISCO PAULO FALBO GONTIJO, RG: 2167040 SSP/DF, CPF: 719.319.611-15, Casado, residente na Rua 05 nº 01 Vila Aurora Setor Nordeste, Formosa - GO, colocado em votação os nomes acima os mesmos foram aprovados e empossados por unanimidade. Em seguida foi informado aos presentes a exclusão da Sras. Tâmara Gonçalves Pereira CPF: 017.690.091-83; e Eva De Barros Nogueira Carvalho CPF: 120.530.741-9 por motivo de Óbito, e os demais nomes abaixo que manifestaram o desejo de não mais participar do quadro de associados da associação conforme solicitação por escrito: Angelita Juvenal de Almeida, CPF: 364.881.351-04; Marcos Favato CPF: 225.295.511-20; Waldisney Sebastião Violante Striquer CPF: 042.197.338-25; Guilherme Souza Silva CPF: 008.563.791-23; Juracy Ferreira de Almeida CPF: 134.058.531-04; Raiane Fonseca Dourado CPF: 037.237.241-40; Virginia Gomes da Silva CPF: 334.805.081-20; Cleiton Alves Couto CPF: 019.677.511-61; Celso Pereira Dourado CPF: 534.343.901-20; Anilton Guirra Camargo CPF: 654.964.856-49; Juliana Ribeiro Muniz CPF: 016.985.461-22; Rosimeire Fonseca de Melo CPF: 622.795.301-63; Zulmira Vieira Ramos CPF: 217.771.601-20; colocado em votação a exclusão dos nomes acima os mesmos foram por unanimidade. Em seguida foi apresentada discutida a formação de uma nova diretoria, após a discussão foi apresentada a seguinte chapa para compor a









unanimidade. Em seguida foi apresentada discutida a formação de uma nova diretoria, após a discussão foi apresentada a seguinte chapa para compor a nova diretoria, para o quadriênio 23: para Presidente EDMAR LUIS RODRIGUES JUNIOR CPF: 060.394.871-51, para Diretora Administrativa OLIETE DE FREITAS CPF: 664.281.491-68 e para Diretor de Operações FRANCISCO PAULO FALBO GONTIJO CPF: 719.319.611-15, colocado em votação a nova diretoria foi aprovado e empossados por unanimidade, prosseguindo a reunião foi apresentada a nova formação do conselho comunitário para o quadriênio 2019/2023: Donizete Dias de Souza CPF: 189.845.501-59, da representante da OGADEF - Organização Geral de Associações do Entorno do Distrito Federal, CNPJ: 02.307.902/0001-09, situada na Rua Joaquim Honório Pereira Dutra nº 127 centro, Formosa - GO; Maria Trindade Ramos da Costa Lopes CPF: 527.644.511-72, representante da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Califórnia, CNPJ: 24.856.858/0001-10 situada na Rua Lázaro de Melo Alvares. Bairro Jardim Califórnia, Formosa - GO; Geraldino Ferreira do Prado CPF: 605.169.171-53, representante da Associação dos Portadores de Deficiência Física, CNPJ: 01.823.845/0001-40, situada na Avenida Pedro Monteiro Guimarães 235 Setor Ferroviário, Formosa - GO; Elson Alves de Melo CPF: 261.944.301-68, representante da ASCEA - Associação Comunitária Céu Azul, CNPJ: 11.183.398/0001-65, Situada na Rua 13 Quadra 09 Lote 16 com a 141 Jardim Bela Vista, Formosa - GO; e Ricardo de Barros Osse CPF: 183.759.078-80, representante do Moto Clube Os Lobos de Formosa, CNPJ: 11.727.071/0001-07, situada na RUA 01 N° 33 Parque das Laranjeiras, Formosa - GO. Por fim o Presidente eleito EDMAR LUIS RODRIGUES JUNIOR agradeceu o apoio dos presentes e lembrou que toda a comunidade pode se associar Associação de Radiodifusão Comunitária Terra, contribuindo para o seu desenvolvimento. Não havendo nada mais a tratar o Presidente encerrou a reunião às 22h40min. Antes leu esta ata, que foi aprovada por unanimidade, e eu, DIVANE CARLA SOUZA, na função de secretária, lavrei a presente ata, que assino juntamente com o presidente da assembleia Sr. FLÁVIO EDUARDO COMUNIAN PEDROSA. A mesma deverá ser registrada no livro A do registro de pessoas jurídicas

FLÁVIO EDUARDO COMIUNIAN PEDROSA

Presidente de Assembleia CPF: 074,280.498-96

DIVANE CARLA SOUZA ARAÚJO PEREIRA

Secretaria da Assembleia CPF: 561.176.474-68



2





	Q	UALIFICAÇÃO DA ENT	TIDADE APOIAD	ORA			
Razão Social:	Maria	Angelica	de	Ma	non	pla	
Endereço:		ne me 305	$\sim$	CNPJ:	29.8	53.981/0001	l-00
Município:	formoso		UF:	60	CED		'O
Nome do represe	entante legal:	Maria Ar	gelica	de	1	lironda	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 12 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/09/2021 às 15:08:36 (data e hora de Brasilia).

Página: 1/1

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL



ATIVA

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO E SPECIAL



### Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração

### REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Colbon 111

NIMEDO DE IDENTIFICACIÓN	ं १०,० कि में हुई छन्	HOUSE			·	Folhas
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO F	REGISTRO DE EI	APRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher so	omente se ato referente a filial)	
60600611040	_			XXX	9,173	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, MARIA ANGELICA DE MIR.	sem abreviaturas	)	ľ		De de la company	
NACIONALIDADE .	ANDA					
BRASILEIRA	1-			ESTADO CIVIL	The state of the s	
SEXO		REGIME DE BEN		SOLTEIRO(A)		**************************************
Feminino		XXX :	NS(se casedo)	Ti-	1.	
FILHO DE (pal)				(mās)		
JOSE ARLINDO FILHO			(*)	ELIZABETH ANTONIC	DE MIDANDA	
NASCIDO EM (date de nascimento)	LUC HANNING	DOCUMENTO DE IDENTIFI	ICACÃO (número)	Orgão emissor	UF	lone
25/09/1984		04262170958		DETRAN	loo	CPF(número)
EMANCIPADO POR (forma de emano	spação - somente	no caso de menor)	1557-9-325-338	1		064.404.176-57
XXX		- proper J=8				
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO -	rua, sv. etc)	14 1385 In 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14	Maria de la compansión de			NÚMERO
AVENIDA FORMOSA						SN
COMPLEMENTO	BAIRRO/DI			CEP	CÓDIGO DO MUNICIPIO	(Uso de junte Comerciel)
NRO 305	FORMO	SINHA		73813-250	002165 - Formosa	
MUNICIPIO	4					UF
Formosa				estate to the common of the production	20050 - 111 Mail - 1201 - 1201	GO
declara, sob as penas da l	el, não estar	Impedido de exerce	er atividade em	presária, que não poss	ui outro registro de en	opresário e requer:
À JUNTA COMERCIAL	DO ESTAD	O DE GOIÁS		A JUNTA COME		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO		•			CRIÇÃO DO ATO	15.1000
002 - ALTERAÇÃO				XXX	CKIÇAO DO ATO	
The state of the s				\^^		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO				CÓDIGO E DES	CRIÇÃO DO EVENT	0
022 - ALTERACAO DE I	DADOS E D	E NOME EMPRE	SARIAL	xxx		•
NOME EMPRESARIAL			2020/2000/00/00	507005000		
MARIA ANGELICA DE MIRA	ANDA					ENQUADRAMENTO
LOGRADOURO (rua, ev, etc)	HIVDA					ME (Microempresa)
AVENIDA FORMOSA					119	NÚMERO
COMPLEMENTO	BAIRROIDI	STRITO		ICEP		SN
NRO 305	FORMO	3.19(3.15)		73813-250	002165 - Formosa	(Uso de Junte Comerciel)
MUNICIPIO	1. 0	A/A	UF	73013-230 PAIS	CORREIO ELETRÔNICO	
Formosa		395	Igo	BRASIL		ONTABIL@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - RS	VALOR DO	CAPITAL - (por extenso)		DIVIOLE	VISAUSISTEMACI	ON I ABIL@GMAIL.COM
50.000,00		a mil reais			1 1/3	
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMIC	-	Descrição do Objeto		THE PROPERTY OF THE PARTY OF TH	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
(CNAE Fiscat) Atividade Principal		Serviços especializad	ios para constru	ção; Fabricação de esc	uadrias de metal: Comér	rcio varejista de ferragens e
4399199		ferramentas; Comérc	io varejista de m	naterial elétrico: Fabricad	ão de artigos de metal r	para uso doméstico e
Atividade Secundêria		pessoal; Fabricação o	de aparelhos ele	trodomésticos, peças e	acessórios.	
2512800, 2593400, 2759799	9, 4742300.					
4744001		÷.**				
	1885 T				~	
					6	
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	,	IÚMERO DE INSCRIÇÃO N	IO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SE	DE OU DE FILIANDE UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
06/03/2018	1	29.853.981/0001-00		OUTRA UF NIRE ANTERI	UH / 1 de F	- DEPENDENTE DE 1 - SIM
DATA ASSINATURA -		ASSINATURA DO EMPRESA	ARIO		/600/	GOVERNAMENTAL 3 - NÃO
01/07/2019	j		opelica i	d. 00 . 1	17em	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA C	OMERCIANA	Judino 100	ngerica i	de Minorida	9	
DEFERIDO, PUBL		APOUNE SE	LAUTENE	01010	1,00	
OLI ERIDO, PUBL	MULTOE E	UNGOIVE-SE	AUTENTI	CAÇAU		
		- 1000 - B		1111		
	1					
-				3,5300	G	O2190002763637
					AND REAL PROPERTY OF THE PROPE	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal do Empreendedor Goiano



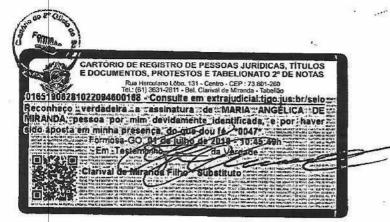
CERTIFICO O REGISTRO EM 03/07/2019 14:38 SOB N° 20190690828. FROTOCOLO: 190690828 DE 02/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903016854. NIRE: 52803911648. MARIA ANGELICA DE MIRANDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÁNIA, 03/07/2019 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

idade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Informando seus respectivos códigos de verificação







CERTIFICO O REGISTRO EM 03/07/2019 14:38 SOB N° 20190690828. PROTOCOLO: 190690828 DE 02/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903016854. NIRE: 52803911648. MARIA ANGELICA DE MIRANDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNIA, 03/07/2019 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

idade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação





### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.853.981/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS	DATA DE ABERTURA 06/03/2018	
NOME EMPRESARIAL  MARIA ANGELICA DE MIRAI	NDA		
OPCAO CALHAS E RUFOS	ME DE FANTASIA)		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 43.99-1-99 - Serviços especia	E ECONÔMICA PRINCIPAL alizados para construção não esp	ecificados anteriormente	
27.59-7-99 - Fabricação de ou 47.42-3-00 - Comércio varejis	squadrias de metal rtigos de metal para uso doméstic utros aparelhos eletrodomésticos		ente, peças e acessórios
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA 213-5 - Empresário (Individua			
LOGRADOURO AV FORMOSA		NÚMERO COMPLEMENTO ********	
-	RO/DISTRITO RMOSINHA	MUNICÍPIO FORMOSA	UF <b>GO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO angelicalindinhaa@hotmail.c	com	TELEFONE (61) 3642-1651	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (E	EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL  ATIVA  MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			ATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 6/03/2018
SITUAÇÃO ESPECIAL		l Ind	ATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
******			******

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/05/2022 às 09:42:02 (data e hora de Brasília).



# ATO DE ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

# MARIA ANGELICA DE MIRANDA CNPJ/MF 29.853.981/0001-00 NIRE 52803911648

# 1<sup>a</sup> Alteração

MARIA ANGELICA DE MIRANDA, Brasileiro(a), SOLTEIRA, empresário(a), nascido(a) em 25/09/1984 , filho(a) de JOSE ARLINDO FILHO E ELIZABETH ANTONIO DE MIRANDA, residente e domiciliado(a) a RUA OLIMPIO DE MELO ALVARES N.20, JARDIM CALIFORNIA, FORMOSA/GO, CEP 73807-615 portadora da carteira nacional de habilitação n.º 04262170958, expedida pela DETRAN/GO e CPF/MF n.º 064.404.176-57, na condição de empresário individual MARIA ANGELICA DE MIRANDA, estabelecida na a AVENIDA FORMOSA SN NRO 305 FORMOSINHA FORMOSA/GO, CEP 73813-250, município de Formosa/Go, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.853.981/0001-00, e devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº 52803911648, Resolve alterar seu ato constitutivo mediante as seguintes clausulas e condições;

<u>Cláusula Primeira</u> – fica criada uma filial da empresa individual com sede na AVENIDA CALIFORNIA SN QUADRA 02 LOTE 33 JARDIM CALIFORNIA FORMOSA GO., CEP 73807-600, com destaque de capital social de 10.000,00 (Dez Mil Reais), e objeto social de : Serviços especializados para construção; Fabricação de esquadrias de metal; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de material elétrico; Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal; Fabricação de aparelhos eletrodomésticos, peças e acessórios, e nome fantasia de : OPÇÃO CORTES & DOBRAS.

# CONSOLIDAÇÃO

Cláusula Primeira: - O empresário Individual tem como nome empresarial de MARIA ANGELICA DE MIRANDA,

<u>Cláusula Segunda: -</u> O Empresário Individual tem sua sede e domicílio na AVENIDA FORMOSA S/N. NRO 305 FORMOSINHA, município de FORMOSA/GO, CEP 73.813-250, e primeira filial na sede: AVENIDA CALIFORNIA SN QUADRA 02 LOTE 33 JARDIM CALIFORNIA FORMOSA GO., CEP 73807-600, com destaque

Certifico que este documento da empresa MARIA ANGELICA DE MIRANDA, NIRE: 52 80391164-8 é copia autenticada do original arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás de acordo com o art. 78 inciso II do Decreto Federal 1800/96 e IN/DREI nº 20 – Art. 4º. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.br e informe: Nº de protocolo 22/996137-0 e código de segurança 1PsRA. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2022 14:41:03 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.

de capital social de 10.000,00 ( Dez Mil Reais ), e objeto social de : Serviços especializados para construção; Fabricação de esquadrias de metal; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de material elétrico; Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal; Fabricação de aparelhos eletrodomésticos , peças e acessórios, e nome fantasia de : OPÇÃO CORTES & DOBRAS. podendo abrir e manter filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, obedecendo às disposições legais vigentes (art. 997, II, Lei nº. 10.406/2002).

<u>Cláusula Terceira:</u> - O Empresário Individual tem como objeto: Serviços especializados para construção; Fabricação de esquadrias de metal; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de material elétrico; Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal; Fabricação de aparelhos eletrodomésticos, peças e acessórios.

Cláusula Quarta: - O Empresário Individual iniciou suas atividades em 06/03/2018, e seu prazo de duração é indeterminado (art. 997, III, da Lei 10.406/2002).

<u>Cláusula Quinta:</u> - O capital do Empresário Individual é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), integralizado por prazo indeterminado, em moeda corrente do País, pelo seu Empresário(a) MARIA ANGELICA DE MIRANDA.

<u>Parágrafo Primeiro</u>: - A responsabilidade do(a) Empresário é restrita ao valor do capital.

<u>Parágrafo Segundo</u>: - Eu, MARIA ANGELICA DE MIRANDA Declaro que não possuo nenhuma outra Empresa desta modalidade registrada.

<u>Cláusula Sexta</u> - A administração é exercida pelo(a) empresário(a) MARIA ANGELICA DE MIRANDA, assinando isoladamente, todos os documentos de interesse com todos os poderes que lhes reconhecer o cargo na empresa. Ficando autorizado o uso do nome empresarial pelo titular, vedado, no entanto o uso em atividades estranhas, tais como avais, fianças, empréstimos ou assumir obrigações, bem como onerar ou alienar bens imóveis da empresa.

<u>Cláusula Sétima</u> - Pelo exercício da administração o(a) empresário(a) MARIA ANGELICA DE MIRANDA, terá uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Oitava - Ao término da cada exercício, em 31 de dezembro, de cada ano, procederá à elaboração das demonstrações financeiras legalmente exigidas, com vistas a prestar contas justificadas de sua administração, sendo que os lucros auferidos ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelo titular, conforme previsto no art. 1.065 da Lei nº. 10.406/02.

<u>Cláusula Nona</u> - Falecendo ou interditada o(a) Empresário(a), a Empresa Individual continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. O valor de

seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

<u>Cláusula Décima</u> - De conformidade com o que dispõe o artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil Lei 10.406/2002, as omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas, serão supridas ou resolvidas com base na legislação específica, aplicando-se supletivamente a Lei em vigor e outras disposições legais vigentes que lhe forem aplicadas.

Cláusula Decima Primeira - O(a) Empresário (a) declara-se, sob as penas da lei, que não se acha impedido(a) de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei 8.934/94.

<u>Cláusula Décima Segunda</u> - Fica eleito o Foro desta comarca, para dirimi dúvidas ou casos omissos da presente empresa, os quais possam surgir e não haja condições de saná-las amigavelmente.

E, por estar em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, assino o presente instrumento em 01 (uma) via única.

Formosa/GO, 15 de DEZEMBRO de 2021.

MARIA ANGELICA DE MIRANDA

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

# **ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa MARIA ANGELICA DE MIRANDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)					
CPF/CNPJ	Nome				
06440417657	MARIA ANGELICA DE MIRANDA				



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/12/2021 09:11 SOB Nº 52901061207. PROTOCOLO: 217025854 DE 16/12/2021. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12109203974. CNPJ DA SEDE: 29853981000100. NIRE: 52803911648. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/12/2021. MARIA ANGELICA DE MIRANDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI SECRETÁR I A-GERAL www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Certifico que este documento da empresa MARIA ANGELICA DE MIRANDA, NIRE: 52 80391164-8 é copia autenticada do original arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás de acordo com o art. 78 inciso II do Decreto Federal 1800/96 e IN/DREI nº 20 – Art. 4º. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.br e informe: Nº de protocolo 22/996137-0 e código de segurança 1PsRA. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2022 14:41:03 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.

4	T	QUALIFICAÇÃO D	O APOIADOR				
Nome Completo:	lamila d	tearing la	rvalhr	)			
Endereço:		•			00 4	10.0	din Californi
Município:	Firmora	That the Pro-		UF:		CEP:	į V
RG:	8215758	Órgão Emissor:	PC GC	)	CPF:	033	623.721.98

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 11 de Maio de 2022.

Pamila Araujo Canvalho
Assinatura do(a) apoiador(a)

### ATENÇÃO:



# REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOLÁS SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLIC

POLICIA CIVIL INSTITUTO DE IDENTIFICACIÓN

CAMILA ARAÚJO CARVALHO

PRINCHO NONATO CARVALHO LIMA

ROSANA REIS DE ARAÚJO CARVALHO

DATA NASCIMENTO 21/09/1990 NATURALIDADE UNAÍ - MG OBSERVACAO

TIPOFATOR RH

"" Bourda Maring Courtelle

ASSIBATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



033623721-98 DNI\*\*\*\*

RG 8215758 1ª VIA

CERTIDÃO DE NASCIMENTO 44405 A-64 FLS87 UNAÍ-MG EM

05/06/2020

DATA DE EXPEDIÇÃO

POLEGAR DIRETTO

SERIE

IDENTIDADE PROFISSIONAL

IS/PIS/PASET

\*\*\*

DERT. MILL

\*\*\*

\*\*\*\*

\*\*\*\*

CTPS

ELEITOR

\*\*\*

898002025963957

ONO

8500d

ASSINATURA DO DIRETOR

54417646



B B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL NORMAL CONVENCIONAL

MONOFASICO

LEITURA

08/04/2022

10/

RAQUEILLA JUNIA DE ARAUJO

RUA CRUNDWALD GOSTA, Q. 40, L. 30, S.N. CASA, 1 JARDIM CALIFORNIA CEP 73807725 FORMOSA GO BRASIL

610248315

INSTALAÇÃO / UNIDADE CONSUMIDOR/

101253907

MES/ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
MAI/2022	28/05/2022	R\$************************************



NOTA FISCAL Nº 1

Consulte pela Chave https://dfe-portal.sys chave de acesso. Protocolo de autoriz-

ESTA UCINÃO POSSUI DEBITOS RELATIVOS AOS ANOS DE 2021 E ANTERIORES. ESTA DECLARAÇÃO É COMPROVANTE DE PAGAMENTO, EXCETO QUANTO A DI

PERIODO DE REFERÊNCIA DA APURAÇÃO DOS INDICADORES DE CONTINUIDADE - 3/3022, VRC - RE 15/36/98.

A MEET DEFINIU QUE PARTIR DE 160422 A BANDEIRA TARIFARIA SERÁ À VERDE SEM CUISTOS ADICIONAIS NA FATURA HAVERA CORRANÇA DA BANDEIRA CONSUMO ANTERIORES À ESSA DATA, SAIBA MAIS EM WWW.ANEEL.GOV.BR

diversity of the second	01	ESCRIÇÃO DO	3 FATURA	MENTO					TRHUTOS	HASK
There do Farces  Constitute and opening can  Constitute and opening can  Constitute and opening can  Constitute and opening can  Constitute and opening  Constitute and openin	Ment Street, Arms (Acces) (Acces) (Acces)	Press or notify of a list. A SECOND	Variety (12) (12) (13) (13) (13) (13) (13) (13) (13) (13	Problemens 8.05 8.74	Reser Case HOM leaving 11 PC 11 AG	Afgunta 4048 15 15	ACM/S	Terfe southing	COPINS KIND FISHASEP	20.60 20.60 20.60 20.60
										L C
										585-4110-acd0-be5f2f9635
										1110-acdC
	**************************************			460	31.94		100			785
taker throatening	DADOS DE MEDIÇ	Lamira Lam		Corasto	NOTIFICA	IÇAG 3F2	TURASI	NO ENCIDAS 2/202	TFICAÇÃO	HREAVE
THE THERETON APPLIES NAMED		Armeter And		EMPORTS.	A SUSPEI ANTERIO	NSAO DO I	TORNECE	MENTO OCORRI	ERA APOS O	7ChC99



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR								
Nome Completo:	Kamillo	i hagan	Gliv	kira	ر ــــــــــــــــــــــــــــــــــــ	22		
Endereço:	Lua fose	facirto a	30 Lt	No	111	londin	m lalizona	ia
Município:	Formosa	1		UF:	60	CEP:		
RG:	3.516.948	Órgão Emissor:	SSP K	14	CPF:	065	5. 170.541-	œ

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

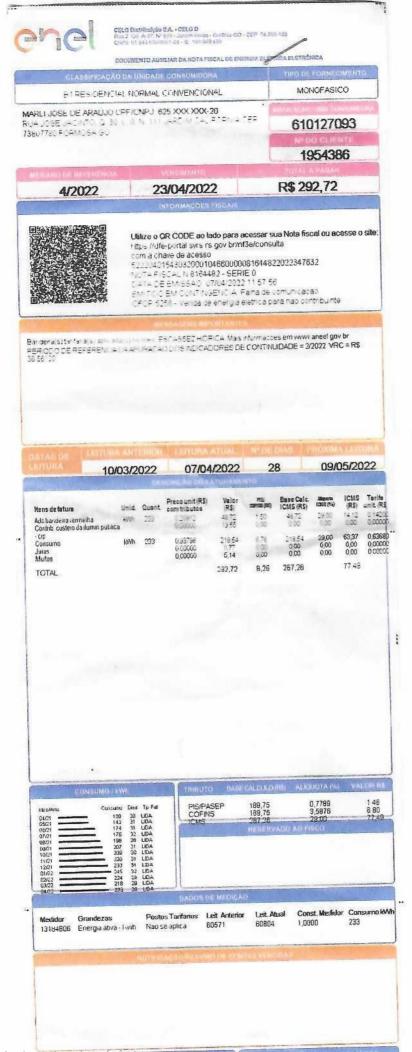
Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 11 de Maio de 2022.

Kamilla Copes Olineira
Assinatura do(a) apoiador(a)

### ATENÇÃO:







Autenticado eletronicamente apó conferência con Priblindanticao astro de debito automát nttps://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ee2d27a-d583-4110-acd0-be5f2f96f635





QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR								
Nome Completo:	MARISNE	idE MEN	des (	BAR.	bosa			
Endereço:	Avenida (	Poias 95	8 lote	13	Foe	MOSi	wha	
Município:	Formosa	<b>\</b>		UF:	Go	CEP:	43813260	
RG:	5904013	Órgão Emissor:	SSPG	0	CPF:	049	305741-29	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 12 de Maio de 2022.

Marismude Mendes Barbesa.
Assinatura do(a) apoiador(a)

### **ATENÇÃO:**



Reno de fotura Actuadora de Arragana Actua Actua Actua	DATASE				展記し		INVA IIN		
	LETURA	51 51 50 51	76	41/2022	VO DE REFERÊNC		NII VAM TELLORES DASIEVAMELO CHE/CNPJ 499 XXX XXX 91 E. G. T. L.	ACADISTA 66	CLASSERCA
Unid Quant	DOMESTICATION		100 M				T I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	£ 2	CAO DA I
DESCRIÇÃO DO JATURANIANO Precessatigită  Pri com tibutes (Rt) 014346 000000 148 000000 148 000000 47.04 1	X E	N. S.	Ubbze o OR CODE so lado para acessar sua Nota fiscal ou acesse o site office rule portal systes good inflactor sulla con achave de acesso con achave de acesso con 26-2014) 154 400,200,014,000,000,00750,2310,2015135476 NOTA ESCAL N. 160,2870 - SERIE U DATA LE EMISSÃO 02,0420,2107 18.51 EMISSÃO 02,0420,2107 18.51 EMISSÃO 02,0420,2107 18.51 EMISSÃO 02,0420,2107 18.51	11/04/2022	AT NCINIE		AMELO CIT/CNPJ 4	BLACE OF ALL STATE CONTENTIONAL	CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMDORA TIPO DE FO
ATURANI Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Miles Mile	UZOSIZOZZ BURNA TIMI	the water	to tade par ses year to ses contractor of 02/04/20 02/04/20 02/04/20	I TOWN ZUZZ	0.00		1 499 XXX	CIONAL	MECHA
E HOUSE	Z		a accasa hi3e cor 107538 PIE 0 32 07 18 Faha da	ñ.			300X 91		
Base Calls, ICMS (RS) 727 7263 000 000	TO AND THE PROPERTY OF THE PRO	a volt ca auto sousce title can	sua Nota sula sula sula sula sula sula sula sul	14	101	П	10		THE STREET
8888 2	PROMIMA	e e e	fiscal ou 3476 cetribur	i.	MU CN BC	1038396	10026479859	SELECTION ACCOUNT	TIPO DE PORMECIMENTO
0 0000 (R)	25		& 800555		JAR.	396	798	Contract	MECIN
0.14200 0.20000 0.00000	nura nura		o site				ek GK		OINE









1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

, QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR									
Nome Completo:	Nekin	ide fo	meca	· (/	de	He	lo		
Endereço:	Rua 1	13 nº 63	5 Site	37	Mgr	) Skot	t e		
Município:	Yomona	/		UF:	60	CEP:	43.807.260		
RG:	3547653 8235821	Órgão Emissor:	S5P	WF	CPF:				

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Velcinciale Langera de molo
Assinatura do(a) apoiador(a)

### ATENÇÃO:













QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR								
Nome Completo:	Kaian	, formeco	i lGo	wa	ob			
Endereço:		mº 53A.						
Município:	formossa			UF:		CEP:	73807	-260
RG:	59037-22	Órgão Emissor: SSPGO	SSPE	50	CPF:	03-	1.237	- 241-40

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 11 de Maio de 2022.

Assinatura do(a) apoiador(a)

### ATENÇÃO:













QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR							
Nome Completo:	Rosin	reine for	nica.	de	8	klo	
Endereço:	Rua 13	3 nº 53A			grobe.	ste	
Município:	formosa	,		UF:	60	CEP:	73807-260
RG:	JH82972	Órgão Emissor:	55 P.OF		CPF:	618.1	192.511-34

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 11 de Maio de 2022.

Rosineire Fonseca de Melo
Assinatura do(a) apoiador(a)

### ATENÇÃO:



KWh 112

0.93796

105,05

325

105.05

CELO Distributorio B.A. - CELO D Run 2, Qd. A-97, 16° 905 - Januari Golfa - Ociánio-OD - CEP: 74,808-160 CNP 4, 51 243,002,001-04 - IE: 100,540 423









QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR							
Nome Completo:	Vingir	ia Gon	ense	da		ih	a
Endereço:	Rua		65 a			No	xeste
Município:	Formosa			UF:	60	CEP:	73807=260
RG:	1567227	Órgão Emissor:	55P6	O	CPF:	3	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa - GO,

de Maio de 2022.

Assinatura do(a) apoiador(a)

### ATENÇÃO:













# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

		QUALIFICAÇÃO DA ENTIDAD	E APOIAE	ORA		
Razão Social:	NEIDES	GOMES DE DI	IVEIR	a 7	1734	2 039 100
Endereço:	RUA 8 SETOR	Nº 253 Nordeste	Nan Salas	CNPJ:	41	009230/0001-07
Município:	FORMOS	Δ	UF:	Go	CEP:	73807 315
Nome do repres	sentante legal:	NEIDES G	OMES	s de	· 6	liveira

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 12 de Maio de 2022

leides G de Olivoirs

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

# ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 41.009.230/0001-07 MATRIZ		E INSCRIÇÃO E DE CADASTRAL	SITUAÇÃO DATA DE A 26/02/20	DE ABERTURA 2/2021	
NOME EMPRESARIAL NEIDES GOMES DE OL	IVEIRA 71732039100	11 - 12 - 13 - 14 - 14 - 15 - 15 - 15 - 15 - 15 - 15			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO ESPETINHO TO EM CAS				PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATI 56,11-2-05 - Bares e out	VIDADE ECONÒMICA PRINCIPAL ros estabelecimentos especia	ilizados em servir bebidas	, com entretenimento		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS AT 47.23-7-00 - Comércio v	TIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIA Parejista de bebidas	s	we july	×	
código e descrição da NAT 213-5 - Empresário (Ind					
LOGRADOURO R 8		NÜMERO 253	COMPLEMENTO		
CEP 73.807-315	BAIRRO/DISTRITO SETOR NORDESTE	MUNICÍPIO FORMOSA	W.	UF GO	
ENDEREÇO ELETRÔNICO NEIDESGOMES2017@G	SMAIL.COM	TELEFONE (61) 9948-5685			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ	VEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUA 26/02/2021	ÇÃO CADASTRAL	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	TRAL			a maring the same	
	X-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1		TOTAL STATE OF THE		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 13/05/2022 às 08:54:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



# Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



## Identificação

Nome Empresarial

NEIDES GOMES DE OLIVEIRA 71732039100

Nome do Empresário

NEIDES GOMES DE OLIVEIRA

Nome Fantasia

**ESPETINHO TO EM CASA** 

Capital Social

5.000,00

Número Identidade

Orgão Emissor

**UF Emissor** 

CPF

2.082.201

SSP

DF

717.320.391-00

## Condição de Microempreendedor Individual

Situação Cadastral Vigente

Data de Início da Situação Cadastral Vigente

TVO 26/02/2021

## Número de Registro

CNPJ

41.009.230/0001-07

## **Endereço Comercial**

CEP Logradouro
73807-315 RUA 8
Bairro Munícipio
SETOR NORDESTE FORMOSA

Número 253 UF

GO

## **Atividades**

Data de Início de Atividades

26/02/2021

Forma de Atuação
Estabelecimento fixo

Ocupação Principal

Proprietário(a) de bar e congêneres, com entretenimento, independente

Atividade Principal (CNAE)

5611-2/05 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento

Ocupações Secundárias

Atividades Secundárias (CNAE)

Comerciante independente de

4723-7/00 - Comércio varejista de bebidas

bebidas

# Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de <u>Dispensa de Alvará e Licença de</u> Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.\*

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <a href="http://www.portaldoempreendedor.gov.br/">http://www.portaldoempreendedor.gov.br/</a>.

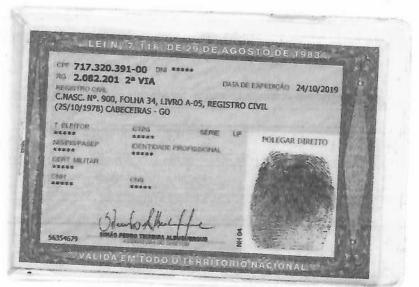
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenentes do cadastro



<sup>\*</sup> Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.





Ana Paula
Mat. 9610380
SEPTZ-GO

Paula Wiranda Vaz
361038-0





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.237.564/0001-43 MATRIZ	564/0001-43 COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE STIUAÇÃO 20/04/202									
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO MAIS FM	I DE RADIODIFUSAO COMUNIT	ARIA								
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)			PORTE DEM AIS						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVI 94.99-5-00 - Atividades	IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL associativas não especifica	ıdas ante	riormente							
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATI <b>Não informada</b>	VIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS									
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATI <b>399-9 - Associação Pri</b>										
LOGRADOURO AV C			NÚMERO COMPLEMENTO QUADRA24							
CEP <b>73.808-325</b>	BAIRRO/DISTRITO PARQUE VILA VERDE		MUNICÍPIO FORM OSA	UF <b>GO</b>						
ENDEREÇO ELETRÔNICO GLOBALCONT.01@UOL	COM.BR		TELEFONE (61) 3631-0887							
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ\ *****	/EL (EFR)									
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>				ATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 0/04/2022						
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL									

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 05/10/2022 às 14:57:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



# 1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

# Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 46.237.564/0001-43

**NOME EMPRESARIAL:** ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA

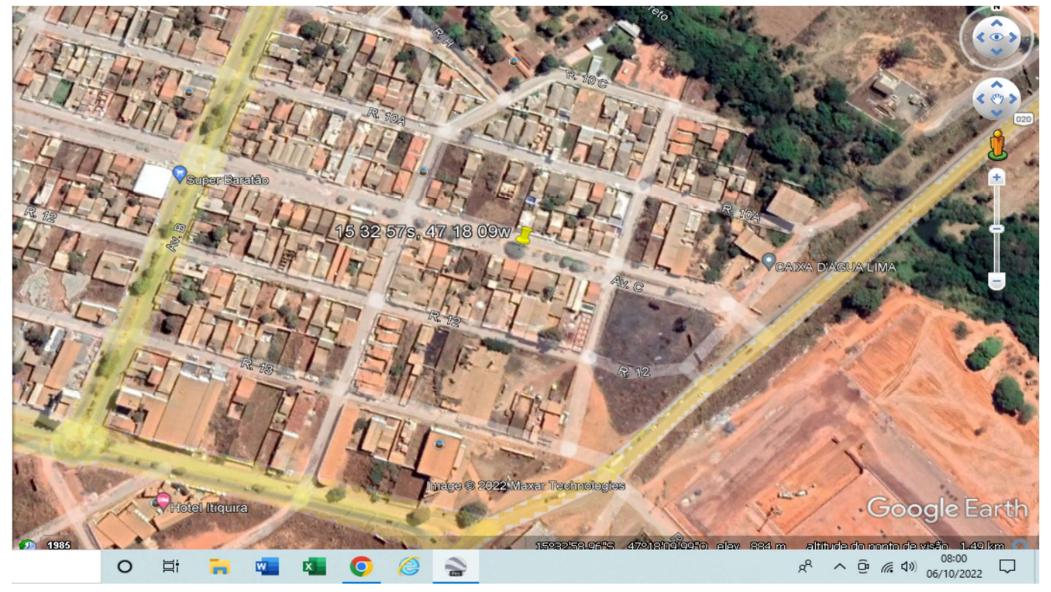
**CAPITAL SOCIAL:** 

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** JOSE ANTONIO NEVES CAVALHEIRO

Qualificação: 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB. Emitido no dia 05/10/2022 às 14:58 (data e hora de Brasília).



COORDENADAS GEOGRÁFICAS INDICADAS NO ANEXO 2 PELA ENTIDADE NO MUNICIPIO DE FORMOSA/GO





# **RADCOM**

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

# Identificação do Processo

10/6/22 8:13 AM

Aviso de Inscrição: 302022

Página 1 de 7

						Vizinhos	3		l
Distância (Km)	III I localidade   Processo   Latitude							Entidade	
0.00	GO	FORMOSA	53115.013723/2022	302022	15S3257	47W1809	EMA	ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA	
0.11	GO	FORMOSA	53900.038031/2016	169	15S3255	47W1806	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITARIA UNIDOS POR FORMOSA - ACUF	635
3.35	GO	FORMOSA	53900.004598/2015	0	15S3343	47W1951	ARQCD I	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA FORMOSINHA ARCOFOR	f96f
3.64	GO	FORMOSA	53000.055400/2004	28	15S3229	47W2008	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CHAPEU DE PALHA	Ff) f
3.66	GO	FORMOSA	53000.034403/2003	28	15S3319	47W2010	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CIDADANIA SOLIDARIA	-hp
3.67	GO	FORMOSA	53000.009825/2005	0	15S3214	47W2004	RAQ	ASSOCIACAO TV COMUNITARIA E EDUCATIVA DE FORMOSA	7
3.67	GO	FORMOSA	53670.000717/1998	4	15S3214	47W2004	ARQDE F	ASSISTENCIA SOCIO CULTURAL EVANGELICA	0-2
3.78	GO	FORMOSA	53000.034867/2009	28	15S3303	47W2016	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA E CULTURAL EBENEZER - ARCCE	111
3.78	GO	FORMOSA	53670.000360/1999	0	15S3258	47W2016	RAQ	ASSOCIACAO PRO DESENVOLVIMENTO DA REGIAO NORDESTE GOIAS	7 X 7
3.98	GO	FORMOSA	53900.049773/2015	28	15S3137	47W1954	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA TERRA	2-6
3.98	GO	FORMOSA	53900.048181/2016	28	15S3137	47W1954	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA TERRA	477
3.98	GO	FORMOSA	53115.016601/2021	28	15S3137	47W1954	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA TERRA	C
	GO	FORMOSA	53900.036651/2016	169	15S3329	47W1556	EFL	ASSOCIACAO CULTURAL E AMBIENTAL DE FORMOSA - ASCAF	7



# **RADCOM**

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

# Identificação do Processo

10/6/22 8:13 AM

Aviso de Inscrição: 302022

Página 2 de 7

		Vizinhos											
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade					
4.08	GO	FORMOSA	01250.031497/2019	28	15S3130	47W1952	POS	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA TERRA					
4.08	GO	FORMOSA	53115.019104/2020	28	15S3130	47W1952	ARQPO T	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA TERRA	635				
4.08	GO	FORMOSA	53115.043126/2021	28	15S3130	47W1952	POT	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA TERRA	96f6				
4.08	GO	FORMOSA	53000.028267/2009	28	15S3130	47W1952	LDE	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA TERRA	5f7f9(				
4.11	GO	FORMOSA	53000.050705/2008	28	15S3354	47W2014	DEC	ASSOCIACAO COMUNITARIA FORMOSENSE DE APOIO A CULTURA (ACFAC)	-he				
4.22	GO	FORMOSA	53000.035112/2009	28	15S3242	47W2030	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA JOVENS PELA PAZ	000				
4.62	GO	FORMOSA	53670.001669/2002	28	15S3150	47W2028	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO SOCIAL E EDUCATIVA DE FORMOSA - ACCEF	Ċ				
4.67	GO	FORMOSA	53900.038635/2016	169	15S3241	47W2045	ARQDE F	INSTITUTO SOCIO ECONOMICO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	411				
4.83	GO	FORMOSA	53670.000230/2000	28	15S3214	47W2045	ARQDE F	ORGANIZACAO GERAL DE ASSOCIACOES DO ENTORNO DO DF	d585-				
5.67	GO	FORMOSA	53115.014100/2022	302022	15S3244	47W2119	EMA	INSTITUTO BRASILEIROS AMIGOS DA VIDA	2p-6				
6.19	GO	FORMOSA	53900.003872/2014	28	15S3324	47W2135	ARQPO T	ASSOCIACAO PROGRESSO DO DISTRITO DO BEZERRA - APDB	d27				
6.31	GO	FORMOSA	53900.037977/2016	169	15S3316	47W2140	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE FORMOSA - ACF	0690				
	GO	FORMOSA	53000.058021/2012	0	15S3316	47W2140	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE FORMOSA - ACF	1				



# **RADCOM**

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

# Identificação do Processo

10/6/22 8:13 AM

Aviso de Inscrição: 302022

Página 3 de 7

						Vizinho	S	
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
6.57	GO	FORMOSA	53900.024628/2016	169	15S3315	47W2149	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA FORMOSINHA ARCOFOR
6.66	GO	FORMOSA	53900.012072/2016	0	15S3257	47W2153	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS DEFENSORES AMBIENTALISTAS: VIVA A VIDA FORMOSENSE
7.15	GO	FORMOSA	01250.056026/2018	0	15S3244	47W2209	RAQ	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA FORMOSINHA ARCOFOR
11.41	GO	FORMOSA	01245.008618/2020	28	15S3128	47W2421	ARQPO T	ASSOCIACAO PROGRESSO DO DISTRITO DO BEZERRA - APDB
11.41	GO	FORMOSA	53000.008052/2009	28	15S3128	47W2421	LDD	ASSOCIACAO PROGRESSO DO DISTRITO DO BEZERRA - APDB
11.41	GO	FORMOSA	01250.053796/2018	28	15S3128	47W2421	ARQPO T	ASSOCIACAO PROGRESSO DO DISTRITO DO BEZERRA - APDB
13.80	GO	FORMOSA	53115.014080/2022	302022	15S3140	47W1032	EMA	ASSOCIACAO COMUNIDADE SANTA CRUZ
17.29	GO	FORMOSA	53115.004750/2020	169	15S3046	47W0844	ARQPO T	ASSOCIACAO INDEPENDENCIA DO DISTRITO DO BEZERRA - AIDB
18.48	GO	FORMOSA	53115.016420/2021	169	15S3109	47W0758	ARQPO T	ASSOCIACAO INDEPENDENCIA DO DISTRITO DO BEZERRA - AIDB
21.70	GO	FORMOSA	01250.043289/2018	28	15S2943	47W0629	ARQPO S	ASSOCIACAO PROGRESSO DO DISTRITO DO BEZERRA - APDB
21.70	GO	FORMOSA	53900.033101/2015	28	15S2943	47W0629	ARQPO S	ASSOCIACAO PROGRESSO DO DISTRITO DO BEZERRA - APDB
21.70	GO	FORMOSA	53900.019067/2016	28	15S2943	47W0629	ARQPO T	ASSOCIACAO PROGRESSO DO DISTRITO DO BEZERRA - APDB
	GO	FORMOSA	53000.057169/2013	28	15S2943	47W0629	ARQPO T	ASSOCIACAO PROGRESSO DO DISTRITO DO BEZERRA - APDB



# **RADCOM**

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

# Identificação do Processo

10/6/22 8:13 AM

Aviso de Inscrição: 302022

Página 4 de 7

						Vizinhos	3		
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade	
21.84	GO	FORMOSA	53900.035572/2016	169	15S2940	47W0625	DEC	ASSOCIACAO INDEPENDENCIA DO DISTRITO DO BEZERRA - AIDB	
33.68	GO	PLANALTINA	53000.058369/2013	4	15S2750	47W3614	ARQPO T	ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO RADIO POSITIVA FM	635
33.68	GO	PLANALTINA	53900.000563/2014	0	15S2750	47W3614	ARQPO T	ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO RADIO POSITIVA FM	96f6
33.68	GO	PLANALTINA	53900.000562/2014	4	15S2750	47W3614	ARQPO T	ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO RADIO POSITIVA FM	5f2f9
33.68	GO	PLANALTINA	53670.000547/1998	4	15S2750	47W3614	LDE	ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITARIO RADIO POSITIVA FM	-be
33.90	GO	PLANALTINA	53670.000292/1999	17	15S2716	47W3611	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA ATALAIA DE PLANALTINA DE GOIAS	cd0
33.96	DF	BRASÍLIA	53000.000064/1999	4	15S3758	47W3626	LDE	ASSOCIACAO PLANALTINENSE COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DA CIDADE SATELITE DE PLANALTINA DF	0-a
33.96	DF	BRASÍLIA	53900.024166/2015	4	15S3758	47W3626	ARQPO S	ASSOCIACAO PLANALTINENSE COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DA CIDADE SATELITE DE PLANALTINA DF	411
33.96	DF	BRASÍLIA	53115.001049/2021	4	15S3758	47W3626	REN	ASSOCIACAO PLANALTINENSE COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DA CIDADE SATELITE DE PLANALTINA DF	585-
33.96	DF	BRASÍLIA	53115.024378/2021	4	15S3758	47W3626	ARQPO T	ASSOCIACAO PLANALTINENSE COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DA CIDADE SATELITE DE PLANALTINA DF	a-d5
33.96	DF	BRASÍLIA	53115.005109/2021	4	15S3758	47W3626	ARQPO T	ASSOCIACAO PLANALTINENSE COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DA CIDADE SATELITE DE PLANALTINA DF	d27a
33.96	DF	BRASÍLIA	53115.005917/2022	4	15S3758	47W3626		ASSOCIACAO PLANALTINENSE COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DA CIDADE SATELITE DE PLANALTINA DF	ee2c
	GO	PLANALTINA	53670.000197/1999	0	15S2773	47W3632	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO ATIVA DE PLANALTINA	16



# **RADCOM**

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

# Identificação do Processo

10/6/22 8:13 AM

Aviso de Inscrição: 302022

Página 5 de 7

						Vizinho	S	
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
34.90	GO	PLANALTINA	53670.000674/1998	1	15S2707	47W3643	ARQDE F	ASSOCIACAO PLANALTINENSE DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA
35.14	GO	PLANALTINA	53000.031924/2012	0	15S2711	47W3653	RAUT	ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO RADIO POSITIVA FM
35.65	GO	PLANALTINA	53670.000099/1999	4	15S2711	47W3711	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DE PLANALTINA GOIAS
35.90	GO	PLANALTINA	53000.020991/2013	17	15S2533	47W3643	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO PAZ FM
35.90	GO	PLANALTINA	53670.001247/2002	17	15S2533	47W3643	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO PAZ FM
35.90	GO	PLANALTINA	01250.079883/2017	17	15S2533	47W3643	EXIREN	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO PAZ FM
35.90	GO	PLANALTINA	53000.056935/2013	17	15S2533	47W3643	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO PAZ FM
35.90	GO	PLANALTINA	53900.013468/2014	17	15S2533	47W3643	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO PAZ FM
37.40	DF	BRASÍLIA	53000.006082/1999	0	15S3624	47W3847	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA NOVA JERUSALEM
37.50	DF	BRASÍLIA	53000.004285/2001	0	15S3728	47W3837	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA - ONDA JOVEM FM
37.75	DF	BRASÍLIA	53000.006706/1998	4	15S3722	47W3847	LDE	ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA UTOPIA
37.75	DF	BRASÍLIA	53900.049723/2015	4	15S3722	47W3847	RECRE N	ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA UTOPIA
	DF	BRASÍLIA	53000.004594/1999	0	15S3712	47W3851	RAQ	CENTRO DE TRADICOES NORDESTINA DE PLANALTINA-DF



# **RADCOM**

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

# Identificação do Processo

10/6/22 8:13 AM

Aviso de Inscrição: 302022

Página 6 de 7

						Vizinho	S	
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
37.80	DF	BRASÍLIA	53000.041285/2003	0	15S3712	47W3851	RAQ	CENTRO DE TRADIÇÕES NORDESTINA
39.57	DF	BRASÍLIA	53000.022091/2004	0	15S3738	47W3946	RAQ	INTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E VIDA
39.57	DF	BRASÍLIA	53000.000247/2000	0	15S3738	47W3946	RAQ	ASSOCIACAO ATLETICA E RECREATIVA ARAPOANGA
39.90	DF	BRASÍLIA	53000.003480/1999	28	15S4026	47W3906	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA CIDADE DE PLANALTINA DF
39.92	DF	BRASÍLIA	53000.005175/2003	28	15S4040	47W3901	ARQDE F	ORIENTE ESPORTE CLUBE
40.28	DF	BRASÍLIA	53000.002609/2002	0	15S3605	47W4028	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PLANALTINA
40.53	DF	BRASÍLIA	01250.000238/2016	0	15S3644	47W4030	ARQCD I	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA TERRA FM PLANALTINA DF
41.19	DF	BRASÍLIA	01250.009887/2017	0	15S3604	47W4059	RAQ	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA TERRA FM PLANALTINA DF
41.91	DF	BRASÍLIA	53000.062322/2006	28	15S3600	47W4124	ARQDE F	INSTITUTO VIVA-OBRAS ASSISTENCIAIS
41.94	DF	BRASÍLIA	53900.026251/2015	28	15S3608	47W4124	ARQDE F	INSTITUTO VIVA-OBRAS ASSISTENCIAIS
48.81	GO	CABECEIRAS	53670.000531/2001	0	15S4759	46W5542	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CABECEIRAS -GO
49.62	DF	BRASÍLIA	53000.010546/2005	28	15S3904	47W4512	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA NOVA COLINA
	GO	CABECEIRAS	53670.000508/2001	12	15S4824	46W5520	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA EDUCATIVA E DE RADIODIFUSAO DE CABECEIRAS (GO)





# **RADCOM**

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

10/6/22 8:13 AM

Aviso de Inscrição: 302022

Página 7 de 7

Número do Processo: 531150137232022

	Vizinhos									
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade		
49.79	GO	CABECEIRAS	53500.013288/2015	12	15S4824	46W5520	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA EDUCATIVA E DE RADIODIFUSAO DE CABECEIRAS (GO)		

Nº de Linhas:

0



#### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Engenharia de Radiodifus

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

#### **DESPACHO**

Processo nº: 53115.013723/2022-61.

Interessado: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Assunto: FASE DE HABILITAÇÃO.

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução da fase de habilitação, relacionado ao requerimento de interesse da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRBA localidade de FORMOSA/GO, em razão do Edital nº 30/2022, publicado no Diário Oficial da União em 29/03/2022, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, constatou-se que as coordenadas geográficas 15° S 32' 57" / 47° W 18' 09", indicadas pela interessada:

- a) atendem ao disposto no § 1º, art. 22, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, publicada no D.O.U. em 21/09/2015, e suas alterações, pois estão situadas no município de **FORMOSA/GO** (evento SEI nº 10443498) e, segundo declaração da interessada, atendem à padronização GPS-WGS84 (evento SEI nº 9915256 Fls.1); e
- b) atendem ao disposto no art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, publicada no D.O.U. em 21/09/2015, e suas alterações, visto que guardam uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (evento SEI nº 10443499).

Desse modo, considerando que <u>a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor</u>, conforme se verifica acima, restituam-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC\_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de habilitação.

Brasília, 19 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 19/10/2022, às 14:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Morgenstern Aiub**, **Engenheiro**, em 19/10/2022, às 16:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 19/10/2022, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador **10443501** e o código CRC **0B3C154C**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.013723/2022-61

SEI-MCOM nº 10443501







# Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento Gerência de Licitação

Impresso por: Francisca de Carvalho Machado Data/Hora: 12/12/2022 07:59:06

## Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF: GO	Município: Formosa	
Município	Canal	Freqüência
Formosa	200	87,9

Usuário: franciscacm.mc - Francisca de Carvalho Machado Data: 12/12/2022 Hora: 07:59:06



Lee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

Município/UF: Formos/GO -

Processo nº: 53115.013723/2022-61 CNPJ: 46.237.564/0001-43

Número de concorrentes: 0 (10443499)

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Nº do edital/ano: 30/2022 publicado no DOU em 29/03/2022

Prazo de inscrição: de 30/03/2022 a 30/05/2022 Canal e Frequência: 200 - 87,9 (10560608)

\_\_\_\_\_\_

- 1. Data de postagem/SEI: 24/05/2022 LECOM
- 2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
- 3. Requerimento de Outorga: 9915256 (Desatualizado)
- 4. Estatuto Social: 9915265 Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
- 5. Ata de constituição: 9915263 Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
- 6. Ata de eleição: Fls. 9915264 para o período de 30/03/2022 a30/03/2026
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
- 7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: 9915257, 9915259 e 9915261

#### 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: José Antônio Neves	062736531015	José Alvarino Cavalheiro e	041.025.441-	Não
Cavalheiro	10/02/1995	Cleide Neves de Matos	00	
Secretário: Marcos Vinicius de Paula	064359821040	Geraldo de Oliveira Ornelas e	059.857.841-	Não
Ornelas	21/03/1995	Ana Maria Lourenço de Paula	26	
Tesoureiro: Flavio Rodrigues da Cruz	045384641090 18/05/1983	Francisco Ferreira da Cruz e Divina Rodrigues de Matos	972.211.201- 53	Não

- 8. Manifestações em apoio: 9915267, 9915268 e 9915269
- 9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: 9915266
- 10. Pesquisa Anatel 10561631 e Fiscaliza 10562270 e 10562260
- 11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 10562474
- 11.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

OBSERVAÇÕES: 12/12/2022 - Solicitar o Requerimento de Outorga atualizado.

## PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

## 1. Estatuto social:

## 1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

#### 1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:



s e deveres dos associados:

- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;:
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:
- i)Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

#### **EM CASO DE FUNDAÇÕES:**

#### 1. Estatuto social: :

#### 1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: Art.
- b) Órgão administrativo e cargos: Art.
- c) Atribuições do Órgão administrativo: Art.
- d) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: Art.
- e)Conselho Comunitário e modo de funcionamento: Art.

## 1.2 Adequação ao Código Civil:

#### **FUNDAÇÕES**

As fundações devem observar os arts. 62 a 69, em especial:

Arts. 66 e 67: Para alterar o estatuto social é necessário que:

- haja deliberação por 2/3 (dois terços) dos competentes para gerir e representar a fundação; Art.
- a alteração não contrarie ou desvirtue o fim da fundação; Art.
- a alteração seja aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada. Art.

Art. 69: As condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio. Art.

#### 2. Certidões:

- 2.1CNPJ: ()
- 2.2 Certidão FGTS: ()
- 2.3 Certidão PGFN: ()
- 2.4 Certidão CNDT: ()
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ()
- 3. Pesquisa Anatel () e Fiscaliza ()
- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES: DD/MM/AAAA:



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, **Assistente Técnico**, em 12/12/2022, às 15:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador 10561455 e o código CRC 032400F8.



ocesso nº 53115.013723/2022-61 SEI nº 10561455



**CNPJ:** 

46.237.564/0001-43

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:53:09 do dia 12/12/2022 (hora e data de Brasília).

Retornar a Consulta.



## ANEXO 2 REQUERIMENTO DE OUTORGA - RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

				QUA	ALIFICA	ÇÃO DA ENT	IDADE						
Razão Social:													
Nome Fantasia:			_	_	_				CNPJ:		_	_	_
Endereço de Sed	e:												
Município:								UF:		CEP:			
Nome do represe	entan	te legal:		_	_			_			_	_	_
Endereço eletrôr	nico (e	e-mail):											
Endereço de Cor	respo	ndência:											
Município:								UF:		CEP:			
			~										
		LOCALIZA	AÇÃO PR	OPOST/	APARA	INSTALAÇÃ	DO SIST	TEMA IF	RRADIAN	ITE			
Endereço:													
Município:								UF:		CEP:			
Coordenadas do	Sister	na Irradianto	е			Latitude:		º (N/S)		•	"		
(Padrão GPS-WG	S 84):					Longitude		o M		1	u		
Excelentíssimo Se	enho	r Ministro d	le Estad	o das C	omuni	cações,							

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção \_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_/\_\_\_\_, relativo à outorga para execução do SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



- X nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- XI todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;
- XII todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e XIII todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do diri	gente:					 	
Cargo:				Tit. El	eitor:		
RG/data de		 Órgão Emissor:		CPF:			
nascimento:							
Endereço:							
Município:			UF:		CEP:		
Assinatura:							
Nome do diri	gente:						
Cargo:				Tit. El	eitor:		
RG/data de		 Órgão Emissor:		CPF:			
nascimento:							
Endereço:							
Município:			UF:		CEP:		
Assinatura:							
Nome do diri	gente:			_			
Cargo:				Tit. El	eitor:		
RG/data de		 Órgão Emissor:		CPF:			
nascimento:							
Endereço:				_			
Município:			UF:		CEP:		
Assinatura:							
Nome do diri	gente:						
Cargo:				Tit. El	eitor:		
RG/data de		 Órgão Emissor:		CPF:			
nascimento:							
Endereço:							
Município:			UF:		CEP:		
Assinatura:						 	



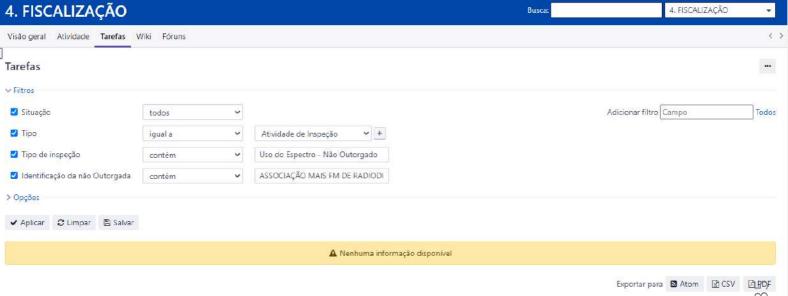
Nome do dirig	gente:						
Cargo:					Tit. El	eitor:	
RG/data de			Órgão Emissor:		CPF:		
nascimento:							
Endereço:							
Município:				UF:		CEP:	
Assinatura:							
Nome do dirig	gente:						
Cargo:					Tit. El	eitor:	
RG/data de			Órgão Emissor:		CPF:		
nascimento:							
Endereço:					,		
Município:				UF:		CEP:	
Assinatura:							
Nome do dirig	gente:						
Cargo:		<del>-</del>			Tit. El	eitor:	
RG/data de			Órgão Emissor:		CPF:		
nascimento:							
Endereço:					,		
Município:				UF:		CEP:	
Assinatura:							
	<u>.</u>						
Nome do dirig	gente:						
Cargo:					Tit. El	eitor:	
RG/data de			Órgão Emissor:		CPF:		
nascimento:							
Endereço:					,		
Município:				UF:		CEP:	
Assinatura:							

## **ATENÇÃO:**

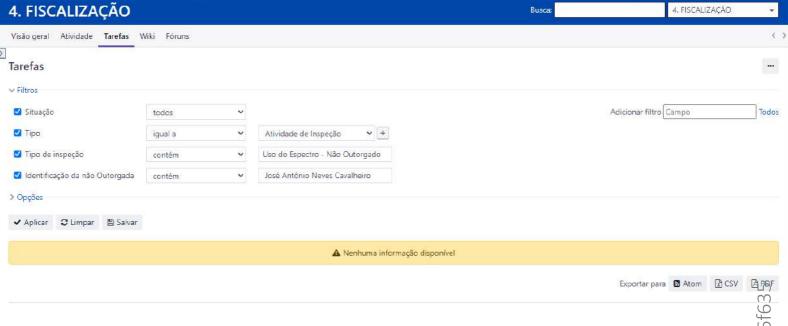
- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Os campos não utilizados para indicação de dirigentes podem ser excluídos.
- Não é necessário indicar integrantes de Conselho Fiscal.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.

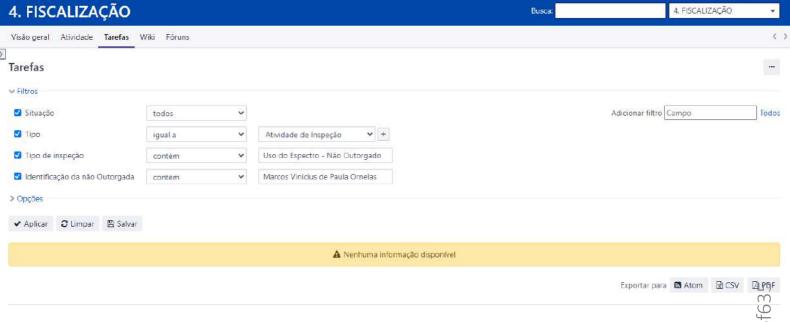


Acessando como: francisca.machado Minha conta Sair Wiki desenvolvedores

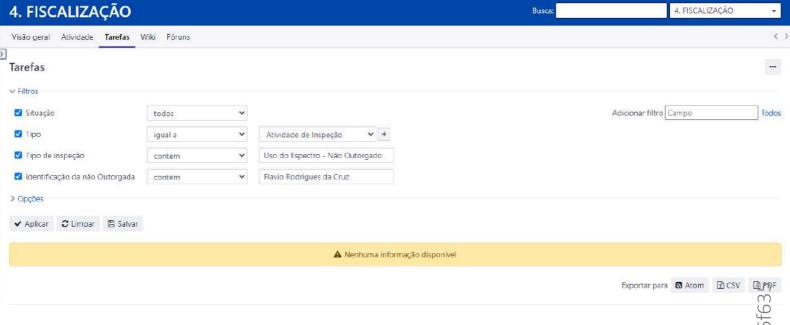














Acessando como: francisca.machado Minha conta Sair Wiki desenvolvedore



Acessando como: francisca.machado Minha conta Sair Wild desenvolvedores



4. FISCALIZAÇÃO			Busca	4. FISCALIZAÇÃO	•
Visão geral Atividade Tarefas	Wiki Fóruns				< :
Tarefas					
∨ Filtrós					
✓ Situação	todos			Adicionar filtro Campo	Todos
☑ Tipo	igual a 💙	Atividade de Inspeção 🔻 🛨			
☑ Tipo de inspeção	contém 🕶	Uso do Espectro - Não Outorgado			
☑ Identificação da não Outorgada	todos				
CNPJ/CPF da Entidade	contém 💙	05985784126			
➤ Opções					
✓ Aplicar 🗷 Limpar 🖺 Salvar					
		▲ Nenhuma informação disponível			
				Exportar para 🔊 Atom 🔡 CSV	/ Expr
					6f6 <del>建</del>

Acessando como: francisca.machado Minha conta Sair Wiki desenvol



4. FISCALIZAÇAU			busca.	4. FISCALIZAÇA	0, •
Visão geral Atividade Tarefas	Wiki Fóruns				<
] Tarefas					57 <del></del>
∨ Filtros					
✓ Situação	todos 💌			Adicionar filtro Campo	Todos
☑ Tipo	igual a 🔻	Atividade de Inspeção 💌 🛨			
☑ Tipo de inspeção	contém 💙	Uso do Espectro - Não Outorgado			
Identificação da não Outorgada	todos				
✓ Coordenadas Geográficas	Raio 👻	Lat: 153257 Lon: 471809	Raio: Raio (km)		
> Opções					
✔ Aplicar 🗷 Limpar 🖺 Salvar					
		A Nenhuma informação o	disponível		
				Exportar para 🚮 Atom 📝 0	(1)
					6f6



#### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Outorga e Pós-Outorga Coordenação-Geral de Outorgas Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

#### **DESPACHO**

Processo n°: 53115.013723/2022-61.

Entidade: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Assunto: Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.

Após análise do processo nº 53115.013723/2022-61, de interesse da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA localidade de Formosa/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data**não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico, em 12/12/2022, às 15:10 GOV.BR (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador 10562270 e o código CRC 7D90E5F3.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.013723/2022-61 SEI-MCOM nº 10562270



# .ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

#### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Outorga e Pós-Outorga Coordenação-Geral de Outorgas Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

#### **DESPACHO**

Processo n°: 53115.013723/2022-61.

Entidade: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Assunto: Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa, e do Tribunal de Justiça de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 12/12/2022, às 15:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador **10562474** e o código CRC **78D62B8F**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53115.013723/2022-61 SEI-MCOM nº 10562474





#### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 32218/2022/MCOM

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Ao(À) Senhor(a)
José Antônio Neves Cavalheiro
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** (CNPJ nº 46.237.564/0001-43)
Avenida B, Qd. 23, Lt 04, nº s/nº
73808-435 – Formosa/GO

Assunto: PROCESSO № 53115.013723/2022-61. CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS - FASE DE HABILITAÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

- 1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRM** dade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Formosa/GO**, em razão do Edital nº 30/2022, publicado no Diário Oficial da União em 29/03/2022.
- 2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, para atendimento das disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada do DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018. conforme descrição a seguir:
  - 2.1. Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas (art. 22, inciso I):

A Entidade deverá encaminhar novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo (10562254) contendo todas as declarações nele elencadas, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve sassinado, de próprio punho, por todos os dirigentes.

<u>Observação</u>: no Requerimento de Outorga a ser encaminhado, deverá constar a qualificação completa e **assinatura**, de **próprio punho**, de todos os dirigentes.

- 3. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.
- 4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas**notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.
- 5. Cabe ressaltar que, para comunicação da resposta, o responsável pelo registro da solicitação deverá acessar o Portal de Serviços gov.br, entrar na solicitação e enviar a resposta pela própria ferramenta, inserindo os documentos solicitados quando for o caso.
- 6. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para <u>duvidasradcom@mcom.gov.br</u>.



### Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa**, **Comunitária e Estatal**, em 13/12/2022, às 10:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador **10562590** e o código CRC **0BAF9243**.

#### Anexos:

• Formulário Requerimento de Outorga (10562254)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32218/2022/MCOM - Processo nº 53115.013723/2022-61 - № SEI: 10562590

Status Listagem Mer	sagens Fases							
Etapa/Ciclo	Abertura 💠	Finalização 💠	Status ‡	Usuário ‡	Data limite	Limite	Consumido	Saldo
Escolher edital/01	17/05/2022 18:37:36	19/05/2022 08:54:45	Aprovado	Cidadão	-	00:00:00	10:54:45	-
Preencher dados da empresa/01	19/05/2022 08:54:45	19/05/2022 09:00:05	Aprovado	Cidadão	-	00:00:00	00:05:20	
Preencher quadro de diretores/01	19/05/2022 09:00:05	19/05/2022 09:31:09	Aprovado	Cidadão	-	00:00:00	00:31:04	
Preencher documentos/01	19/05/2022 09:31:09	19/05/2022 09:37:55	Aprovado	Cidadão	-	00:00:00	00:06:46	
Preencher manifestações/01	19/05/2022 09:37:55	19/05/2022 10:12:54	Aprovado	Cidadão	-	00:00:00	00:34:59	
Preencher quadro de diretores/02	19/05/2022 10:12:54	19/05/2022 10:13:12	Aprovado	Cidadão	-	00:00:00	00:00:18	-
Revisar solicitação/01	19/05/2022 10:13:12	24/05/2022 19:18:45	Aprovado	Cidadão	-	00:00:00	41:46:48	
Gerar processo no SEI/01	24/05/2022 19:18:45	24/05/2022 19:59:23	Aprovado	Tarefa Automática	-	00:00:00	00:00:00	
Represar solicitações/01	24/05/2022 19:59:23	28/05/2022 08:58:22	Aprovado	Tarefa Automática	-	00:00:00	30:58:22	
Cadastrar processo no RADCOM Web/01	28/05/2022 08:58:22	08/12/2022 10:03:30	Aprovado	Rosiane Caixeta da Silva	-	00:00:00	1493:05:08	
			н	1 2 <b>H</b>				(1 - 10) -
Tempo total cons	sumido: 1637:15	i:28 \$	Saldo total do tem	po:				



"--" Campo não pôde ser calculado, pois não existe tempo limite para essa etapa

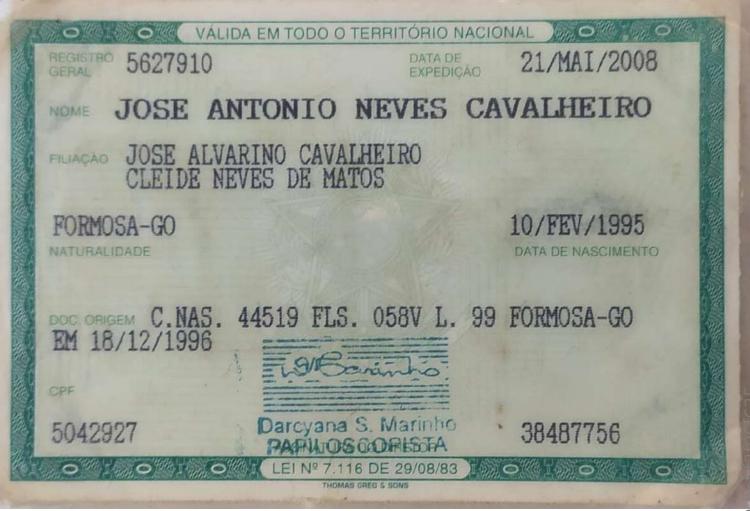
Data Limite em uma etapa "Em Hibernação" representa a data esperada para saída da hibernação.





utenticado eletronicamente, após conferência com

nttps://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635



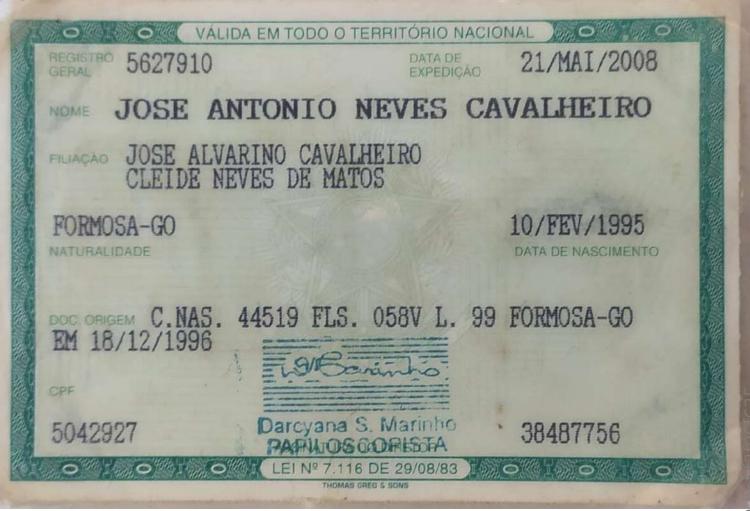




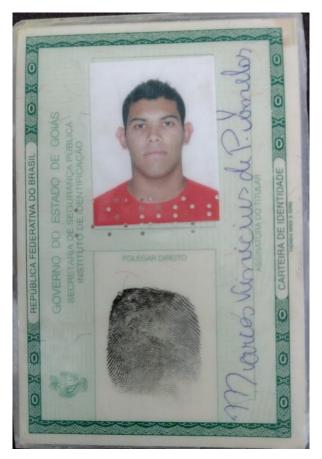


utenticado eletronicamente, após conferência com

nttps://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

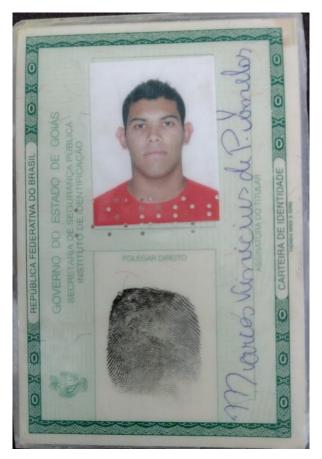




























ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL.
ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Aos trinta (30) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 19h00min (dezenove horas) em primeira chamada, na Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde, Formosa - GO, CEP: 73808-325, reuniram os abaixo assinados que assinam a lista de presença: José Antônio Neves Cavalheiro, Brasileiro, Solteiro, Empresário, inscrito no CPF nº 041.025.441-00, RG nº 5627910 SSP-GO, Residente na Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde, Formosa -GO, CEP 73808-435; Marcos Vinicius de Paula Ornelas, Brasileiro, Solteiro, Empresário, inscrito no CPF nº 059.857.841-26, RG nº 6223835 SSP-GO, Residente na Rua Passagem 02 nº 40 Jardim Califórnia, formosa GO, CEP 7380-7750; Flávio Rodrigues da Cruz, Brasileiro, Solteiro, Empresário, Inscrito no CPF nº 972.211.201-53 e RG nº 2242564 SSP-DF, residente na Rua H nº 01, Vilage, Formosa - GO. CEP: 73814-555; Raiane Fonseca Dourado, Brasileira, Solteiro, Secretaria, inscrita no CPF nº 037.237.241-40 e RG nº 5903722 SSP-GO, residente no Condomínio Residencial Travessa Nagib Simão, Quadra H, Lote 06, nº780, Setor Nordeste, formosa - GO, CEP: 73807-285; Caroline Rauber Serrano, Brasileira, Divorciada, Comerciante, inscrita no CPF nº 899.701.441-20 e RG nº4195876 DGPC-GO, residente na Rua E, № 17, Vilage, Formosa - GO, CEP: 73814-540; Francisco Alves dos Santos, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, inscrito no CPF nº 027.935.561-06 e RG nº 4728963 DGPC - GO, residente na Margem da Lagoa Feia - Bar e Restaurante Pedalinho, s/nº, Formosa- GO, CEP: 73.8000-000; Gustavo Rodrigues de Matos, Brasileiro, Casado, Militar, inscrito no CPF nº 059.273.391-23 e RG nº 6223630 SSP-GO, Residente na Via 1. CH 8,9,10, Lote 47 s/nº, Setor Sul, Formosa - GO, CEP: 73802-471, e, Anilton Guirra Camargo, Brasileiro, Casado, Radialista, inscrito no CPF nº 654.964.856-49 e RG nº 1.093.735 SSP-DF, residente na Rua 13 nº40 Setor Nordeste, Formosa – GO, CEP: 73807-260, com o firme propósito de fundar uma associação de direito privado, sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário.

O Sr. ANILTON GUIRRA CAMARGO abriu a reunião e foi aclamado para presidir a Assembleia, a qual aceitou prontamente, e posteriormente convidou o Sra. RAIANE FONSECA DOURADO para secretariar a presente reunião, e a mesma aceitou prontamente. Em seguida, o Sr. ANILTON GUIRRA CAMARGO propôs chamar a entidade de ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA com sede e foro na Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde, Formosa - GO, CEP: 73808-325, colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Os presentes discutiram os objetivos sociais da entidade e escolheram como o principal objetivo a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Logo, leram e discutiram a proposta de um Estatuto Social para a Associação.

Com um texto final, o Estatuto Social foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, o qual segue anexo a esta ata. Após aprovado o Estatuto, os presentes formaram a seguinte chapa para eleger a primeira diretoria para o período de 2022/2026, a saber: **Presidente: Jose Antônio Neves Cavalheiro**, Solteiro, Brasileiro, Empresário, inscrito no CPF nº 041.025.441-00, RG nº 5627910 SSP-GO, Residente na Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde, Formosa –GO, CEP 73808-435; **Secretário: Marcos Vinicius de Paula Ornelas**, Solteiro, Brasileiro, Empresário, inscrito no CPF nº 059.857.841-26, RG nº 6223835 SSP-GO, Residente na Rua Passagem 02 nº 40 Jardim Califórnia, formosa GO, CEP 7380-7750; **Tesoureira: Flavio Rodrigues da Cruz**, Solteiro, Brasileiro, Empresário, Inscrito no CPF nº 972.211.201-53 e RG nº 2242564 SSP-DF, residente na Rua H nº 01, Vilage, Formosa - GO. CEP, os membros presentes colocaram a chapa em votação e elegeram-na por unanimidade. A chapa tomou posse imediatamente, e assim, deu-se início ao seu mandato de 30/03/2022 a 30/03/2026.

Todos os demais presentes passam a constituir o quadro de associados da entidade, sendo associados fundadores. Passando a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, O presidente da Assembleia ANILTON GUIRRA CAMARGO



un les D

Paroline Raul

A

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIA ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.



agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente assembleia geral, determinando a mim RAIANE FONSECA DOURADO, que servi como secretária da Assembleia, que lavrasse a presente ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente ATA segue assinada por mim, secretária, e pelo Presidente. Todos os demais presentes, inclusive os membros da diretoria assinam na lista de presença que segue anexa a esta ATA, como sinal de sua aprovação.

Formosa - GO, 30 de março de 2022.

ANILTON GUIRRA CAMARGO Presidente da Assembleia

CPF nº 654.964.856-49

RAIANE FONSECA DOURADO Secretaria da Assembleia CPF nº 037.237.241-40

Presidente eleito

CPF nº: 041.025.441-00

MARCOS VINICIUS DE PAULA ORNELAS Secretario eleito

CPF nº 059.857.841-26

Tesoureiro eleito CPF nº 972.211.201-53 01682204194600230660003 Consulte extrajudicial.tjgo.jus.bi/selo

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

colo p° 37.953 - Ragistro n° 5.000/01





ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL.
ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Aos trinta (30) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 19h00min (dezenove horas) em primeira chamada, na Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde, Formosa - GO, CEP: 73808-325, reuniram os abaixo assinados que assinam a lista de presença: José Antônio Neves Cavalheiro, Brasileiro, Solteiro, Empresário, inscrito no CPF nº 041.025.441-00, RG nº 5627910 SSP-GO, Residente na Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde, Formosa -GO, CEP 73808-435; Marcos Vinicius de Paula Ornelas, Brasileiro, Solteiro, Empresário, inscrito no CPF nº 059.857.841-26, RG nº 6223835 SSP-GO, Residente na Rua Passagem 02 nº 40 Jardim Califórnia, formosa GO, CEP 7380-7750; Flávio Rodrigues da Cruz, Brasileiro, Solteiro, Empresário, Inscrito no CPF nº 972.211.201-53 e RG nº 2242564 SSP-DF, residente na Rua H nº 01, Vilage, Formosa - GO. CEP: 73814-555; Raiane Fonseca Dourado, Brasileira, Solteiro, Secretaria, inscrita no CPF nº 037.237.241-40 e RG nº 5903722 SSP-GO, residente no Condomínio Residencial Travessa Nagib Simão, Quadra H, Lote 06, nº780, Setor Nordeste, formosa - GO, CEP: 73807-285; Caroline Rauber Serrano, Brasileira, Divorciada, Comerciante, inscrita no CPF nº 899.701.441-20 e RG nº4195876 DGPC-GO, residente na Rua E, № 17, Vilage, Formosa - GO, CEP: 73814-540; Francisco Alves dos Santos, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, inscrito no CPF nº 027.935.561-06 e RG nº 4728963 DGPC - GO, residente na Margem da Lagoa Feia - Bar e Restaurante Pedalinho, s/nº, Formosa- GO, CEP: 73.8000-000; Gustavo Rodrigues de Matos, Brasileiro, Casado, Militar, inscrito no CPF nº 059.273.391-23 e RG nº 6223630 SSP-GO, Residente na Via 1. CH 8,9,10, Lote 47 s/nº, Setor Sul, Formosa - GO, CEP: 73802-471, e, Anilton Guirra Camargo, Brasileiro, Casado, Radialista, inscrito no CPF nº 654.964.856-49 e RG nº 1.093.735 SSP-DF, residente na Rua 13 nº40 Setor Nordeste, Formosa – GO, CEP: 73807-260, com o firme propósito de fundar uma associação de direito privado, sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário.

O Sr. ANILTON GUIRRA CAMARGO abriu a reunião e foi aclamado para presidir a Assembleia, a qual aceitou prontamente, e posteriormente convidou o Sra. RAIANE FONSECA DOURADO para secretariar a presente reunião, e a mesma aceitou prontamente. Em seguida, o Sr. ANILTON GUIRRA CAMARGO propôs chamar a entidade de ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA com sede e foro na Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde, Formosa - GO, CEP: 73808-325, colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Os presentes discutiram os objetivos sociais da entidade e escolheram como o principal objetivo a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Logo, leram e discutiram a proposta de um Estatuto Social para a Associação.

Com um texto final, o Estatuto Social foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, o qual segue anexo a esta ata. Após aprovado o Estatuto, os presentes formaram a seguinte chapa para eleger a primeira diretoria para o período de 2022/2026, a saber: **Presidente: Jose Antônio Neves Cavalheiro**, Solteiro, Brasileiro, Empresário, inscrito no CPF nº 041.025.441-00, RG nº 5627910 SSP-GO, Residente na Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde, Formosa –GO, CEP 73808-435; **Secretário: Marcos Vinicius de Paula Ornelas**, Solteiro, Brasileiro, Empresário, inscrito no CPF nº 059.857.841-26, RG nº 6223835 SSP-GO, Residente na Rua Passagem 02 nº 40 Jardim Califórnia, formosa GO, CEP 7380-7750; **Tesoureira: Flavio Rodrigues da Cruz**, Solteiro, Brasileiro, Empresário, Inscrito no CPF nº 972.211.201-53 e RG nº 2242564 SSP-DF, residente na Rua H nº 01, Vilage, Formosa - GO. CEP, os membros presentes colocaram a chapa em votação e elegeram-na por unanimidade. A chapa tomou posse imediatamente, e assim, deu-se início ao seu mandato de 30/03/2022 a 30/03/2026.

Todos os demais presentes passam a constituir o quadro de associados da entidade, sendo associados fundadores. Passando a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, O presidente da Assembleia ANILTON GUIRRA CAMARGO



un les D

Paroline Raul

A

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIA ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.



agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente assembleia geral, determinando a mim RAIANE FONSECA DOURADO, que servi como secretária da Assembleia, que lavrasse a presente ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente ATA segue assinada por mim, secretária, e pelo Presidente. Todos os demais presentes, inclusive os membros da diretoria assinam na lista de presença que segue anexa a esta ATA, como sinal de sua aprovação.

Formosa - GO, 30 de março de 2022.

ANILTON GUIRRA CAMARGO Presidente da Assembleia

CPF nº 654.964.856-49

RAIANE FONSECA DOURADO Secretaria da Assembleia CPF nº 037.237.241-40

Presidente eleito

CPF nº: 041.025.441-00

MARCOS VINICIUS DE PAULA ORNELAS Secretario eleito

CPF nº 059.857.841-26

Tesoureiro eleito CPF nº 972.211.201-53 01682204194600230660003 Consulte extrajudicial.tjgo.jus.bi/selo

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

colo p° 37.953 - Ragistro n° 5.000/01





# ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

#### ESTATUTO SOCIAL

### I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art. 1° - A ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Municipio de Formosa, Estado de Goias, com sede e foro na Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde, Formosa - GO, CEP: 73808-325.

Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA regerse-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2°- A ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social:

Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Ⅱ – respeitar e atender aos seguintes princípios:

Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em beneficio do desenvolvimento geral da comunidade;

Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

- §1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;
- §2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;
- §3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões,

40 +An2 = 10 Jose Flours

Paroline Rauber

Rauber Junes 13 E

d27a-d585-4110-acd0/be5f2f96f635

reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

- Art. 3º Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.
- Art.4°- A receita ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

II - DOS ASSOCIADOS - DA ADMISSÃO

- Art. 5° Serão admitidos de forma gratuita, como associados, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.
- Art. 6° A ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA será composta pelas seguintes categorias de associados:

I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;

II – Contribuintes ou Efetivos.

Parágrafo 1º - É permitida a entrada de associados pessoas jurídicas. A eles é resguardado o direito de votarem nos cargos diretivos.

Paragrafo 2º - Os cargos da diretoria são privativos de pessoas físicas, não se admitindo, sob qualquer hipótese, a eleição de associado pessoa jurídica.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

O direito de voz, voto e de concorrer às eleições, podendo votar e ser votado para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 18;

Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.

Zelar pelo nome da entidade ser sempre fiel ao Estatuto;

Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas da entidade.

## III - DA DEMISSÃO E EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

Art. 9. É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

- § 1º O pedido de demissão será aceito imediatamente pelo Presidente da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, sem prejuízo da instauração ou prosseguimento de processo de exclusão, na forma desta Seção, em caso de demissionário infrator.
- §2º Comprovada a infração do associado demissionário, em processo regular de exclusão, sua demissão será convertida em exclusão.

Art. 10°. Ocorrerá a exclusão do associado, independentemente de sua qualificação na forma do art.6°, que:

I- Transgredir o presente Estatuto;

II - Transgredir norma, decisão ou resolução ela Assembleia Geral, da Diretoria ou do Conselho Comunitário:

III - Descumprir as Leis e Normas que regulamentam o serviço de radiodifusão comunitária,

IV - Emitir opinião ou comportar-se de formar que comprometa a ética, a existência, a idoneidade ou as finalidades da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

V - Omitir-se no cumprimento de obrigação que assumir perante a ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE

VI - Praticar ato de difamação, calúnia ou injúria, contra a ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ou contra qualquer de seus associados;

Parágrafo único. A exclusão elo associado só é admissível havendo justa causa, reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos neste Estatuto.

Art. 11. A exclusão do associado infrator poderá ser proposta por qualquer outro associado, mediante representação direta, formulada ao Presidente.

§1º Recebida à representação, o Presidente formará os autos de exclusão dentro do prazo ele 10 (dias) e intimará o representado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa.

§ 2º Vencido o prazo para apresentação de defesa, a Diretoria, em 10 (dez) dias, pronunciar-se-á sobre o mérito da representação.

Art. 12. Se a Diretoria reconhecer a procedência da representação, convocará, dentro de 10 (dez) dias, a Assembleia Geral Extraordinária para deliberar especialmente sobre a matéria; se não reconhecer a procedência, o Presidente determinará o arquivamento dos autos e, em qualquer das hipóteses, comunicará ao representante e ao representado da decisão da Diretoria, no prazo de 5 (cinco) dias a contar ela data do julgamento.;

§1º O representante e o representado terão o prazo de 05 (cinco) dias, a partir do recebimento do comunicado a que se refere o caput deste artigo para interpor, perante a Diretoria, recurso à Assembleia Geral.

§2º Interposto recurso na forma do §1º, a Diretoria convocará a Assembleia Geral na forma e prazo definidos no caput deste artigo.

Art. 13. A Assembleia Geral Extraordinária deliberará sobre a representação ou sobre recurso interposto na forma do §1º do art. 12, dentro de 30 (trinta) dias da data da convocação, assegurandose ao representante e ao representado ampla defesa.

Art. 14. A Assembleia Geral Extraordinária reconhecerá a procedência da representação de exclusão pelo voto concorde 2/3 (dois terços) de seus membros, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

§1º Reconhecida pela Assembleia Geral à procedência da representação de exclusão, o Presidente da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA baixará ato dentro de 05 (cinco) dias, efetivando a exclusão do associado; não sendo reconhecida a procedência da exclusão, os autos do processo serão definitivamente arquivados.

Art. 15. Nos processos de destituição, por infração, de membro da Diretoria e de membro do Conselho Comunitário, bem como de cassação de título de associados Fundadores, Contribuintes ou Efetivos, aplicam-se as disposições desta Seção.

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 16 - São orgãos da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA Assembléia Geral (AG);

Diretoria:

Conselho Comunitário.

- Art. 17 A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada (04) quatro anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.
- § 1º A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, (1/5) um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.
- §2° A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.
- §3° A AG deliberará em primeira convocação somente com (50% + 1) metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.
- §4º A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.
- Art. 18 A Diretoria da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de quatro (04) anos, permitida apenas uma reeleição, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Lauber Fracis

585-4110-acd0-be5f2f96f635

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 19 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.

Representar a ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA em atos públicos

Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades:

Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.

Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins

Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da

Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) Ao Presidente compete: representar a ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Tesoureiro (a) compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, Substituir legalmente o Presidente, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade: gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural.
- c) Ao Secretário (a) compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado; secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria

Art. 20 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente

instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo 1º - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Parágrafo 2º - O Conselho Comunitário será constituido quando do recebimento da autorização para execução do serviço de rádiodifusão comunitária e antes do inicio da prestação do respectivo serviço.

IV - DAS ELEICÔES

Art. 21 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendum de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

- §1° É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.
- §2º A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.
- §3º A eleição será feita por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 22 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 23 - O Patrimônio e Receita da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 24 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois

Jaroline Kauber Henton

terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

- Art. 25 A disssolução da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, (1/5) um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), expecificamente convocada para essa finalidade.
- Art. 26 Dissolvida à associação o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não econômicos congênere, conforme previsão do Art. 61, § 1º e § 2º, do Codigo Civil - Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

- Art. 27 Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.
- Art. 28 O presente estatuto foi aprovado na AG de 30/03/2022 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Formosa - GO, 30 de março de 2022.

ANILTON GUIRRA CAMARGO Presidente da Assembleia CPF nº 654.964.856-49

RAIANE FONSECA DOURADO Secretaria da Assembleia CPF nº 037.237.241-40

nie in Caron JOSÉ ANTÔNIO NEVES CAVALHEIRO Presidente eleito CPF nº: 041.025.441-00

MARCOS VINICIUS DE PAULA ORNELAS Secretario eleito CPF nº 059.857.841-26

FREDERICO BIDUGE MICHELEHO

OAB nº

FLÁVIO RODRIGUES DA CRUZ Tesoureiro eleito CPF nº 972.211.201-53

3.001





1ce2d27a d585 4110 acd0 be5f2f96f635

Gerado a partir de http://d	consulta.t
	SEC G
Nome do Contribuinte / F	
Nome da Unidade Favore COORDENACA	
Instruções	
Ac informações in	aaridaa

### MINISTÉRIO DA ECONOMIA RETARIA DO TESOURO NACIONAL

Guia de Recolhimento da União - GRU

Código de Recolhimento	18822-0
Número de Referência	302022

Competência 05/2022

Vencimento 13/05/2022

46.237.564/0001-43

100,00

10000

CNPJ ou CPF do Contribuinte

RADIODIFUSAO COMUNITARIA

RAL DE RECURSOS LOGISTICOS

As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.

**GRU SIMPLES** 

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.

[STN06FA5DC9F6F0814E9A51D3CA0E07BDE8]

ASSOC. MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA

COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS

**GRU SIMPLES** 

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.

[STN06FA5DC9F6F0814E9A51D3CA0E07BDE8]

do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar

As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade

UG / Gestão 240101 / 00001 (=) Valor do Principal

100,00 (-) Desconto/Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Juros / Encargos

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Total

8990000001-9 00000001010-3 95523161882-9 20421220328-8





Nome do Contribuinte / Recolhedor

a Unidade Favorecida dos recursos.

Nome da Unidade Favorecida

#### MINISTÉRIO DA ECONOMIA

#### SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Guia de Recolhimento da União - GRU

	18022-0
Número de Referência	302022
Competência	05/2022
Vencimento	12/05/2022

13/05/2022 CNPJ ou CPF do Contribuinte 46.237.564/0001-43

UG / Gestão 240101 / 0000

(=) Valor do Principal 100,00

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

Código de Recolhimento

(+) Juros / Encargos

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Total

8990000001-9 00000001010-3 95523161882-9 20421220328-8









# ANEXO 2 REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE							
Razão Social: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA							
Nome Fantasia:		Mais FM			CNPJ:	46.237	7.564/0001-43
Endereço de Se	Endereço de Sede: Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde						
Município:	unicípio: Formosa			UF:	GO	CEP:	73808-325
Nome do representante legal: José A		ante legal:	José Antônio Neves Cavalheiro				
Endereço eletrônico ( <i>e-mail</i> ):		(e-mail):	joseantonionev@hotmail.com				

End. de Correspondência:		Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde				
Município:	Formosa		UF:	GO	CEP:	73808-435

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE							
Endereço:	Avenida C, Qd. 24, nº 15, Vila Verde						
Município:	Formosa		UF:	GO	CEP:	73808-325	
Coordenadas do Sistema Irradiante		Latitude:	15º (S	) 32 ' 57	u		
(Padrão GPS-WGS 84):		Longitude:	47 º	W 18'0	9 "		

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 30, publicado no Diário Oficial da União de 29/03/2022, relativo à outorga para execução do SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- X nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- XI todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;
- XII todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e XIII todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p"



e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

igente:	Jose Antônio N	leves Cavalheiro					
Presidente			Tit. E	leitor:	0627 3653 1015		
5627910	)	Órgão Emissor:	SSP-GO	CPF:	041.025.441-00		
10/02/1	995						
Avenida	Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde						
Formosa UF			UF:	GO	CEP:	73808-435	
Assinatura: José Antonio in Correllieuro							
	Presiden 5627910 10/02/1 Avenida Formosa	Presidente 5627910 10/02/1995 Avenida B, Qd. 23, Lt 04, Formosa	Presidente  5627910 Órgão Emissor:  10/02/1995  Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila V Formosa	Presidente  5627910 Órgão Emissor: SSP-GO 10/02/1995  Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde  Formosa UF:	Presidente Tit. E  5627910 Órgão Emissor: SSP-GO CPF:  10/02/1995 Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde  Formosa UF: GO	Presidente Tit. Eleitor:  5627910 Órgão Emissor: SSP-GO CPF: 041.02  10/02/1995 Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº, Parque Vila Verde  Formosa UF: GO CEP:	

Nome do dir	igente:	Marcos Viniciu	s de Paula Ornelas					
Cargo:	Secreta	rio			Tit. E	leitor:	0643 5982 1040	
RG	622383	5	Órgão Emissor:	SSP-GO	CPF:	059.8	57.841-26	
D. Nasc.	21/03/2	1995						
Endereço:	Rua Pas	Rua Passagem 02 nº 40 Jardim Califórnia						
Município:	Formos	a		UF:	GO	CEP:	73807-750	
Assinatura: Maus Minu de P. Assinatura								

Nome do dir	Nome do dirigente: Flavio Rodrigues da Cruz						
Cargo:	Tesoureiro			Tit. E	leitor:	0453 8464 1090	
RG	2242564	Órgão Emissor:	SSP-DF	CPF:	972.21	1.201-53	
D. Nasc.	18/05/1983						
Endereço:	Rua H nº 01, Vilage,						
Município:	Formosa UF:			GO	CEP:	73814-555	
Assinatura:	Florinio Roo	uso de l	ws.				

#### ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Os campos não utilizados para indicação de dirigentes podem ser excluídos.
- Não é necessário indicar integrantes de Conselho Fiscal.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.

# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

	QUALIFICAÇÃO DA ENTIDAD	APOIADORA	
Razão Social:	Egmor Hagela da	Silveit	n. e cin 17:04
Endereço:	V		04.303.072/0001-69
Município:	An maistro foão houiz a enspirito Sonto. nº 1266 Formosa	UF: GO	CEP: 73.814-005
Nome do represe	entante legal: Egmon Marg	ela da	Silveina.

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 12 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

## ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.303.072/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
NOME EMPRESARIAL EGMAR MAGELA DA SI	LVEIRA & CIA LTDA				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO FELHA & CIA MATERIA	) (NOME DE FANTASIA) S PARA CONSTRUCAO			PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIV 47.44-0-05 - Comércio v	/IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL arejista de materiais de constru	ıção não especificado	os anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS AT Não informada	IVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS		2122		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 206-2 - Sociedade Empr	UREZA JURÍDICA esária Limitada				
LOGRADOURO AV MAESTRO JOAO LU	IZ DO ESPIRITO SANTO	NŮMERO <b>1266</b>	COMPLEMENTO QD 06 LOTE 05		
73.814-005	BAIRRO/DISTRITO PARQUE LAGUNA II	MUNICÍPIO FORMOSA	UF GO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ	VEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>			DATA DA S 03/11/20	SITUAÇÃO CADASTRAL 105	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL				

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/05/2022 às 09:57:41 (data e hora de Brasília).

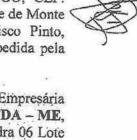
Página: 1/1



#### EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA – ME CNPJ N°: 04.303.072/0001-69 NIRE: 52201757489

### TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, EGMAR MAGELA DA SILVEIRA, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua 14 Quadra 01 casa 24, Parque Vila Verde, Formosa/GO – CEP 73.808-300, nascido em 25 de Maio de 1.970, natural de Coromandel/MG, filho de: Divino Ricardo da Silveira e Magnólia da Silveira, portador da Cédula de Identidade nº: M-5.794.307, expedida pela SSP/MG em 07.11.1988 e CPF nº: 757.063.936-72 e TEREZINHA APARECIDA SILVEIRA, brasileira, casada com comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada na Rua 14 Quadra 01 Casa 24, Parque Vila Verde, Formosa/GO, CEP: 73.808-300, nascida em 01 de Junho de 1.971 na cidade de Monte Carmelo/MG, filha de: Jales Pinto e Maria Francisco Pinto, portadora da Cédula de Identidade nº: 4.256.838, expedida pela SSP/GO e CPF nº: 875.910.656-53.



ÚNICOS sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada, denominada de: EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA – ME, Estabelecida na Avenida Maestro João Luiz do espirito Santo nº: 1.266 Quadra 06 Lote 05, Parque Laguna II, Formosa/GO, CEP: 73.814-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 04.303.072/0001-69, devidamente arquivada e registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº; 52.201757489, pôr despacho em sessão do dia 14/02/2001, RESOLVEM de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar o citado instrumento, mediante as clausulas e condições a seguir indicadas;

CLAUSULA PRIMEIRA - A sócia, Terezinha Aparecida Silveira, possuidora de 10.000 (Dez Mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), retira-se da sociedade, cedendo e transferindo o total das suas quotas, para o sócio ora admitido, o Sr; THIAGO DIVINO DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua 14 Quadra 01 Casa 24, Parque Vila Verde, Formosa/GO. CEP: 73.808-300, nascido aos 24 de Abril de 1.991, na cidade de Monte Carmelo/MG., filho de: Egmar Magela da Silveira e Terezinha Aparecida



CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2017 10:55 SOB Nº 20174467087. PROTOCOLO: 174467087 DE 22/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703238385. NIRE: 52201757489. EGNAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÂRIA-GERAL GOIÂNIA, 22/08/2017 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br



validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Informando seus respectivos códigos de verificação

SÓCIOS	N° QUOTAS	VL.QUOTAS	CAPITAL	%
Egmar Magela da Silveira	90.000	1,00	90.00,00	90
Thiago Divino da Silveira	10.000	1,00	10.00,00	10
TOTALIZANDO	100.000	1,00	100.000,00	100

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social.

CLÁUSULA SEGUNDA -A sócia retirante transfere livremente todos os direitos e obrigações da sociedade inclusive ATIVO e PASSIVO, dando plena e geral e irrevogável quitação, para não reclamar em tempo algum em juízo ou Fora dele, ficando por conta dos sócios remanescente inteira responsabilidade por quaisquer débitos contraídos e pendentes em nome da Empresa, na proporção de suas cotas, e existente até a presente data, tais como: débitos fiscais, Previdenciários, Federais, Municipais e outros que tenham relação com a empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA - A administração da sociedade será exercida pelos sócios; EGMAR MAGELA DA SILVEIRA e THIAGO DIVINO DA SILVEIRA, que tem poderes para assinar contratos, recibos, notas promissórias, cheques, abrir e encerrar contas bancárias, admitir e demitir empregados, podendo, enfim, praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções e tendo em vista a assegurar o pleno funcionamento da sociedade e consecução de seus fins, inclusive representar a sociedade em juízo ou fora dele.

CLÁUSULA QUARTA - Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.







CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2017 10:55 SOB Nº 20174467087. PROTOCOLO: 174467087 DE 22/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703238385. NIRE: 52201757489. MAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNTA, 22/08/2017 ww.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação



CLÁUSULA QUINTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicial não modificada pela presente alteração contratual, e tendo em vista as alterações ora ajustadas consolidam-se o contrato social.

# CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME CNPJ: 04.303.072/0001-69 NIRE: 52201757489

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial de: EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME e fantasia; TELHA & CIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, com sua sede e foro na Avenida Maestro João Luiz do Espirito Santo nº: 1.266 Quadra 06 Lote 05, Parque Laguna II, Formosa/GO -CEP: 73.814-005, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer território Nacional.

Parágrafo Único - Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade pode abrir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério dos sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem por objeto social:

Comércio Varejista de Materiais para Construção em Geral.

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade iniciou suas atividades no dia 20 de Fevereiro de 2001 e terá prazo indeterminado de duração.

CLÁUSULA QUARTA - O capital social é de R\$: 100.000,00 (. Cem Mil Reais) dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real), cada uma, subscrito e integralizado em moeda corrente do País, e distribuído da seguinte forma:

NOME	N°. QTAS	VL.QTAS	CAPITAL [	0/0
Egmar Magela da Silveira	90.000	1,00	90.000,00	80
Thiago Divino da Silveira	10.000	1,00	10.000,00	10
TOTALIZANDO	100.000	1,00	100.000,00	100

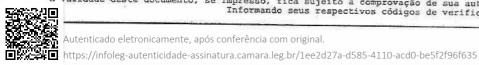


CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2017 10:55 SOE Nº 20174467087. PROTOCOLO: 174467087 DE 22/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703238385. NIRE: 52201757489. EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNIA, 22/08/2017 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Informando seus respectivos códigos de verificação



Parágrafo Primeiro – Nos termos do art. 1.052 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas cada um responde solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo – As cotas são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA QUINTA – A administração da sociedade é exercida pelos sócios; EGMAR MAGELA DA SILVEIRA e THIAGO DIVINO DA SILVEIRA, que tem poderes para assinarem contratos, recibos, notas promissórias, cheques, abrir e encerrar contas bancárias, admitir e demitir empregados, podendo, enfim, praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções e tendo em vista a assegurar o pleno funcionamento da sociedade e consecução de seus fins, inclusive representar a sociedade em juízo ou fora dele.

CLÁUSULA SEXTA – Em suas deliberações, os administradores adotam preferencialmente a forma estabelecida no parágrafo 3° do artigo 1.072 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

PARAGRAFO ÚNICO - Fica facultado aos administradores nomearem procuradores, para um período indeterminado, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos Procuradores assim nomeados.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os sócios na função de administradores têm direito a uma retirada mensal á título de pró-labore, a ser determinada e alterada, de acordo com a lei vigente.

CLÁUSULA OITAVA — O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano, quando são levantados o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e efetuada a apuração dos resultados com observância das disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único — Os lucros ou Prejuízos apurados são divididos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas de capital, exceto se, havendo lucros, deliberação os sócios e levá-lo ao Patrimônio Líquido da Sociedade para posterior utilização.

CLÁUSULA NONA – O falecimento de qualquer dos sócios não implica dissolução da sociedade, que prossegue com os sócios remanescentes, devendo ser pago aos herdeiros do falecido o valor correspondente às suas quotas de capital e à sua participação nos



CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2017 10:55 SOB N° 20174467087. PROTOCOLO: 174467087 DE 22/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703238385. NIRE: 52201757489. EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETĀRIA-GERAL GOIĀNIA, 22/08/2017 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Informando seus respectivos códigos de verificação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

High https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

lucros líquidos apurados até a data do falecimento, mediante levantamento de balanço geral específico para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA - São regidas pelas disposições do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), aplicável à matéria, tanto a retirada de sócio quanto à dissolução e a liquidação da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os casos omissos neste contrato são resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro desta Comarca desta cidade, para qualquer ação fundada neste contrato, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade:

E por estarem de pleno acordo, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) vias de igual teor e forma, com a primeira via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Formosa/GO, 15 de Agosto de 2017.

Egmar Magela da Silveira.

Thiago Divino da Silveira

Thiago Divino da Silveira.

\* Ourginha Ciparecido Solouro Terezinha Aparecida da Silveira.



CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2017 10:55 SOB N° 20174467087. PROTOCOLO: 174467087 DE 22/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703238385, NIRE: 52201757489. BGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNIA, 22/08/2017 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação







CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2017 10:55 SOB N° 20174467087. -PROTOCOLO: 174467087 DE 22/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703238385. NIRE: 52201757489. EGMAR MAGELA DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME .ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96t

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNIA, 22/08/2017 ww.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação



# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

		QUALIFICAÇÃO DA	ENTIDADE AP	DIADORA				
Razão Social:	Formal	seças, p	seças-	nor inal	asi	uis	adas,	J-ME
Endereço:		durtrial	•		DI:	v 1	237/0001-	
Município:	Formo	ia	,	JF: GO	CEP:		105-253	
Nome do repre	sentante legal:	Leanu	ele 7	R. Z	luea	_	106 200	4

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO,  $\sqrt{2}$  de Maio de 2022

miele R. Luca

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

## ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.206.237/0001-72 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
NOME EMPRESARIAL FORMOPECAS - PECA	AS NOVAS E USADAS, REFORM	AS DE MAQUINAS E	EQUIPAMENTOS	LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMEN FORMOPECAS	TO (NOME DE FANTASIA)			PORTE ME		
	TIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL a varejo de peças e acessórios i	novos para veículos	automotores	AND STATE OF THE S		
45,30-7-05 - Comércio	ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS a varejo de pneumáticos e câma de manutenção e reparação mec	aras-de-ar	tomotores			
código e descrição da N 206-2 - Sociedade Emp			W-111000100			
OGRADOURO R H		NÚMERO COMPLEMENTO QUADRA 01				
CEP 73.805-253	BAIRRO/DISTRITO SETOR INDUSTRIAL	MUNICÍPIO FORMOSA		UF GO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	***	TELEFONE	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	- W 15 - W 15 - W 15 - W 25 -		
ENTE FEDERATIVO RESPON:	SÁVEL (EFR)					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL /06/2004		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADA	STRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL				TA DA SITUAÇÃO ESPECIAL		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/05/2022 às 10:05:45 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



### FORMOPEÇAS – PEÇAS NOVAS E USADAS, REFORMAS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 07.206.237/0001-72

# PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUDIA MARIA TURA, brasileira, solteira, empresária, natural de Carazinho. Estado do Rio Grande do Sul, nascida aos 01/10/1977, filha de Ademir Tura e Maria de Lourdes Tura, portadora da C.I.RG n.º 3766321, expedida em 13/06/1994 pela SSP/GO e inscrita no CPF sob o n.º 817.895.801-53, residente e domiciliada à Rua 1, n.º 200, Setor Industrial, na Cidade de Formosa, Estado de Goiás, CEP: 73.805-253...

FRANCIELE RENATA TURA, brasileira, solteira, empresária, natural de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, nascida aos 09/01/1984, filha de Ademir Tura e Maria de Lourdes Tura, portadora da C.I.RG n.º 4438265, expedida em 02/02/2000 pela SSP/GO e inscrita no CPF sob o n.º 009.585.931-40, residente e domiciliada à Rua 1, nº 200, Setor Industrial, na Cidade de Formosa, Estado de Goiás, CEP: 73.805-253.

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada, que gira sob o nome empresarial de FORMOPEÇAS – PEÇAS NOVAS E USADAS, REFORMAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME, com sede social à Rua 1, nº 200, Setor Industrial, da Cidade de Formosa, Estado de Goiás, CEP 73.805-253, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 07.206.237/0001-72, com contrato social arquivado na MM Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o nº 52202100751 em 16/06/2004, resolvem alterar seu Contrato Social sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ADMISSÃO DE SÓCIO: Fica admitido na Sociedade Empresária Limitada, IONARA ELISABETE TURA ISOLAN, brasileira, casada pelo regime de comunhão total de bens, empresária, natural de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, nascida aos 15/06/1973, filha de Ademir Tura e de Maria de Lourdes Tura, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4053439149, expedida em 11/08/1989 pela SSP/RS, e inscrita no CPF sob o nº 723.121.730-34, residente e domiciliada à Rua 1, nº 200, Setor Industrial, da Cidade de Formosa, Estado de Goiás, CEP: 73.805-253.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RETIRADA DE SÓCIO: Retira-se da Sociedade Empresária Limitada a sócia CLÁUDIA MARIA TURA, que transfere a totalidade de suas quotas no capital social, à sócia que ora ingressa na sociedade, já acima qualificada, dando plena e geral quitação das mesmas, não tendo mais nada a receber ou reclamar em relação as mesmas, em tempo algum

Jeanula A Tura

Claudia Ma Tura

Claudia Ma Tura

Digitalizado com CamScanner



CLÁUSULA TERCEIRA: DA DISTRIBUIÇÃO E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NO CAPITAL SOCIAL: O Capital Social que é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), dividido em 10.000 (Dez Mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional pelos sócios na proporção de suas quotas no Capital Social, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócios	n.º Otas	Vir Qtas	Capital R\$	%	
Franciele Renata Tura	5.000	1,00	5.000,00	50,00	
Ionara Elisabete Tura Isolan	5.000	1,00	5.000,00	50,00	
Totalizando	10,000	1,00	10.000,00	100,00	

<u>Parágrafo Único:</u> A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUARTA: DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E DAS RETIRADAS: A sociedade será administrada por ambas os sócias, que terão poderes para assinar contratos, recibos, notas promissórias, cheques, abrir e encerrar contas bancárias, admitir e demitir empregados, bem como praticar todos e quaisquer atos no interesse da sociedade, sendo-lhes no entanto, vedado o direito de uso da Denominação Social em transações alheias aos objetivos sociais da sociedade, como em avais, fianças, cartas de crédito, endossos em favor de terceiros e outros atos semelhantes, podendo porém, nomear procuradores, inclusive representar a sociedade em juizo ou fora dele.

Parágrafo Primeiro - Os Sócios poderão fazer retiradas a título de Pró-labore para as suas despesas particulares, cujos saques poderão ocorrer mensais, trimestrais ou da melhor forma que lhe convier, podendo ser aumentadas ou diminuídas ou ainda haver complementações anuais.

CLÁUSULA QUINTA: DESIMPEDIMENTO: O(s) administrador(es) declara(m) sob as penas da lei, de que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Art. 1.011, 1°, CC/2002).

<u>CLÁUSULA SEXTA:</u> **DO FORO:** Fica eleito o Foro da Cidade de Alto Paraíso, Estado de Goiás, para dirimir toda e qualquer dúvida que se origine do presente Instrumento Contratual.

<u>CLÁUSULA SÉTIMA:</u> RATIFICAÇÃO: Que o Contrato Social Primitivo, fica ratificado em todos os seus termos, cláusulas e condições não expressamente alteradas neste instrumento, que a aqueles se interam, formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.

Jeonall R. Sure

Jolan

영한

2



### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO NOME EMPRESARIAL, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO.

Art. 1º - A sociedade gira sob o nome empresarial de: FORMOPEÇAS - PEÇAS NOVAS E USADAS, REFORMAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME, e adota como nome de fantasia "FORMOPEÇAS".

Art. 2º - A sede social é à Rua 1, nº 200, Setor Industrial, na Cidade de Formosa. Estado de Goiás, CEP 73.805-253, perante cujo o foro deve processar-se toda e qualquer ação judicial ou extra judicial;

Art. 3º - A sociedade tem como Objeto Social: Comércio varejista de peças novas e usadas, e acessórios para máquinas agrícolas, industriais e para veículos automotores, lubrificantes, pneus e câmaras de ar, o comércio de máquinas e implementos agrícolas, bem como reformas de máquinas e equipamentos agrícolas, e ainda assistência técnica com oficina mecânica.

Art. 4° - A sociedade tem seu pazo de duração por tempo indeterminado com todas as disposições do presente instrumento subordinades a legislação em vigor, tendo as suas atividades iniciadas em 01 de Julho de 2004.

## CLÁUSULA SEGUNDA: DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS.

Art. 1° - O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), dividida em 10.000 (Dez Mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (Lun Real) cada, totalizante subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, e assim distribuído entre os sócios:

Sócios	n.º Otas	VIr Qtas	Capita P.5	%
Franciele Renata Tura	5.000	1,00	5.000,00	50,00
Franciele Kenala Tura Ionara Elisabete Tura Isolan	5.000	1,00	5 000,00	50,00
Totalizando	10.000	1,00	,10.000,00	100,00

Art. 2º - As quotas da sociedade são indivisíveis e não podem ser cedidas sem o expresso consentimento dos sócios reservando-se o direito e a preferência em adquiri-las.

Art. 3º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E DAS RETIRADAS.

Art. 1º - A sociedade é administrada por ambas os sócias, que tem poderes para assinar contratos, recibos, notas promissórias, cheques, abrir e encerrar contas bancárias, admitir e demitir empregados, bem como praticar todos e quaisquer atos no





interesse da sociedade, sendo-lhes no, entanto, vedado o direito de uso da Denominação Social em transações alheias aos objetivos sociais da sociedade, como em avais, fianças, cartas de crédito, endossos em favor de terceiros e outros atos semelhantes, podendo porém. nomear procuradores, inclusive representar a sociedade em juizo ou fora dele.

Art. 2º - A sociedade pode contratar responsáveis técnicos, legalmente capacitados, que tenham total independência de ação, orientação e execução de seus trabalhos, de acordo com as normas que regulamentam a respectiva profissão.

Art. 3º - Os Sócios podem fazer retiradas a título de Pró-labore para as suas despesas particulares, cujos saques podem ocorrer mensais, trimestrais ou da melhor forma que lhe convier, podendo ser aumentadas ou diminuídas ou ainda haver complementações anuais.

### CLÁUSULA QUARTA: DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS.

Art. 1º - Fica designado o dia 31 de dezembro de cada ano para realização do Balanço Geral, dentro das prescrições legais e técnicas, devendo ser promovidas às reavaliações, correções e depreciações necessárias e adequadas.

Art. 2º - Os resultados apurados são atribuídos ou suportados pelos sócios quotistas na proporção de suas quotas, ou podem ser levados a Conta Lucros Acumulados para posterior aumento de capital social, em caso de lucro; ou; podem ser levados a conta prejuízos acumulados, para serem liquidados nos exercícios subsequentes em caso de prejuízo.

### CLÁUSULA QUINTA: DA RETIRADA OU FALECIMENTO.

Art. 1º - Em caso de retirada, falecimento, interdição ou inabilitação de qualquer um dos sócios da sociedade, não acarreta a dissolução ou extinção da mesma, o sócio remanescente podem admitir um novo sócio para as quotas do sócio que se retirar, conforme o estabelecido nos Art. 2º e Art. 3º, a seguir.

Art. 2º - O Sócio que pretender se retirar da sociedade somente pode fazê-lo por ocasião do encerramento do balanço geral extraordinário no prazo de 30(trinta) dias da data do evento, após serem apurados os créditos e/ou débitos contraídos durante o tempo que exerceu na sociedade.

Art. 3º - O falecimento de qualquer um dos sócios, também não acarreta a dissolução ou extinção da sociedade, os herdeiros do sócio que falecer, exercem as quotas herdadas, ou o sócio remanescente pode admitir um novo sócio adquirente das quotas do sócio falecido, pagando-as aos legítimos herdeiros, da seguinte forma: 30%(trinta por cento) em 60(sessenta) dias após o evento e os 70%(setenta por cento) restantes em 10(dez) notas promissórias de igual valor, mensais e consecutivas, devendo vencer a primeira, 30(trinta) dias após a liquidação da parte inicial, sendo estas parcelas corrigidas no dia do pagamento pelos índices oficiais estipulados pelo Governo Federal.

### CLÁUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 1º - As alterações do presente instrumento, quando se julgarem necessárias, podem ser validamente efetuadas, quando firmada por todos os sócios.

Fearciele R. Sura Colan

of my



Digitalizado com CamScanner

Art. 2º - A sociedade pode a qualquer tempo, abrir filiais e ou outros estabelecimentos, no país ou fora dele, por ato firmado por todos os sócios.

Art. 3° - CLÁUSULA SEXTA - O(s) administrador(es) declara(m) sob as penas da lei, de que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da concorrência, contra as relações de consumo, té pública, ou a propriedade. (Art. 1.011, 1°, CC/2002).

E por estarem em pleno acordo justos e contratados, assinam o presente contrato social em 03 (três) vias de igual teor e forma, com a primeira via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Formosa - GO, 05 de Maio de 2009.



Digitalizado com CamScanner

5

# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

	QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA
Razão Social:	Inneinco Ahren Don Sonton 11
Endereço:	Av. Lagoa 5/N sator Willage 09.189.897/0001-18
Município:	UF: CEP: 73.814.505
Nome do represe	entante legal: Junine of flown don Sorton.

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO. 11 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.189.897/0001-18 MATRIZ	COMPROVANTE	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
NOME EMPRESARIAL FRANCISCO ALVES DO	S SANTOS II			
TITULO DO ESTABELECIMENTO LANCHONETE E PEDAL	(NOME DE FANTASIA) LINHO SAO GUIDO			PORTE ME
	VIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL s, casas de chá, de sucos e	similares		
código e descrição das ati 56.11-2-01 - Restaurante	IVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁR es e similares	NAS		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 213-5 - Empresário (Indi				
LOGRADOURO AV LAGOA		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO MARG DIR LA	GOA FEIA
73.814-505	BAIRRO/DISTRITO VILLAGE	MUNICÍPIO FORMOSA		UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO RUBENSSAAD@UOL.CO	DM.BR	TELEFONE (61) 3631-72	45	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ	VEL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				A DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/2021
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL			
			1837	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/06/2021 às 08:23:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



#### REATIVAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL CNPJ/MF: 09.189.897/0001-18 NIRE 52102962823

FRANCISCO ALVES DOS SANTOS, Brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 14/09/1983, filho de Guido Alves dos Santos e Luzia Chagas, residente e domiciliado na Rua 14 nº 08 Quadra L Lote 08 –Jardim California-Formosa/GO CEP.73.807-745, portador da Cédula de Identidade nº 4.728.963, DGPC/GO e CPF/MF n.º 027.935.561-06, na condição de empresário individual FRANCISCO ALVES DOS SANTOS II, estabelecida à Avenida Lagoa s/n Marginal Direita da Lagoa Feia- Village-Formosa/GO CEP.73.814-505, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.189.897/0001-18, devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº. 52102962823, Resolve Reativar e consolidar seu ato constitutivo mediante as seguintes cláusulas e condições;

#### Cláusula Primeira - Altera-se o nome de fantasia para: Bar e Restaurante Pedalinho.

Cláusula Segunda - O Empresário declara-se, sob as penas da lei, que não se acha impedido(a) de exercer a atividade Empresária, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei 8.934/94.

USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL PARA AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO



#### CONSOLIDAÇÃO

FRANCISCO ALVES DOS SANTOS, Brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 14/09/1983, filho de Guido Alves dos Santos e Luzia Chagas, residente e domiciliado na Rua 14 nº 08 Quadra L Lote 08 – Jardim California-Formosa/GO CEP.73.807-745, portador da Cédula de Identidade nº 4.728.963, DGPC/GO e CPF/MF n.º 027.935.561-06

Cláusula Primeira: - O empresário Individual tem como nome empresarial de FRANCISCO ALVES DOS SANTOS II e nome de fantasia BAR E RESTAURANTE PEDALINHO.

<u>Cláusula Segunda:</u> O Empresário Individual tem sua sede e domicílio na Avenida Lagoa s/n Marginal Direita da Lagoa Feia –*Village- Formosa/GO CEP.73.814-505*, podendo abrir e manter filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, obedecendo às disposições legais vigentes (art. 997, II, Lei nº. 10.406/2002).

<u>Cláusula Terceira:</u> - O Empresário Individual tem como objeto: Lanchonete.

Restaurante.

Cláusula Quarta: - O Empresário Individual iniciou suas atividades em 25/10/2007 e seu prazo de duração é indeterminado (art. 997, III, da Lei 10.406/2002).

<u>Cláusula Quinta:</u> - O capital do Empresário Individual é de **R\$ 9.000,00 (Nove Mil Reais)** integralizado em moeda corrente do País, pelo Empresário **Francisco Alves dos Santos**.

Parágrafo Primeiro: - A responsabilidade do(a) Empresário é restrita ao valor do capital.

<u>Parágrafo Segundo</u>: - Eu, Francisco Alves dos Santos, declaro que não possuo nenhuma outra Empresa desta modalidade registrada.

<u>Cláusula Sexta</u> - A administração é exercida pelo empresário Francisco Alves dos Santos, assinando isoladamente, todos os documentos de interesse com todos os poderes que lhes reconhecer o cargo na empresa. Ficando autorizado o uso do nome empresarial pelo titular, vedado, no entanto o uso em atividades estranhas, tais como avais, fianças, empréstimos ou assumir obrigações, bem como onerar ou alienar bens imóveis da empresa.

<u>Cláusula Sétima</u> - Pelo exercício da administração o empresário Francisco Alves dos Santos, terá uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL PARA AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO



1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

Cláusula Oitava - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, de cada ano, procederá à elaboração das demonstrações financeiras legalmente exigidas, com vistas a prestar contas justificadas de sua administração, sendo que os lucros auferidos ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelo titular, conforme previsto no art. 1.065 da Lei nº. 10.406/02.

<u>Cláusula Nona</u> - Falecendo ou interditada o Empresário, a Empresa Individual continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. O valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

<u>Cláusula Décima</u> - De conformidade com o que dispõe o artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil Lei 10.406/2002, as omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas, serão supridas ou resolvidas com base na legislação específica, aplicando-se supletivamente a Lei em vigor e outras disposições legais vigentes que lhe forem aplicadas.

Cláusula Decima Primeira - O Empresário declara, sob as penas da lei, que não se acha impedido de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei 8.934/94.

<u>Cláusula Décima Segunda</u> - Fica eleito o Foro desta comarca, para dirimi dúvidas ou casos omissos da presente empresa, os quais possam surgir e não haja condições de saná-las amigavelmente.

E, por estar em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, assino o presente instrumento em 01 (uma) via única.

Formosa/GO, 24 de Junho de 2021.

Francisco Alves dos Santos. Empresário.

USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL PARA AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

### **ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa FRANCISCO ALVES DOS SANTOS II consta assinado digitalmente por:

	IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome	2 (11/4)
02793556106	FRANCISCO ALVES DOS SANTOS	



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/06/2021 14:50 SOB N° 20215949064.
PROTOCOLO: 215949064 DE 23/06/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12104486900. CNPJ DA SEDE: 09189897000118.
NIRE: 52102962823. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 24/06/2021.
FRANCISCO ALVES DOS SANTOS II

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI SECRETÁRIA-GERAL www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

		QUALIFICAÇÃ	O DA ENTIDAD	E APOIAC	ORA	Notes the		
Razão Social:	ORGANI ENTOR	ZAÇÃO No ob	GERA1	OLE	ASS	5001	A COES	do
Endereço:	RUA JEREIRA	Aquim 1 Dut	HONO RA NO	R10 27,00	CNPJ:	02	307906	00010
Município:	Form	254		UF:	Go	CEP:	73801	040
Nome do repre	sentante legal:	Doniz	CETE I	)ias	de	S	DUZA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 11 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.307.902/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE I	03/08/1997	
NOME EMPRESARIAL ORGANIZACAO GERAL	DE ASSOCIACOES DO ENT	ORNO DO DF	
TITULO DO ESTABELECIMENTO DGADEF	(NOME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS
	IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL de associações de defesa de	e direitos sociais	
66.19-3-99 - Outras ativio 32.30-0-01 - Serviços de 74.90-1-03 - Serviços de 50.10-1-00 - Atividades d	organização de feiras, cong agronomia e de consultoria de rádio dades profissionais, científic UREZA JURÍDICA	las anteriormente os financeiros não especificadas anterio pressos, exposições e festas a às atividades agrícolas e pecuárias cas e técnicas não especificadas anterio	
OGRADOURO R JOAQUIM HONORIO F	PEREIRA DUTRA	NÚMERO COMPLEMENTO	
73.801-040	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO FORMOSA	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO DONIZETEDIASDESOUZ	ZA@GMAIL.COM	TELEFONE (61) 9912-4737	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ	VEL (EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			ATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 1/05/1999
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 11/05/2022 às 17:25:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





# ORGANIZAÇÃO GERAL DE ASSOCIAÇÕES DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL. CNPJ: 02.307.902/0001-09



Ata da eleição da nova diretoria da OGADEF - Organização Geral das Associações do Entorno do Distrito Federal 2021/2025, conforme o edital de convocação, aos nove de outubro de 2021, é realizada na sede provisória da OGADEF, situada na Av. das Américas, esquina com a Rua 03, Nº 01, Loja 01 – Setor Abreu - Formosa/GO. A eleição teve início Às 16:00hs com a oração do "Pai Nosso" em seguida o Donizete tomou a palavra para deixar a par o motivo da reunião, agradecendo a todos pela confiança que depositaram por ele ter sido eleito presidente na campanha passada foi apresentada uma chapa única e tendo como candidato o presidente Donizete Dias de Souza, portador do CPF: 189.845.501-59 e RG 475539 SSP/DF e Vice Presidente Geraldino Ferreira do Prado, portador do CPF 605.169.171-53 e RG 3593732 SSP/DF, para primeira secretária Leila Katia Machado, portadora do CPF: 295.938.321-49 e RG 511428 SSP/DF. Segunda Secretária Telma Aparecida Gonçalves, portadora do CPF 720.336.226-49 e RG 3296839 SSP/GO. Primeira tesoureira Cláudia Ladeira Ornelas, portadora do CPF: 767.413.707-49 e RG 06353585-0 RJ, RP29501 OAB/DF expedida em 11 de junho de 2009, Segundo tesoureiro Edimário Pereira Guia, portador do CPF 394.921.091-15 e RG 1101599 SSP/DF, primeira conselheira fiscal Maria Aparecida da Silva Dias, portadora do CPF: 479.705.101-91 e RG: 35483850202563 SSP/GO, segundo conselheiro fiscal Francisco Honório Filho portador do CPF: 032.813.631-05 e G: 4700008 SSP/GO, terceiro conselheiro fiscal Euzébio Fonçeca Barros, portador do CPF 199.575.481-15 e RG 568271 SSP/DF, conselheiro fiscal suplente Renato Gomes Machado, portador do CPF: 797.828.091-87 e RG: 3423002 SSP/GO, e de acordo com a comissão eleitoral composto por Harley Marcos dos Santos Sotelino de Moura e Eliane Pereira de Oliveira Souza, propôs a votação por aclamação e assim o fizeram pelos presentes e vídeos conferencia, foi eleito por unanimidade; eu como primeira secretária não tenho mais nada a acrescentar, eu lavrei esta ata que depois de lida e aprovada será assinada por quem de

Email: Ogadefinstituicao091@gmail.com

donizetediasdesouza@yahoo.com.br

leilacatiamachado@gmail.com Ligação: (61) 99912-4737

Leila (61) 9 9681-3676

b ado Hydeler de Bosons Asse Hamerio Giller o Sporecide 5 2



ORGANIZAÇÃO GERAL DE ASSOCIAÇÕES DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ: 02.307.902/0001-09

### DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL

- Presidente: Geraldino Ferreira do Prado - CPF 605.169.171-53

hola Katia Marlade

1º Secretária: Leila Katia Machado - CPF: 295.938.321-49

2º Secretária: Telma Aparecida Gonçalves - CPF 720.336.226-49

1º Tesoureira: Cláudia Ladeira Ornelas - CPF: 767.413.707-49

1º Conselheira Fiscal: Maria Aparecida da Silva Dias - CPF: 479.705.101-91

raprecises Homaris Fillers

2º Conselheiro Fiscal: Francisco Honório Filho - CPF: 032.813.631-05
3º Conselheiro Fiscal: Euzébio Fonçeca Barros - CPF: 199.575.481-15

Conselheiro Suplente: Renato Gomes Machado - CPF: 797.828.091-87

Formosa, 09 de outubro de 2021.

Email: Ogadefinstituicao091@gmail.com donizetediasdesouza@yahoo.com.br leilacatiamachado@gmail.com Ligação: (61) 99912-4737 Leila (61) 9 9681-3676











# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

	QUALIFIC	CAÇÃO DA ENTIDADE APOI	ADORA			
Razão Social:	Rauber Sur	one Comerial	de 1	lli me	rton	15 19A
Endereço:		17 Willage	CNPJ:	06.9		14/and-6
Município:	formosa	UF	F: GO	CEP:	73.	
Nome do repre	sentante legal:	line Rauber	Sent	mo.		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 11 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.914.614/0001-65 MATRIZ	COMPROVANTE D	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
NOME EMPRESARIAL RAUBER SERRANO (	COMERCIAL DE ALIMENTOS L	rda .			
TÍTULO DO ESTABELECIMEN MERCADO 3 IRMAOS	NTO (NOME DE FANTASIA)	33-8		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA A 47.12-1-00 - Comércio mercearias e armazér	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL o varejista de mercadorias em g as	eral, com predominância de	produtos alim	entícios - minimercados,	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS <b>Não informada</b>	ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIA	AS		1400	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA N 206-2 - Sociedade Em	IATUREZA JURÍDICA presária Limitada	ur de la companya de			
OGRADOURO R E			MPLEMENTO		
73.814-540	BAIRRO/DISTRITO BAIRRO VILLAGE	MUNICÍPIO FORMOSA		UF GO	
ENDEREÇO ELETRÓNICO cardosokim@hotmail.	com	TELEFONE (61) 6424-673			
ENTE FEDERATIVO RESPON	SÁVEL (EFR)			The state of the s	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA D 06/08	A SITUAÇÃO CADASTRAL /2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADA	ASTRAL			ALL STATES OF THE STATES OF TH	
	- Average series			Table 1	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/05/2022 às 16:08:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



# SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA REATIVAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

## RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME

NIRE: 52202118731 CNPJ: 06.914.614/0001-65

CAROLINE RAUBER SERRANO, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada na Rua E nº. 17 - Bairro Village - Formosa/GO. CEP. 73.814-540, natural de Tapera/RS, nascida aos 05/03/1982, filha de José Canisio Rauber e Elaine Terezinha Rauber, portadora da RG. Nº. 4195876-2° via expedida pela DGPC/GO e CPF. N°. 899.701.441-20.

VALDILENE XAVIER RAUBER, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresaria, residente e domiciliada na Rua E nº. 17 – Bairro Village – Formosa/GO. CEP. 73.814-540, natural de Formosa/GO, nascida aos 17/10/1980, filha de Osvaldo Pereira da Silva e de Maria Xavier da Silva, portadora da RG. Nº. 4567380-2º via, expedida pela DGPC/GO e CPF nº. 998.207.651-53. Únicos e atuais titulares da Sociedade Empresaria Limitada denominada Rauber Serrano Comercial de Alimentos Ltda – Me, estabelecida na Rua E nº. 17 – Bairro Village – Formosa/GO. CEP. 73.814-540, com CNPJ. Nº. 06.914.614/0001-65, devidamente arquivada e registrada nesta Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº. 52202118731 em sessão do dia 06/08/2004, RESOLVEM de comum acordo e na melhor forma de direito, Reativar, alterar e consolidar o referido Contrato Social de acordo com a lei 10.406/2002, conforme cláusulas e condições a seguir indicadas:

Cláusula Primeira — Retira-se da Sociedade a sócia Valdilene Xavier Rauber, possuidora de 5 (cinco) quotas de R\$ 100,00 (Cem Reais) cada uma, perfazendo o total de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) cedendo e transferindo o total de suas quotas para o sócio ora admitido na Sociedade João Vitor Rauber Serrano, brasileiro, menor, solteiro, estudante, residente e domiciliado na Rua E nº. 17 — Bairro Village — Formosa/GO CEP. 73.814-540, nascido em 26/10/2001, filho de Adão de Castro Serrano e de Caroline Rauber Serrano, portador da Cédula de Identidade nº. 6609306, expedida pela SSP/Go, e CPF nº. 015.233.691-59, neste ato representado por seus Genitores Caroline Rauber Serrano, acima qualificada e Adão de Castro Serrano, nascido em 24/11/1979, filho de Antonio de Castro Serrano e de Ana Pereira de Oliveira, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Rua Maria de Melo Pinto nº. 80 Qd. 06 Lt. 01 — Bairro Formosinha — Formosa/GO CEP. 73.813-490, portador da Cédula de Identidade nº. 1640131 SSP/DF e CPF nº. 803.203.841-87.

Certifico que este documento da empresa RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME, Nire 52 2021 1873-1, foi defendo e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.br/ e informe: Nº do protocolo 16/049637-3 e o codigo de segurança wcyhJ. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2016 09 27:54 por Paula Nunes Lobo - Secretaria Geral.



Pag I de S

Cláusula Segunda — A sócia Valdilene Xavier Rauber, declara ter recebido neste ato todos os direitos e haveres, dando geral, rasa e irrevogável quitação por essas quotas, direitos e haveres a elas referentes na Sociedade, para nada mais reclamarem seja a que título for.

Cláusula Terceira — O capital social que e de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) divididos em 100 (Cem) quotas no valor de R\$ 100,00 (Cem Reais) cada uma, integralizado em moeda corrente do Pais fica assim distribuidos entre os sócios:

Socios	Quotas	Vir Unit	1 1/21	100.0
Caroline Rauber Serrano	0.6	THE COURT	Valor	5%
Inda Vitas Davida B	1 2 2	1100,00	9.500.00	04
João Vitor Rauber Serrano	5	100.00	500.00	-
Total	100	- 100,00	500,00	5
Parágrafo Union A	100	**********	10.000,00	100

Parágrafo Unico: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Clausula Quarta: A sociedade será administrada pelo(s) sócio(s) administrador(es). Caroline Rauber Serrano, a ele(s) caberá isoladamente a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso da sociedade em negócios estranhos aos fins sociais.

Cláusula Quinta: Os sócios terão uma retirada mensal, a titulo de Pro-Labore dentro dos limites estabelecidos pela legislação de imposto de renda, de valores fixados no inicio de cada exercício social.

Ciáusula Sexta: O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da Lei, de que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade

### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

## RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA ME

NIRE: 52202118731 CNPJ: 06.914.614/0001-65

Cláusula Primeira: A sociedade gira sob a denominação de RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA- ME e fantasia MERCADO 3 IRMÃOS

Certifica que este documento da empresa RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME, Nire: 52 20211873-1, foi defendo e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goias. Para validar este documento, acesse hop://www.juceg.go.gov.br/e informe: N° do protocolo 16/049637-3 e o codigo de segurança weyh3. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada um 12/04/2016 09/27/54 por Paula Nunes Lobo - Secretaria Gicial.

ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635



Cláusula Segunda: A sede social da empresa é:. Rua E nº. 17 - Bairro Village -Formosa/GO CEP. 73.814-540.

Cláusula Terceira: Constitui fins da sociedade o ramo de:

Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios em Geral Cnae 4712100

Cláusula Quarta: A sociedade tem seu prazo de duração indeterminado, com todas as disposições do presente instrumento subordinadas a legislação comercial, tendo inicio de suas atividades em 02/08/2004.

Cláusula Quinta: O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) divididos em 100 (Cem) quotas no valor unitário de R\$ 100,00 (Cem Reais) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do Pais, e assim distribuído:

Sócios	Nº. Quotas	Vlr. Unit	Capita!	1 9/
Caroline Rauber Serrano	95	100.00	9.500.00	95
João Vitor Rauber Serrano	5	100.00	500.00	5
Total	100	1	10.000.00	100

Parágrafo Único: a responsabilidade de cada socio e restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social

Cláusula Sexta: A sociedade será administrada pelo(s) sócio(s) administrador(es), Caroline Rauber Serrano, a ele(s) cabera isoladamente a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso da sociedade em negócios estranhos aos fins sociais.

Cláusula Sétima: Os sócios terão uma retirada mensal, a titulo de Pré-Labore dentro dos limites estabelecidos pela legislação do imposto de renda, de valores fixados no inicio de cada exercício social.

Cláusula Oitava: O ano social terá inicio em 1º de janeiro e terminara em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício e a ele correspondente serão elaboradas com base na escrituração mercantil da empresa, o balanço patrimonial, as demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados e a demonstração do resultado do exercicio.

Cláusula Nona: É expressamente proibido aos sócios usarem a denominação social em negócios alheios aos fins da sociedade, bem como praticar atos gratuitos por sua natureza, tais como avalizar, endossar e afiançar obrigações de terceiros.

Carvline Kaulor Segurano

Certifico que este documento da empresa RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME, Nire. 52 20211873-1, foi deferido e arqui vado na Junta Comercial do Estado de Guiás. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.br/ e informe: Nº do protocolo 16/049637-3 e o cócigo de segurança weyld. Esta cópia foi aufenticada digitalmente e assinada em 12/04/2016/09/27/54 por Paula Nones Lobo - Secretaria Gecal.





Cláusula Décima: O falecimento de qualquer dos sócios não impedirá a dissolução da sociedade, podendo seus herdeiros ou sucessores após a devida homologação da partilha requererem à sociedade a sucessão do sócio falecido. A aceitação é critério exclusivo do sócio remanescente. Em caso da não aceitação pelo sócio remanescente, realizar-se-á o acerto de contas, por intermédio de balanço patrimonial para apuração dos lucros ou prejuízos, que serão distribuidos aos herdeiros ou sucessores do sócio falcuido, juntamente com suas quotas, sempre na proporção da sua participação no capital social.

Cláusula Décima Primeira. A sociedade dissolver-se à nos casos previstos em Lei ou por determinação dos sócios.

Parágrafo Único: No caso de dissolução, os sócios nomearão um responsável com poderes para dissolver a sociedade procedendo-se de acordo com as leis vigentes.

Cláusula Décima Segunda: O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da Lei, de que não está(ao) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos publicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, té pública, ou a propriedade.

Clausula Décima Terceira: Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil - Lei nº, 10.406/2002 e de outros dispositivos legais aplicaveis.

Cláusula Décima Quarta: O Foro do presente contrato é da Comarca de Formosa/GO., que assim elegem os contratantes

Paroline Kauber Serrono

a Jaldilens

Certifico que cote documento da empresa RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS UTDA - ME. Nire. 52 2021 1873-1 , foi defendo e arquivado na Junta Contes tal do Estado de Gotas. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.be//e.suforme/ Nº do protocolo 16/04/647-3 e o codigo de segurança weyld. Esta copia foi automicada digitalmente e assonada em 12/04/2016/09/27/54 por Panta Nones Lobo » Secretaria Getal





E por estarem assim justo e contratado, assinam o presente instrumento, o qual vai redigido em via única, e assinado por todos de direito, mandando registrar e arquivar na Junta Comercial do Estado de Goiás, para que sustam seus jurídicos e legais efeitos.

Caroline Rauber Serrano

Valdilene Xavier Rauber

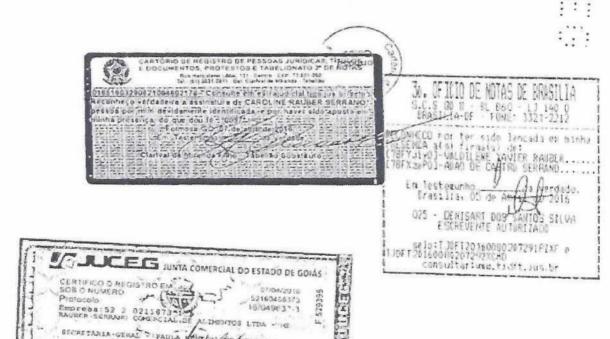
Loan July Surrano

Valdilene Xavier Rauber

Loan Vitor Rauber Serrano - Representado por sua Mão Caroline Rauber Serrano

João Vitor Rauber Serrano - Representado por seu Pai Adão de Castro Serrano

Loão Vitor Rauber Serrano - Representado por seu Pai Adão de Castro Serrano



Certifico que este documento da empresa RAUBER SERRANO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - MP, Nue: 52 20211873-1 ; foi defende e arquivado Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.br/e-informe: Nº de protocolo 16/049617-1 e o codiço segurarica weyld. Esta copia foi autenticada digitalmento e assinada em 12/04/2016/09/27/54 por Paula Nunes Lobo - Secretaria Geral.

Plug 5 de 51



# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

		QUALIFICAÇÃO DA EN	TIDADE APOIAD	ORA			W. Constitution
Razão Social:	Souza	e Glive	ina to	200	org	2 EIR	ELI
Endereço:	Av. Fon	nosa nesa		CNPJ:		57.353/	
Município:	formon		UF:	60	CEP:		**************************************
Nome do repre	sentante legal:	Renota	, Bo	iges	d	le Sa	13a

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 12 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

MATRIZ	COMPROVANT	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
NOME EMPRESARIAL SOUZA E OLIVEIRA	PAPELARIA EIRELI				
TÍTULO DO ESTABELECIME RM PAPELARIA E CA	NTO (NOME DE FANTASIA) ARIMBOS				PORTE ME
	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL o varejista de artigos de pap	pelaria		1984 De 198	
47.52-1-00 - Comérci 47.61-0-01 - Comérci 47.63-6-01 - Comérci 47.72-5-00 - Comérci 47.81-4-00 - Comérci 47.82-2-01 - Comérci	o varejista de brinquedos e : o varejista de cosméticos, p o varejista de artigos do ves o varejista de calcados	equipamentos de telefonia artigos recreativos rodutos de perfumaria e de stuário e acessórios	e comunicação higiene pessoal		
82.19-9-01 - Fotocópi CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA	ias	os não especificados anter Limitada (de Natureza Emp			- 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1
82.19-9-01 - Fotocópi CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 230-5 - Empresa Indi LOGRADOURO	NATUREZA JURÍDICA	# <del></del>			
82.19-9-01 - Fotocópi  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA  230-5 - Empresa Indi  LOGRADOURO  AV FORMOSA	NATUREZA JURÍDICA	Limitada (de Natureza Emp	oresári COMPLEMENTO		UF GO
82.19-9-01 - Fotocópi CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA	NATUREZA JURÍDICA vidual de Responsabilidade  BAIRRO/DISTRITO	Limitada (de Natureza Emp  NÚMERO 209  MUNICÍPIO FORMOSA  TELEFONE	oresári COMPLEMENTO	6	100
82.19-9-01 - Fotocópi  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 230-5 - Empresa Indi  LOGRADOURO AV FORMOSA  CEP 73.813-250  ENDEREÇO ELETRÔNICO	NATUREZA JURÍDICA vidual de Responsabilidade  BAIRRO/DISTRITO FORMOSINHA	Limitada (de Natureza Emp  NÚMERO 209  MUNICÍPIO FORMOSA  TELEFONE	COMPLEMENTO QUADRA: 54;	6	100
82.19-9-01 - Fotocópi  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 230-5 - Empresa Indi  LOGRADOURO AV FORMOSA  CEP 73.813-250	NATUREZA JURÍDICA vidual de Responsabilidade  BAIRRO/DISTRITO FORMOSINHA	Limitada (de Natureza Emp  NÚMERO 209  MUNICÍPIO FORMOSA  TELEFONE	COMPLEMENTO QUADRA: 54;	6 A DA SITUAÇÃO CADAS 05/2015	GO
82.19-9-01 - Fotocópi  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA  230-5 - Empresa Indi  LOGRADOURO  AV FORMOSA  CEP  73.813-250  ENDEREÇO ELETRÔNICO  ENTE FEDERATIVO RESPONSA  SITUAÇÃO CADASTRAL	NATUREZA JURÍDICA vidual de Responsabilidade  BAIRRO/DISTRITO FORMOSINHA  NSÁVEL (EFR)	Limitada (de Natureza Emp  NÚMERO 209  MUNICÍPIO FORMOSA  TELEFONE	COMPLEMENTO QUADRA: 54;	A DA SITUAÇÃO CADAS	GO

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/05/2022 às 11:06:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



# PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM EIRELI

Instrumento Particular de Alteração Contratual de Transformação de Sociedade Limitada em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI

#### SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA LTDA

CNPJ/MF Nº 22.557.353/0001-20

RENATA BORGES DE SOUZA, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada na Rua C Qd. 2 Lt. 07 s/n, Setor Bosque II, Formosa/GO – CEP 73.802-210, portadora da Cédula de Identidade n.º 4.390.213, expedida pela DGPC/GO e inscrita no CPF sob o n.º 003.665.321-70, natural de sobradinho/DF, nascida aos 12/03/1984, filha de Odenilson Borges de Souza e Laurita de Fátima Silva.

MARCELO FRANCISCO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua C Qd. 2 Lt. 07 s/n, Setor Bosque II, Formosa/GO – CEP 73.802-210, portador da Cédula de Identidade n.º 30.059, expedida pela PM/GO e inscrito no CPF sob o n.º 842.091.351-00, natural de Unaí/MG, nascido aos 12/09/1978, filho de José Francisco Sobrinho e Isabel Jose de Oliveira.

Únicos sócios da sociedade empresária: SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA LTDA, com sede na Av. Formosa Qd. 54 nº 209 Formosinha, Formosa/GO – CEP 73.813-250, inscrita no CNPJ sob o nº 22.557.353/0001-20 devidamente arquivada e registrada nesta Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº 52203463652 em sessão do dia 29/05/2015, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, proceder a 1ª alteração contratual do contrato em causa, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas que, livre e reciprocamente, outorgam e aceitam conforme segue:

#### I – DA RETIRADA DE SÓCIO E CESSÃO DE QUOTAS

a) Retira-se da sociedade o sócio: MARCELO FRANCISCO DE OLIVEIRA que é detentor de 22.500 (vinte e duas mil e quinhentas) quotas de capital no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e



quinhentos reais), e neste ato cede a título de venda a sócia remanescente a totalidade de suas quotas de capital, e declara ter recebido seus direitos e haveres perante a sociedade e a sócia, nada tendo a reclamar, seja a que título for dando-lhe plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

- b) O sócio cedente desiste de eventuais ativos existentes na empresa em favor da sócia remanescente e da própria sociedade. Quanto a passivo existente, é de responsabilidade exclusiva da sócia remanescente.
- c) Com a retirada do sócio e a cessão de quotas entre eles, a sociedade transforma em unipessoal conforme o Artigo 1.033, IV, CC/2002 e a composição do capital social ficará assim disposto:

Sócio	Participação	Quotas	Valor em R\$
RENATA BORGES DE SOUZA	100%	45.000	R\$ 45.000,00
TOTAL	100%	45.000	R\$ 45.000,00

### II – ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

a) A empresa terá por objeto social: o comercio varejista de artigos de papelaria, suprimentos de informática, acessórios para celular, artigos descartáveis, produtos de higiene pessoal, calçados – sandálias havaianas, artigos pedagógicos, livros infantis e didáticos, brinquedos e artigos recreativos, artigos do vestuário e acessórios e material elétrico. Serviços de fotocopias, encadernação, plastificação e fabricação de carimbos.

### III - DA TRANSFORMAÇÃO

- a) A única sócia da sociedade empresária: <u>SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA LTDA</u>, estabelecida na Av. Formosa Qd. 54 nº 209 Formosinha, Formosa/GO CEP 73.813-250, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE nº 52203463652 em 29/05/2015, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.557.353/0001-20, resolve proceder a alteração contratual do contrato em causa, transformando a Sociedade Limitada em <u>EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI</u>, a qual regerá doravante, pelo presente <u>ATO CONSTITUTIVO:</u>
- b) Fica transformada esta Sociedade Empresária Limitada em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI, mantendo a mesma



denominação empresarial de <u>SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA EIRELI</u> e o nome fantasia de **RM PAPELARIA E CARIMBOS**.

- c) O capital registrado no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) passara para R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cujo aumento de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) já está totalmente integralizado em moeda corrente do país, nesta data, e passará a constituir o capital da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI.
- d) Para tanto, firma em Ato Contínuo, o Ato Constitutivo da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, que regerá mediante as condições seguintes:

# ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI, POR TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

1) RENATA BORGES DE SOUZA, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada na Rua C Qd. 2 Lt. 07 s/n, Setor Bosque II, Formosa/GO – CEP 73.802-210, portadora da Cédula de Identidade n.º 4.390.213, expedida pela DGPC/GO e inscrita no CPF sob o n.º 003.665.321-70, natural de sobradinho/DF, nascida aos 12/03/1984, filha de Odenilson Borges de Souza e Laurita de Fátima Silva, (Art. 997, I, CC/2002), constitui a EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI, mediante as condições seguintes:

# CLÁUSULA PRIMEIRA - DO NOME EMPRESARIAL e TÍTULO DO ESTABELECIMENTO

A empresa gira sob o nome empresarial **SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA EIRELI** e tem por título do estabelecimento **RM PAPELARIA E CARIMBOS**, (Art. 997, II, CC/2002).

### CLÁUSULA SEGUNDA – ENDEREÇO DA SEDE, FORO E FILIAIS

A empresa tem sua sede na Av. Formosa Qd. 54 nº 209 Formosinha, Formosa/GO – CEP 73.813-250, e elegeu o foro da cidade sede para dirimir



quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento constitutivo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, (Art. 997, II, CC/2002).

PARÁGRAFO 2º: A empresa poderá abrir filiais, sucursais, agências, depósitos, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional, quando convier aos interesses.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO

A empresa iniciou suas atividades em **02 de junho de 2015** e seu prazo de duração é indeterminado. Não implicando a morte ou extinção a qualquer título de seus membros, em dissolução da empresa, (Art. 997, II, CC/2002).

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS OBJETIVOS

A empresa tem por objetivos: o comercio varejista de artigos de papelaria, suprimentos de informática, acessórios para celular, artigos descartáveis, produtos de higiene pessoal, calçados – sandálias havaianas, artigos pedagógicos, livros infantis e didáticos, brinquedos e artigos recreativos, artigos do vestuário e acessórios e material elétrico. Serviços de fotocopias, encadernação, plastificação e fabricação de carimbos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO CAPITAL

O Capital é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País e representado por uma quota de igual valor nominal, (Art. 997, III e 1055, CC/2002).

### CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO E DESIMPEDIMENTO

A administração da empresa será exercida por sua titular (Art. 997, VI; 1013, 1015 e 1064, CC/2002).

PARÁGRAFO ÚNICO: A administradora declara sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa



da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, (Art. 1011, § 1°, CC/2002).

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO EXERCÍCIO

O exercício coincidirá com o ano civil. Anualmente, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).

### CLÁUSULA OITAVA – DECLARAÇÃO DA TITULAR

Declaro que não participo de nenhuma outra empresa da modalidade EIRELI.

### CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

E por estar justo e acertado, ajustado à natureza do negócio, perfeito e acabado, presta-se à assinatura do presente instrumento constitutivo em via única para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Formosa - Goiás, 21 de novembro de 2018

RENATA BORGES DE SOUZA Titular Administradora

MARCELO FRANCISCO DE OLIVEIRA Sócio Retirante



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

### ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA EIRELI consta assinado digitalmente por:

Identificação do(s) Assinante(s)			
CPF/CNPJ	Nome		
00366532170	RENATA BORGES DE SOUZA		
84209135100	MARCELO FRANCISCO DE OLIVEIRA		



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/11/2019 15:44 SOB N° 52600896113. PROTOCOLO: 191285560 DE 22/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11905415721. NIRE: 52600896113. SOUZA E OLIVEIRA PAPELARIA EIRELI

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNIA, 25/11/2019 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



# ANEXO 3 MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

À	QI	JALIFICAÇÃO DA	ENTIDADE APOL	ADORA		
Razão Social:	Jamociac Tuna	iaš vok	Kadiod	i Juzo	ŏ lor	minitoria
Endereço:	Rua 02 m	981 Ad:	6 Lote 2	CNPJ:	10.902.	298/0001-89
Município:	Formoso	V	UF		CEP:	3.807 <i>225</i> 0
Nome do repre	sentante legal:	Edmon	laus	Rod		0

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 12 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10,902,298/0001-89 MATRIZ	COMPROVANTE D	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL  DATA DE ABER 15/06/2009		
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RAI	DIODIFUSAO COMUNITARIA TE	ERRA		
FITULO DO ESTABELECIMEN RADIO TERRA FM	TO (NOME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA AT 34.99-5-00 - Atividades	TIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 3 associativas não específicada	is anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS A Não informada	ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIA	S		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NA 199-9 - Associação Pri	ATUREZA JURÍDICA vada			
OGRADOURO R 02		NÚMERO COMPLEI 881 QUADE	MENTO RAG LOTE 24	
3.807-250	BAIRRO/DISTRITO SETOR NORDESTE	MUNICÍPIO GENERAL GENE		
NDEREÇO ELETRÓNICO ERRAFMDEFORMOS	A@GMAIL,COM	TELEFONE (61) 3631-0887		
NTE FEDERATIVO RESPONS	ÁVEL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/06/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	STRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/05/2022 às 16:51:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





# ATA DE ELEIÇÃO ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA TERRA

RADIO TERRA FM - CNPJ nº10. 902.298/0001-89 Rua Treze nº40, Setor Nordeste. Formosa – Goiás

Aos 14 dias do mês de março de 2019, às 19h00min horas em primeira convocação, reuniram-se em assembleia geral ordinária, na sede da entidade, situada na Rua Treze nº40, Setor Nordeste, Formosa – Goiás, os membros e convidados da Associação de Radiodifusão Comunitária Terra para deliberar sobre a seguinte pauta: Inclusão e Renúncia de Associados; Eleição da Nova Diretoria; e Eleição do Conselho Comunitário, para presidir a reunião foi escolhido o Sr. FLÁVIO EDUARDO COMUNIAN PEDROSA e para secretariar a Sra. DIVANE CARLA SOUZA ARAÚJO PEREIRA, iniciando a reunião foi apresentada os seguintes nomes para compor o quadro de associados: MARCUS VINICIUS ARAÚJO PEREIRA RG: 1498113 SSP/DF, CPF: 810.566.991-91, Casado, residente na Rua 06 número 231 Setor Primavera, Formosa - GO; DIVANE CARLA SOUZA ARAÚJO PEREIRA RG: 3360997 SSP/PE, CPF: 561.176.474-68, Casada, Residente na Rua 06 número 231 Setor Primavera, Formosa - GO; HAMILTON NEVES DE MATOS RG: 3548508230773 SSP/GO, CPF: 816.202.251-15, Solteiro, Residente na Avenida Ferroviária E nº 70 Esquina com a Rua 21 St. Nordeste, Formosa -GO; IZILENE LIMA JEANMONOD RG: 06646474-99 SSP/BA, CPF: 254.200.108-10, Solteira, residente na Rua Clarinda Lobo de Miranda nº 32 A Vista Alegre, Formosa - GO; FLÁVIO EDUARDO COMUNIAN PEDROSA RG: 3838830 SSP/GO, CPF: 072.280.498-96, casado, residente na Rua Intendente Pereira Dutra Quadra 29 Lote 31 Jardim Califórnia, Formosa - GO; SÉZIA VAZ DA COSTA PEDROSA RG: 3750312-2 SSP/GO, CPF: 881.890.741-72, Casada, residente na Rua Intendente Pereira Dutra Quadra 29 Lote 31 Jardim Califórnia, Formosa - GO; EDMAR LUIS RODRIGUES JUNIOR, RG: 5567904 SSP/GO, CPF: 060.394.871-51, Solteiro, Residente na Rua Passagem 2 n° 40 Jardim Califórnia; OLIETE DE FREITAS, RG: 1560006 SSP/DF, CPF: 664.281.491-68, casada, residente na Rua Passagem 1 N° 83 Jardim Califórnia, Formosa - GO; e FRANCISCO PAULO FALBO GONTIJO, RG: 2167040 SSP/DF, CPF: 719.319.611-15, Casado, residente na Rua 05 nº 01 Vila Aurora Setor Nordeste, Formosa - GO, colocado em votação os nomes acima os mesmos foram aprovados e empossados por unanimidade. Em seguida foi informado aos presentes a exclusão da Sras. Tâmara Gonçalves Pereira CPF: 017.690.091-83; e Eva De Barros Nogueira Carvalho CPF: 120.530.741-9 por motivo de Óbito, e os demais nomes abaixo que manifestaram o desejo de não mais participar do quadro de associados da associação conforme solicitação por escrito: Angelita Juvenal de Almeida, CPF: 364.881.351-04; Marcos Favato CPF: 225.295.511-20; Waldisney Sebastião Violante Striquer CPF: 042.197.338-25; Guilherme Souza Silva CPF: 008.563.791-23; Juracy Ferreira de Almeida CPF: 134.058.531-04; Raiane Fonseca Dourado CPF: 037.237.241-40; Virginia Gomes da Silva CPF: 334.805.081-20; Cleiton Alves Couto CPF: 019.677.511-61; Celso Pereira Dourado CPF: 534.343.901-20; Anilton Guirra Camargo CPF: 654.964.856-49; Juliana Ribeiro Muniz CPF: 016.985.461-22; Rosimeire Fonseca de Melo CPF: 622.795.301-63; Zulmira Vieira Ramos CPF: 217.771.601-20; colocado em votação a exclusão dos nomes acima os mesmos foram por unanimidade. Em seguida foi apresentada discutida a formação de uma nova diretoria, após a discussão foi apresentada a seguinte chapa para compor a









unanimidade. Em seguida foi apresentada discutida a formação de uma nova diretoria, após a discussão foi apresentada a seguinte chapa para compor a nova diretoria, para o quadriênio 23: para Presidente EDMAR LUIS RODRIGUES JUNIOR CPF: 060.394.871-51, para Diretora Administrativa OLIETE DE FREITAS CPF: 664.281.491-68 e para Diretor de Operações FRANCISCO PAULO FALBO GONTIJO CPF: 719.319.611-15, colocado em votação a nova diretoria foi aprovado e empossados por unanimidade, prosseguindo a reunião foi apresentada a nova formação do conselho comunitário para o quadriênio 2019/2023: Donizete Dias de Souza CPF: 189.845.501-59, da representante da OGADEF - Organização Geral de Associações do Entorno do Distrito Federal, CNPJ: 02.307.902/0001-09, situada na Rua Joaquim Honório Pereira Dutra nº 127 centro, Formosa - GO; Maria Trindade Ramos da Costa Lopes CPF: 527.644.511-72, representante da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Califórnia, CNPJ: 24.856.858/0001-10 situada na Rua Lázaro de Melo Alvares. Bairro Jardim Califórnia, Formosa - GO; Geraldino Ferreira do Prado CPF: 605.169.171-53, representante da Associação dos Portadores de Deficiência Física, CNPJ: 01.823.845/0001-40, situada na Avenida Pedro Monteiro Guimarães 235 Setor Ferroviário, Formosa - GO; Elson Alves de Melo CPF: 261.944.301-68, representante da ASCEA - Associação Comunitária Céu Azul, CNPJ: 11.183.398/0001-65, Situada na Rua 13 Quadra 09 Lote 16 com a 141 Jardim Bela Vista, Formosa - GO; e Ricardo de Barros Osse CPF: 183.759.078-80, representante do Moto Clube Os Lobos de Formosa, CNPJ: 11.727.071/0001-07, situada na RUA 01 N° 33 Parque das Laranjeiras, Formosa - GO. Por fim o Presidente eleito EDMAR LUIS RODRIGUES JUNIOR agradeceu o apoio dos presentes e lembrou que toda a comunidade pode se associar Associação de Radiodifusão Comunitária Terra, contribuindo para o seu desenvolvimento. Não havendo nada mais a tratar o Presidente encerrou a reunião às 22h40min. Antes leu esta ata, que foi aprovada por unanimidade, e eu, DIVANE CARLA SOUZA, na função de secretária, lavrei a presente ata, que assino juntamente com o presidente da assembleia Sr. FLÁVIO EDUARDO COMUNIAN PEDROSA. A mesma deverá ser registrada no livro A do registro de pessoas jurídicas

FLÁVIO EDUARDO COMIUNIAN PEDROSA

Presidente de Assembleia CPF: 074,280.498-96

DIVANE CARLA SOUZA ARAÚJO PEREIRA

Secretaria da Assembleia CPF: 561.176.474-68



2





	Q	UALIFICAÇÃO DA ENT	TIDADE APOIAD	ORA			
Razão Social:	Maria	Angelica	de	Ma	non	pla	
Endereço:		ne me 305	$\sim$	CNPJ:	29.8	53.981/0001	l-00
Município:	formoso		UF:	60	CED		'O
Nome do represe	entante legal:	Maria Ar	gelica	de	1	lironda	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 12 de Maio de 2022

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

#### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/09/2021 às 15:08:36 (data e hora de Brasilia).

Página: 1/1

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL



ATIVA

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO E SPECIAL



#### Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração

#### REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Colbon 111

NIMEDO DE IDENTIFICACIÓN	ं १०,० कि में हुई छन्	HOUSE			·	Folhas
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO F	REGISTRO DE EI	APRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher so	omente se ato referente a filial)	
60600611040	_			XXX	9,173	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, MARIA ANGELICA DE MIR.	sem abreviaturas	)	ľ		De de la companya de	
NACIONALIDADE .	ANDA					
BRASILEIRA	1-			ESTADO CIVIL	The state of the s	
SEXO		REGIME DE BEN		SOLTEIRO(A)		**************************************
Feminino		XXX :	NS(se casedo)	Ti-	1.	
FILHO DE (pal)				(mās)		
JOSE ARLINDO FILHO			(*)	ELIZABETH ANTONIC	DE MIDANDA	
NASCIDO EM (date de nascimento)	LUC HAMBITAL	DOCUMENTO DE IDENTIFI	ICACÃO (número)	Orgão emissor	UF	lone
25/09/1984		04262170958		DETRAN	loo	CPF(número)
EMANCIPADO POR (forma de emano	spação - somente	no caso de menor)	1557-9-325-338	1		064.404.176-57
XXX		- proper J=8				
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO -	rua, av, etc)	14 1385 In 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14	Maria de la compansión de			NÚMERO
AVENIDA FORMOSA						SN
COMPLEMENTO	BAIRRO/DI			CEP	CÓDIGO DO MUNICIPIO	(Uso de junte Comerciel)
NRO 305	FORMO	SINHA		73813-250	002165 - Formosa	
MUNICIPIO	4					UF
Formosa				estate to the common of the production	200000 1111 Mail 1111 1111 1111 1111	GO
declara, sob as penas da l	el, não estar	Impedido de exerce	er atividade em	presária, que não poss	ui outro registro de en	opresário e requer:
À JUNTA COMERCIAL	DO ESTAD	O DE GOIÁS		A JUNTA COME		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO		•			CRIÇÃO DO ATO	15.1000
002 - ALTERAÇÃO				XXX	CRIÇÃO DO ATO	
The state of the s				\^^		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO				CÓDIGO E DES	CRIÇÃO DO EVENT	0
022 - ALTERACAO DE I	DADOS E D	E NOME EMPRE	SARIAL	xxx		•
NOME EMPRESARIAL			2020 SECOND	507005000		
MARIA ANGELICA DE MIRA	ANDA					ENQUADRAMENTO
LOGRADOURO (rua, ev, etc)	HIVDA					ME (Microempresa)
AVENIDA FORMOSA					119	NÚMERO
COMPLEMENTO	BAIRROIDI	STRITO		ICEP		SN
NRO 305	FORMO	3.19(3.15)		73813-250	002165 - Formosa	(Uso de Junte Comerciel)
MUNICIPIO	1. 0	A/A	UF	73013-230 PAIS	CORREIO ELETRÔNICO	
Formosa		395	Igo	BRASIL		ONTABIL@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - RS	VALOR DO	CAPITAL - (por extenso)		DIVIOLE	VISAUSISTEMACI	ON I ABIL@GMAIL.COM
50.000,00		a mil reais			1 1/3	
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMIC	-	Descrição do Objeto		THE PROPERTY OF THE PARTY OF TH	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
(CNAE Fiscat) Atividade Principal		Serviços especializad	ios para constru	ção; Fabricação de esc	uadrias de metal: Comér	rcio varejista de ferragens e
4399199		terramentas; Comérc	io varejista de m	naterial elétrico: Fabricad	ão de artigos de metal r	para uso doméstico e
Atividade Secundêria		pessoal; Fabricação o	de aparelhos ele	trodomésticos, peças e	acessórios.	
2512800, 2593400, 2759799	9, 4742300.					
4744001	# 000000000000000000000000000000000000	÷.**				
	1885 T				~	
					6	
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	Į,	IÚMERO DE INSCRIÇÃO N	IO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SE	DE OU DE FILIANDE UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
06/03/2018	1	29.853.981/0001-00		OUTRA UF NIRE ANTERI	UH / 1 de F	- DEPENDENTE DE 1 - SIM
DATA ASSINATURA -		ASSINATURA DO EMPRESA	ARIO		/600/	GOVERNAMENTAL 3 - NÃO
01/07/2019	j		opelica i	d. 00 . 1	17em	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA C	OMERCIANA	Judino 100	ngerica i	de Minorida	9	
DEFERIDO, PUBL		APOUNE SE	LAUTENE	01010	1,00	
OLI ERIDO, PUBL	MULTOE E	UNGOIVE-SE	AUTENTI	CAÇAU		
		- 2000 - B		1111		
	1					
-				3,5300	G	O2190002763637
	- 10 - 10 m					
					AND REAL PROPERTY OF THE PROPE	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal do Empreendedor Goiano



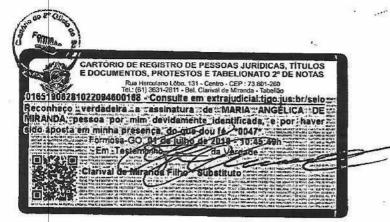
CERTIFICO O REGISTRO EM 03/07/2019 14:38 SOB N° 20190690828. FROTOCOLO: 190690828 DE 02/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903016854. NIRE: 52803911648. MARIA ANGELICA DE MIRANDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÁNIA, 03/07/2019 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

idade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Informando seus respectivos códigos de verificação







CERTIFICO O REGISTRO EM 03/07/2019 14:38 SOB N° 20190690828. PROTOCOLO: 190690828 DE 02/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903016854. NIRE: 52803911648. MARIA ANGELICA DE MIRANDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNIA, 03/07/2019 www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

idade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação





#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.853.981/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS	DATA DE ABERTURA 06/03/2018	
NOME EMPRESARIAL  MARIA ANGELICA DE MIRAI	NDA		
OPCAO CALHAS E RUFOS	ME DE FANTASIA)		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 43.99-1-99 - Serviços especia	E ECONÔMICA PRINCIPAL alizados para construção não esp	ecificados anteriormente	
27.59-7-99 - Fabricação de ou 47.42-3-00 - Comércio varejis	squadrias de metal rtigos de metal para uso doméstic utros aparelhos eletrodomésticos		ente, peças e acessórios
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA 213-5 - Empresário (Individua			
LOGRADOURO AV FORMOSA		NÚMERO COMPLEMENTO ********	
-	RO/DISTRITO RMOSINHA	MUNICÍPIO FORMOSA	UF <b>GO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO angelicalindinhaa@hotmail.c	com	TELEFONE (61) 3642-1651	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (E	EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL  ATIVA  MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			ATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 6/03/2018
SITUAÇÃO ESPECIAL		l Ind	ATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
******			******

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/05/2022 às 09:42:02 (data e hora de Brasília).



# ATO DE ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

# MARIA ANGELICA DE MIRANDA CNPJ/MF 29.853.981/0001-00 NIRE 52803911648

# 1<sup>a</sup> Alteração

MARIA ANGELICA DE MIRANDA, Brasileiro(a), SOLTEIRA, empresário(a), nascido(a) em 25/09/1984 , filho(a) de JOSE ARLINDO FILHO E ELIZABETH ANTONIO DE MIRANDA, residente e domiciliado(a) a RUA OLIMPIO DE MELO ALVARES N.20, JARDIM CALIFORNIA, FORMOSA/GO, CEP 73807-615 portadora da carteira nacional de habilitação n.º 04262170958, expedida pela DETRAN/GO e CPF/MF n.º 064.404.176-57, na condição de empresário individual MARIA ANGELICA DE MIRANDA, estabelecida na a AVENIDA FORMOSA SN NRO 305 FORMOSINHA FORMOSA/GO, CEP 73813-250, município de Formosa/Go, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.853.981/0001-00, e devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº 52803911648, Resolve alterar seu ato constitutivo mediante as seguintes clausulas e condições;

<u>Cláusula Primeira</u> – fica criada uma filial da empresa individual com sede na AVENIDA CALIFORNIA SN QUADRA 02 LOTE 33 JARDIM CALIFORNIA FORMOSA GO., CEP 73807-600, com destaque de capital social de 10.000,00 (Dez Mil Reais), e objeto social de : Serviços especializados para construção; Fabricação de esquadrias de metal; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de material elétrico; Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal; Fabricação de aparelhos eletrodomésticos, peças e acessórios, e nome fantasia de : OPÇÃO CORTES & DOBRAS.

# CONSOLIDAÇÃO

Cláusula Primeira: - O empresário Individual tem como nome empresarial de MARIA ANGELICA DE MIRANDA,

<u>Cláusula Segunda: -</u> O Empresário Individual tem sua sede e domicílio na AVENIDA FORMOSA S/N. NRO 305 FORMOSINHA, município de FORMOSA/GO, CEP 73.813-250, e primeira filial na sede: AVENIDA CALIFORNIA SN QUADRA 02 LOTE 33 JARDIM CALIFORNIA FORMOSA GO., CEP 73807-600, com destaque

Certifico que este documento da empresa MARIA ANGELICA DE MIRANDA, NIRE: 52 80391164-8 é copia autenticada do original arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás de acordo com o art. 78 inciso II do Decreto Federal 1800/96 e IN/DREI nº 20 – Art. 4º. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.br e informe: Nº de protocolo 22/996137-0 e código de segurança 1PsRA. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2022 14:41:03 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.

de capital social de 10.000,00 ( Dez Mil Reais ), e objeto social de : Serviços especializados para construção; Fabricação de esquadrias de metal; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de material elétrico; Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal; Fabricação de aparelhos eletrodomésticos , peças e acessórios, e nome fantasia de : OPÇÃO CORTES & DOBRAS. podendo abrir e manter filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, obedecendo às disposições legais vigentes (art. 997, II, Lei nº. 10.406/2002).

<u>Cláusula Terceira:</u> - O Empresário Individual tem como objeto: Serviços especializados para construção; Fabricação de esquadrias de metal; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de material elétrico; Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal; Fabricação de aparelhos eletrodomésticos, peças e acessórios.

Cláusula Quarta: - O Empresário Individual iniciou suas atividades em 06/03/2018, e seu prazo de duração é indeterminado (art. 997, III, da Lei 10.406/2002).

<u>Cláusula Quinta:</u> - O capital do Empresário Individual é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), integralizado por prazo indeterminado, em moeda corrente do País, pelo seu Empresário(a) MARIA ANGELICA DE MIRANDA.

<u>Parágrafo Primeiro</u>: - A responsabilidade do(a) Empresário é restrita ao valor do capital.

<u>Parágrafo Segundo</u>: - Eu, MARIA ANGELICA DE MIRANDA Declaro que não possuo nenhuma outra Empresa desta modalidade registrada.

<u>Cláusula Sexta</u> - A administração é exercida pelo(a) empresário(a) MARIA ANGELICA DE MIRANDA, assinando isoladamente, todos os documentos de interesse com todos os poderes que lhes reconhecer o cargo na empresa. Ficando autorizado o uso do nome empresarial pelo titular, vedado, no entanto o uso em atividades estranhas, tais como avais, fianças, empréstimos ou assumir obrigações, bem como onerar ou alienar bens imóveis da empresa.

<u>Cláusula Sétima</u> - Pelo exercício da administração o(a) empresário(a) MARIA ANGELICA DE MIRANDA, terá uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Oitava - Ao término da cada exercício, em 31 de dezembro, de cada ano, procederá à elaboração das demonstrações financeiras legalmente exigidas, com vistas a prestar contas justificadas de sua administração, sendo que os lucros auferidos ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelo titular, conforme previsto no art. 1.065 da Lei nº. 10.406/02.

<u>Cláusula Nona</u> - Falecendo ou interditada o(a) Empresário(a), a Empresa Individual continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. O valor de

seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

<u>Cláusula Décima</u> - De conformidade com o que dispõe o artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil Lei 10.406/2002, as omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas, serão supridas ou resolvidas com base na legislação específica, aplicando-se supletivamente a Lei em vigor e outras disposições legais vigentes que lhe forem aplicadas.

Cláusula Decima Primeira - O(a) Empresário (a) declara-se, sob as penas da lei, que não se acha impedido(a) de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei 8.934/94.

<u>Cláusula Décima Segunda</u> - Fica eleito o Foro desta comarca, para dirimi dúvidas ou casos omissos da presente empresa, os quais possam surgir e não haja condições de saná-las amigavelmente.

E, por estar em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, assino o presente instrumento em 01 (uma) via única.

Formosa/GO, 15 de DEZEMBRO de 2021.

MARIA ANGELICA DE MIRANDA

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

# **ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa MARIA ANGELICA DE MIRANDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)						
CPF/CNPJ	Nome					
06440417657	MARIA ANGELICA DE MIRANDA					



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/12/2021 09:11 SOB Nº 52901061207. PROTOCOLO: 217025854 DE 16/12/2021. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12109203974. CNPJ DA SEDE: 29853981000100. NIRE: 52803911648. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/12/2021. MARIA ANGELICA DE MIRANDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI SECRETÁR I A-GERAL www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Certifico que este documento da empresa MARIA ANGELICA DE MIRANDA, NIRE: 52 80391164-8 é copia autenticada do original arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás de acordo com o art. 78 inciso II do Decreto Federal 1800/96 e IN/DREI nº 20 – Art. 4º. Para validar este documento, acesse http://www.juceg.go.gov.br e informe: Nº de protocolo 22/996137-0 e código de segurança 1PsRA. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2022 14:41:03 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.

4	T	QUALIFICAÇÃO D	O APOIADOR				
Nome Completo:	lamila d	tearing la	rvalhr	)			
Endereço:		•			00 4	10.0	din Californi
Município:	Firmora	That the Pro-		UF:		CEP:	į V
RG:	8215758	Órgão Emissor:	PC GC	)	CPF:	033	623.721.98

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 11 de Maio de 2022.

Pamila Araujo Canvalho
Assinatura do(a) apoiador(a)

#### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



# REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOLÁS SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLIC

POLICIA CIVIL INSTITUTO DE IDENTIFICACIÓN

CAMILA ARAÚJO CARVALHO

PRINCHO NONATO CARVALHO LIMA

ROSANA REIS DE ARAÚJO CARVALHO

DATA NASCIMENTO 21/09/1990 NATURALIDADE UNAÍ - MG OBSERVACAO

TIPOFATOR RH

"" Bruss Maring Convolled

ASSIBATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



033623721-98 DNI\*\*\*\*

RG 8215758 1ª VIA

CERTIDÃO DE NASCIMENTO 44405 A-64 FLS87 UNAÍ-MG EM

05/06/2020

DATA DE EXPEDIÇÃO

POLEGAR DIRETTO

SERIE

IDENTIDADE PROFISSIONAL

IS/PIS/PASET

\*\*\*

DERT. MILL

\*\*\*

\*\*\*\*

\*\*\*\*

CTPS

ELEITOR

\*\*\*

898002025963957

ONO

8500d

ASSINATURA DO DIRETOR

54417646



B B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL NORMAL CONVENCIONAL

MONOFASICO

LEITURA

08/04/2022

10/

RAQUEILLA JUNIA DE ARAUJO

RUA CRUNDWALD GOSTA Q. 40, L. 30, S.N. CASA. 1 JARDIM CALIFORNIA CEP 73807725 FORMOSA GO BRASIL

610248315

INSTALAÇÃO / UNIDADE CONSUMIDOR/

101253907

MES/ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
MAI/2022	28/05/2022	R\$************************************



NOTA FISCAL Nº 1

Consulte pela Chavi https://dfe-portal.sys chave de acesso. Protocolo de autoriz-

ESTA UCINÃO POSSUI DEBITOS RELATIVOS AOS ANOS DE 2021 E ANTERIORES. ESTA DECLARAÇÃO É COMPROVANTE DE PAGAMENTO, EXCETO QUANTO A DI

PERIODO DE REFERÊNCIA DA APURAÇÃO DOS INDICADORES DE CONTINUIDADE - 3/3022, VRC - RE 15/36/98.

A MEET DEFINIU QUE PARTIR DE 160422 A BANDEIRA TARIFARIA SERÁ À VERDE SEM CUISTOS ADICIONAIS NA FATURA HAVERA CORRANÇA DA BANDEIRA CONSUMO ANTERIORES À ESSA DATA, SAIBA MAIS EM WWW.ANEEL.GOV.BR

diversity of the second	01	ESCRIÇÃO DO	3 FATURA	MENTO					TRHUTOS	HASK
There do Farces  Constitute and opening can  Constitute and opening can  Constitute and opening can  Constitute and opening can  Constitute and opening  Constitute and openin	Ment Street, Arms (Acces) (Acces) (Acces)	Press or notify of a list. A SECOND	Variety (12) (12) (13) (13) (13) (13) (13) (13) (13) (13	Problemens 8.05 8.74	Reser Case HOM leaving 11 27 11 All	Afgunta 4048 15 15	ACM/S	Terfe southing	COPINS KIND FISHASEP	20.00 20.00 20.00 20.00
										L C
										585-4110-acd0-be5f2f9635
										1110-acdC
	**************************************			460	31.94		100			785
taker throatening	DADOS DE MEDIÇ	Lamira Lam		Corasto	NOTIFICA	IÇAG 3F2	TURASI	NO ENCIDAS 2/202	TFICAÇÃO	HREAVE
THE THERETON APPLIES NAMED		Armeter And		EMPORTS.	A SUSPEI ANTERIO	NSAD DO I	TORNECE	MENTO OCORRI	ERA APOS O	7ChC99



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR									
Nome Completo:	Kamillo	i hagan	Gliv	kira	ر ــــــــــــــــــــــــــــــــــــ	22			
Endereço:	Lua fose	facirto a	30 Lt	No	111	londin	m lalizona	ia	
Município:	Formosa	1		UF:	60	CEP:			
RG:	3.516.948	Órgão Emissor:	SSP K	14	CPF:	065	5. 170.541-	œ	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

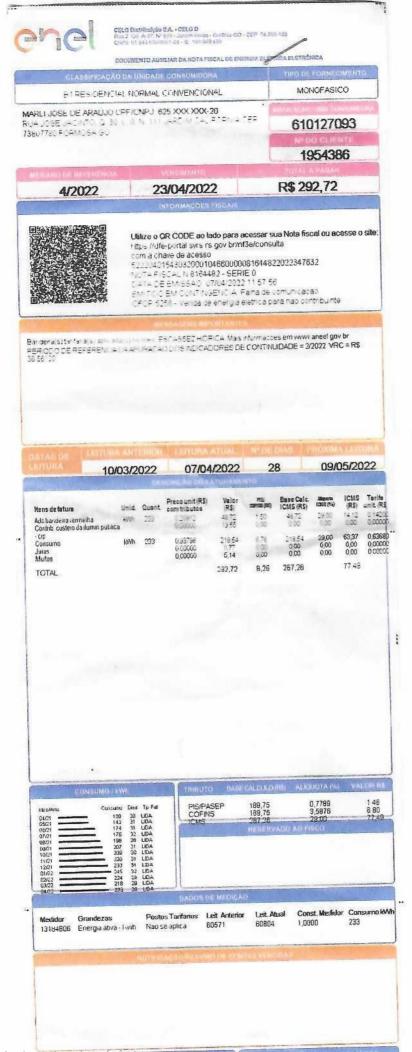
Formosa – GO, 11 de Maio de 2022.

Kamilla Copes Olineira
Assinatura do(a) apoiador(a)

#### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.







Autenticado eletronicamente apó conferência con Priblindanticao astro de debito automát nttps://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ee2d27a-d583-4110-acd0-be5f2f96f635





QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR									
Nome Completo:	MARISNE	idE MEN	des (	BAR.	bosa				
Endereço:	Avenida (	Poias 95	8 lote	13	Foe	MOSi	wha		
Município:	Formosa	UF:	Go	CEP:	43813260				
RG:	5904013	Órgão Emissor:	r: SSPGO CPF: 049303			305741-29			

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 12 de Maio de 2022.

Marismude Mendes Barbesa.
Assinatura do(a) apoiador(a)

#### **ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Reno de fotura Actuadora de Arragana Actua Actua Actua	DATASE				展の記		INVA IIN		
	LETURA	51 51 50 51	76	41/2022	VO DE REFERÊNC		NII VAM TELLORES DASIEVAMELO CHE/CNPJ 499 XXX XXX 91 E. G. T. L.	ACADISTA 66	CLASSERCA
Unid Quant	DOMESTICATION		100 M				T I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	£ 2	CAO DA I
DESCRIÇÃO DO JATURANIANO Precessatigită  Pri com tibutes (Rt) 014346 000000 148 000000 148 000000 47.04 1	X E	N. S.	Ubbze o OR CODE so lado para acessar sua Nota fiscal ou acesse o site office rule portal systes good inflactor sulla con achave de acesso con achave de acesso con 26-2014) 154 400,200,014,000 00,015,020,000,0015,135476 NOTA E.S.CALIN 1602870 - SERIE U	11/04/2022	AT NCINIT		AMELO CIT/CNPJ 4	BLACE OF ALL STATE CONTENTIONAL	CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMDORA TIPO DE FO
ATURANI Miles P. S.	UZOSIZOZZ BURNA TIMI	the water	to tade par ses year to ses contractor of 02/04/20 02/04/20 02/04/20	I TOWN ZUZZ	0.00		1 499 XXX	CIONAL	MECHA
E HOUSE	Z		a accasa hi3e cor 107538 PIE 0 32 07 18 Faha da	ñ.			300X 91		
Base Calls, ICMS (RS) 727 7263 000 000	TO AND THE PROPERTY OF THE PRO	a volt ca auto sousce title can	sua Nota sura sura sura sura sura sura sura sur	14	101	Π	10		THE STREET
8888 2	PROMIMA	270	fiscal ou 3476 cetribur	i.	MU CN BC	1038396	10026479859	SELECTION ACCOUNT	TIPO DE PORMECIMENTO
0 0000 (R)	25		& 800555		JAR.	396	798	Contract	MECIN
0.14200 0.20000 0.00000	nura nura		o site				ek GK		OINE









1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

, QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR										
Nome Completo:	Nekin	ide fo	nneca	· (/	de	He	lo			
Endereço:	Rua 1	13 nº 63	5 Site	37	Mgr	) Skot	t e			
Município:	Yomona	/		UF:	60	CEP:	43.807.260			
RG:	3547653 8235821	Órgão Emissor:	S5P	WF	CPF:					

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Velcinciale Langera de molo
Assinatura do(a) apoiador(a)

#### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.













QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR									
Nome Completo:	Kaian	, formeco	i lGo	wa	ob				
Endereço:		mº 53A.							
Município:	formossa			UF:		CEP:	73807	-260	
RG:	59037-22	Órgão Emissor: SSPGO	SSPE	50	CPF:	03-	1.237	- 241-40	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 11 de Maio de 2022.

Assinatura do(a) apoiador(a)

#### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.













QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR							
Nome Completo:	Rosin	reine for	nica.	de	8	klo	
Endereço:	Rua 13	3 nº 53A			groke.	ste	
Município:	formosa	,		UF:	60	CEP:	73807-260
RG:	JH82972	Órgão Emissor:	55 P.OF		CPF:	618.1	192.511-34

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 11 de Maio de 2022.

Rosineire Fonseca de Melo
Assinatura do(a) apoiador(a)

#### ATENÇÃO:

 Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



KWh 112

0.93796

105,05

325

105.05

CELO Distributorio B.A. - CELO D Run 2, Qd. A-97, 16° 905 - Januari Golfa - Ociánio-OD - CEP: 74,808-160 CNP 4, 51 243,002,001-04 - IE: 100,540 423









QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR							
Nome Completo:	Vingir	ia Gon	ense	da		ih	a
Endereço:	Rua		65 a			No	oksti
Município:	Formosa			UF:	60	CEP:	73807=260
RG:	1567227	Órgão Emissor:	55P6	O	CPF:		

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa - GO,

de Maio de 2022.

Assinatura do(a) apoiador(a)

#### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.













		QUALIFICAÇÃO DA ENTIDAD	E APOIAE	ORA		
Razão Social:	NEIDES	GOMES DE DI	IVEIR	a 7	1734	2 039 100
Endereço:	RUA 8 SETOR	Nº 253 Nordeste	Nan Salas	CNPJ:	41	009230/0001-07
Município:	FORMOS	Δ	UF:	Go	CEP:	73807 315
Nome do repres	sentante legal:	NEIDES G	OMES	s de	· 6	liveira

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Formosa – GO, 12 de Maio de 2022

leides G de Olivoirs

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

#### ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 41.009.230/0001-07 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
NOME EMPRESARIAL NEIDES GOMES DE OL	IVEIRA 71732039100	Harris American		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO ESPETINHO TO EM CA:				PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATI 56,11-2-05 - Bares e out	VIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL ros estabelecimentos especia	alizados em servir bebidas,	com entretenimento	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS AT 47.23-7-00 - Comércio v	TIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIA varejista de bebidas	s	week and the second	
código e descrição da NAT 213-5 - Empresário (Ind				
OGRADOURO R 8			OMPLEMENTO	
CEP 73.807-315	BAIRRO/DISTRITO SETOR NORDESTE	MUNICÍPIO FORMOSA	UF GO	
ENDEREÇO ELETRÔNICO NEIDESGOMES2017@G	SMAIL.COM	TELEFONE (61) 9948-5685		
ENTE FEDERATIVO RESPONSA	VEL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇ 26/02/2021	ÇÃO CADASTRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	TRAL			The same of the sa
	X-100		TO THE CONTRACT OF THE CONTRAC	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 13/05/2022 às 08:54:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



#### Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



#### Identificação

Nome Empresarial

NEIDES GOMES DE OLIVEIRA 71732039100

Nome do Empresário

NEIDES GOMES DE OLIVEIRA

Nome Fantasia

**ESPETINHO TO EM CASA** 

Capital Social

5.000,00

Número Identidade

Orgão Emissor

**UF Emissor** 

CPF

2.082.201

SSP

DF

717.320.391-00

#### Condição de Microempreendedor Individual

Situação Cadastral Vigente

Data de Início da Situação Cadastral Vigente

TVO 26/02/2021

#### Número de Registro

CNPJ

41.009.230/0001-07

#### **Endereço Comercial**

CEP Logradouro
73807-315 RUA 8
Bairro Munícipio
SETOR NORDESTE FORMOSA

Número 253 UF

GO

#### **Atividades**

Data de Início de Atividades

26/02/2021

Forma de Atuação
Estabelecimento fixo

Ocupação Principal

Proprietário(a) de bar e congêneres, com entretenimento, independente

Atividade Principal (CNAE)

5611-2/05 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento

Ocupações Secundárias

Atividades Secundárias (CNAE)

Comerciante independente de

4723-7/00 - Comércio varejista de bebidas

bebidas

### Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de <u>Dispensa de Alvará e Licença de</u> Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.\*

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <a href="http://www.portaldoempreendedor.gov.br/">http://www.portaldoempreendedor.gov.br/</a>.

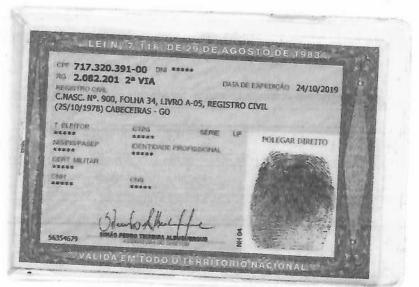
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenentes do cadastro



<sup>\*</sup> Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.





Ana Paula
Mat. 9610380
SEPTZ-GO

Paula Wiranda Vaz
361038-0



1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

Município/UF: Formos/GO -

Processo nº: 53115.013723/2022-61 CNPJ: 46.237.564/0001-43

Número de concorrentes: 0 (10443499)

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Nº do edital/ano: 30/2022 publicado no DOU em 29/03/2022

Prazo de inscrição: de 30/03/2022 a 30/05/2022 Canal e Frequência: 200 - 87,9 (10560608)

\_\_\_\_\_\_

1. Data de postagem/SEI: 24/05/2022 - LECOM

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: 10602195

- 4. Estatuto Social: 9915265 Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
  5. Ata de constituição: 9915263 Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
- Ata de eleição: Fls. 9915264 para o período de 30/03/2022 a30/03/2026
   Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
- 7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: 9915257, 9915259 e 9915261

#### 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	vínculos
Presidente: José Antônio Neves	062736531015	José Alvarino Cavalheiro e	041.025.441-	Não
Cavalheiro	10/02/1995	Cleide Neves de Matos	00	
Secretário: Marcos Vinicius de Paula	064359821040	Geraldo de Oliveira Ornelas e	059.857.841-	Não
Ornelas	21/03/1995	Ana Maria Lourenço de Paula	26	
Tesoureiro: Flavio Rodrigues da Cruz	045384641090 18/05/1983	Francisco Ferreira da Cruz e Divina Rodrigues de Matos	972.211.201- 53	Não

- 8. Manifestações em apoio: 9915267, 9915268 e 9915269
- 9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: 9915266
- 10. Pesquisa Anatel 10561631 e Fiscaliza 10562270 e 10562260
- 11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 10562474
- 11.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

OBSERVAÇÕES: 12/12/2022 - Solicitar o Requerimento de Outorga atualizado.

#### PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

# 1. Estatuto social: 9915265

#### 1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: Art. 2
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: Art. 5
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: Art. 8
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: Art. 8
- e) Órgão administrativo e cargos: Art. 18
- f) Atribuições do Órgão administrativo: Art. 19
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: Art. 18
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: Art. 20

#### 1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: Art. 1
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: Art. 5, 9-15



- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: Art. 21
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: Art. 24-26
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: Art. 23
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: Art. 10
- i)Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: Art. 17
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: Art. 17
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: Art. 26

#### 2. Certidões:

2.1CNPJ: 10607330

2.2 Certidão FGTS: 10607330 2.3 Certidão PGFN: 10607330 2.4 Certidão CNDT: 10607330

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 10562474

3. Pesquisa Anatel 10607330 e Fiscaliza 10562260 e 10562270

4. Anexo 6/ART: fl. () Solicitar

OBSERVAÇÕES: 02/01/2022: Entidade será convocada para fase de instrução.



Documento assinado eletronicamente por Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico, em 03/01/2023, às 11:50 GOV.BR (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador 10607154 e o código CRC BC739C7E.

Referência: Processo nº 53115.013723/2022-61

SEI nº 10607154





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.237.564/0001-43 MATRIZ		INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO 20/04	e ABERTURA /2022
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO MAIS FM	DE RADIODIFUSAO COMUNITA	ARIA	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO *********	(NOME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVI 94.99-5-00 - Atividades a	DADE ECONÔMICA PRINCIPAL SSOCIATIVAS NÃO ESPECIFICADAS	anteriormente	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIV <b>Não informada</b>	/IDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATU <b>399-9 - Associação Priva</b>			
LOGRADOURO AV C		NÚMERO COMPLEMENTO QUADRA24	
	BAIRRO/DISTRITO PARQUE VILA VERDE	MUNICÍPIO FORMOSA	UF <b>GO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO GLOBALCONT.01@UOL.	COM.BR	TELEFONE (61) 3631-0887	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁV *****	/EL (EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SI 20/04/202	TUAÇÃO CADASTRAL <b>22</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTI	RAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL ********		DATA DA SI *******	TUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **03/01/2023** às **11:41:40** (data e hora de Brasília).







**CNPJ:** 

46.237.564/0001-43

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:42:16 do dia 03/01/2023 (hora e data de Brasília).

Retornar a Consulta.





# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 46.237.564/0001-43

Razão
Social:

ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA

**Endereço:** AV C QD 24 LT 15 / PARQUE VILA VERDE / FORMOSA / GO / 73808-325

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:23/12/2022 a 21/01/2023

Certificação Número: 2022122301335044050900

Informação obtida em 03/01/2023 11:42:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA

CNPJ: 46.237.564/0001-43

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n<sup>o</sup> 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:43:48 do dia 03/01/2023 <hora e data de Brasília>. Válida até 02/07/2023.

Código de controle da certidão: **E766.81C3.90FF.F7E5** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA (MATRIZ E

FILIAIS)

CNPJ: 46.237.564/0001-43 Certidão nº: 215130/2023

Expedição: 03/01/2023, às 11:43:29

Validade: 02/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA (MATRIZ E FILIAIS),** inscrito(a) no CNPJ sob o n° 46.237.564/0001-43, NÃO **CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



# ANEXO 6 FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

#### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:

			Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga	
			Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas — Processo de Pós-Outorga	
			2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
			RAZÃO SOCIAL	
Ì	Ì	ĺ	RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO) CNPJ	
			3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE	
			LOGRADOURO	
ı	1	1	BAIRRO CIDADE CEP	1
				_
			CIDADE (CONTINUAÇÃO) UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da Latitude: <u>N</u> - Norte ou <u>S</u> - Sul)	
			Latitude. Norte ou 3 - 3ut)	/
			4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR	
			LOGRADOURO	
			BAIRRO   CIDADE   CEP	
			CIDADE (CONTINUAÇÃO) UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da	
ı	ı	ı	Latitude: <u>N</u> - Norte ou <u>S</u> - Sul)	, [
			5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO	
ĺ	ı	ı	LOGRADOURO	ı
<u> </u>				_
1	I	ĺ	BAIRRO	ŀ



			CIDADE Latitude					Sul	)		UF			CC	OOR	DEN	AD	AS G	SEC	GR.	ÁFIC	AS	(Esp	ecif	ique	e o l	her	nisf	éric	o da	3				
														۰				,			"					'	0			,	<u> </u>		"	W	]
			6 – TRA	NSM	ISSOI	₹																													
1	1	1	FABRICA	ANTE							1	1	l		ĺ		1		ĺ				ĺ	[	1	ĺ				ĺ	I			1	[
		1	MODELO		~				~	ı	ı	ı	1				Р	OTÊ	NC	IA				Nº	!		1			.1					ı
			HOMOL	OGA	ÇÃO/	CER	TIFI	CAÇ	ÃO									,		w															
			7 – ANT	ENA	/TOR	RE																													
			FABRICA	ANTE	DA A	NTE	NA																												]
		1	MODELO POLARIZ		o 	1	Ī		I	1	1	1	1	ĺ	I	1	1		1	ĺ	1		I	١v		٦ (	: Г		E		٦н		7		
Ì	Ì		TIPO						1	Ì					1	Ì		ĺ								_					_		_	1	
	•	•	GANHO					•	•	•	Al	_TUF	RA E	M R	ELA	ÇÃO	AO	SO	_0				•	ALT	URA	A DA	λ T(	ORF	RE					•	
			ALTITUE	DE DC	dBd							,		m	I							,	m								<u></u>	<u> </u>		m	
			8 – LINH	IA DE	TRA	NSN	/IISS	ÃO																											
			FABRICA	ANTE																								1	MOI	DEL 	.0				
			COMPRI				(n)			A	TEN	UAÇ	ÃO	EM :	100	m ( <i>A</i>	AL)			PEI	RDA	S N	A LII	NHA	(PL	)									
			<u> </u>		m		(-1/			,			dE	3					,			dB						,			<u>L</u>				
			Perdas r	na lin	ha (P	L) =	L x A	AL 0					ı	Efici	ênc	ia da	lin	ha (	ղ) =	: 10	-PL														
			9 – POT	ÊNCI	A EFE	TIV	A IR	RAI	DIAI	DA (	ERP)	)																							
					E	RP(d	lBk)	= 1	.0 lo	g (P	t. Gł	nt. G	vt .	η) =	10	log (		x_		_x_	;	<b>K</b>	) :	=		(	dBk	(							
			Ght = Gvt =	Gar Gar Efic	tência nho d nho d ciênci ència	a ar a ar a da	nten nten ntin	na, r na, r ha c	no pl no pl de tr	lano lano ansi	hor ver miss	izon tical ão.	, em	vez	es		lCo	m de	eve	rá s	er i	gual	l ou	infe	rior	a 2	.5 w	/att	īs.						
			10 - INT	ENSI	IDAD	E DE	CA	MP	O (E	) NC	) LIN	MITE	DA	ÁRI	Α [	DE CO	ОВЕ	ERTU	JRA	RE	STR	ITA													



E(dE	u) = 107	+ ERP(dBk	) - 20 log d(km	) = 107 +	- 20 log	=	dBu

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

d(km) = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

\*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

### 11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, <b>conforme estudo específico encaminhado em anexo</b> .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

#### 12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

	13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE
	14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA
	NOME COMPLETO
	DEC COEA ENDEDECO
1 1 1	REG.CREA ENDEREÇO
	ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) BAIRRO



UF		1 1	I		1	1				1		Ì	ĺ				1							
CEP	<u>  -                                   </u>					TE	LEFON	NE										F/	AX				, 	
E-MAIL	11				ĺ							Ì												
LOCAL																]		DA <sup>1</sup>	TA 		/			
ASSINA <sup>-</sup>	TURA																							
15 – DA	ADOS DO	A) RE	PRES	ENTA	ANTE	LEG	AL DA	ENT	IDAI	DE														
NOME (	COMPLET	o 																						
LOCAL		1 1	I	Ì	1	İ			ĺ		ĺ	l	1	1	1	1	1	DA <sup>*</sup>	TA 		/			
																		1 -						
ASSINA	TURA						1	•		- 1	ı		l		ļ	_		1 -	I	I	1 -			ĺ
ASSINA	TURA			l				<b>'</b>				<u> </u>	<u>I</u>	1								•		
ASSINA	TURA								1															
ASSINA'		dênci	a:																					 

## ATENÇÃO:

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.





#### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 113/2023/MCOM

Brasília, 11 de janeiro de 2023.

Ao(À) Senhor(a)
José Antônio Neves Cavalheiro
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** (CNPJ nº 46.237.564/0001-43)
Avenida B, Qd. 23, Lt 04, s/nº 73.808-435 – Formosa/GO

Assunto: PROCESSO nº 53115.013723/2022-61. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO – CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

- 1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁ P** d**A** a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Formosa/GO**, em razão do Edital nº 30/2022, publicado no Diário Oficial da União em 29/03/2022.
- 2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.
- 3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 28, parágrafo único da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.
- 4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.
- 5. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:
  - **5.1.** A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (10607351).
  - <u>Observação 1</u>: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).
  - Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).
  - o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de

notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TERMPO DE SERVIÇO PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

- 6. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. <u>Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável.</u>
  - Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.
  - § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.
  - § 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à
- 7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas**notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.
- 8. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.
- 9. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <a href="https://www.gov.br/mcom/">https://www.gov.br/mcom/</a>> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal <a href="gov.br">gov.br</a>. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <a href="https://acesso.gov.br/">https://acesso.gov.br/</a>.
- 10. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para <u>duvidasradcom@mcom.gov.br</u>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 11/01/2023, às 11:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador **10607359** e o código CRC **A2FC9A0B**.

#### Anexos:

• Formulário Anexo 6 (10607351).

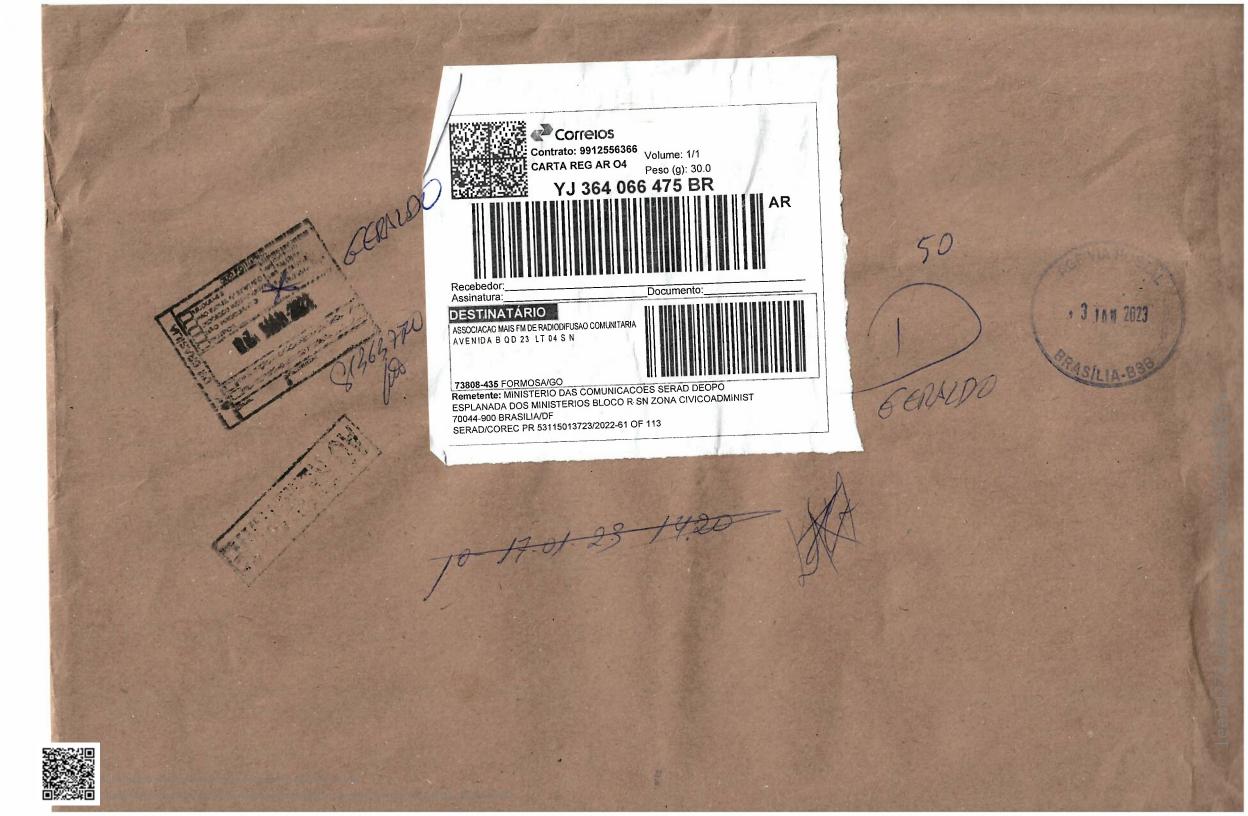
Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 113/2023/MCOM - Processo nº 53115.013723/2022-61 - № SEI: 10607359



DESTINATARIO ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA  AVENIDA B QD 23, LT 04 S N - FORMOSA - GO 73808-435 ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF 70044-900	YJ364066475BR  SERAD/COREC PR 53115013723/2022-61 OF 113	CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
1°	DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)  MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [5] RECUSADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO [3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE [5] DESCONHECIDO [8] FALECIDO [9] OUTROS	RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIR
	( ) Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço	Postal Em:
ASSINATURA DO RECEBEDOR		DATA DE ENTREGA
NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR		N DOC. DE IDENTIDADE

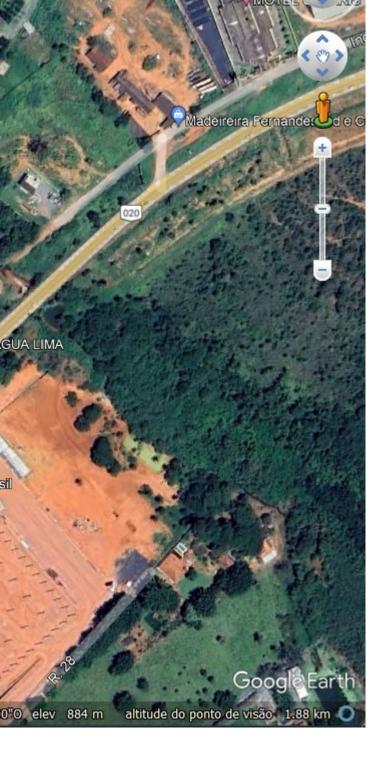


s conferência com original.













# Ministério das Comunicações

# **RADCOM**

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

# Identificação do Processo

10/6/22 8:13 AM

Aviso de Inscrição: 302022

Página 1 de 7

Número do Processo: 531150137232022

						Vizinho	S		
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade	
0.00	GO	FORMOSA	53115.013723/2022	302022	15S3257	47W1809	EMA	ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA	
0.11	GO	FORMOSA	53900.038031/2016	169	15S3255	47W1806	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA UNIDOS POR FORMOSA - ACUF	535
3.35	GO	FORMOSA	53900.004598/2015	0	15S3343	47W1951	ARQCD I	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA FORMOSINHA ARCOFOR	f96f6.
3.64	GO	FORMOSA	53000.055400/2004	28	15S3229	47W2008	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CHAPEU DE PALHA	5f2f
3.66	GO	FORMOSA	53000.034403/2003	28	15S3319	47W2010	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CIDADANIA SOLIDARIA	-be
3.67	GO	FORMOSA	53000.009825/2005	0	15S3214	47W2004	RAQ	ASSOCIACAO TV COMUNITARIA E EDUCATIVA DE FORMOSA	cd0
3.67	GO	FORMOSA	53670.000717/1998	4	15S3214	47W2004	ARQDE F	ASSISTENCIA SOCIO CULTURAL EVANGELICA	0-9
3.78	GO	FORMOSA	53000.034867/2009	28	15S3303	47W2016	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA E CULTURAL EBENEZER - ARCCE	411
3.78	GO	FORMOSA	53670.000360/1999	0	15S3258	47W2016	RAQ	ASSOCIACAO PRO DESENVOLVIMENTO DA REGIAO NORDESTE GOIAS	385-
3.98	GO	FORMOSA	53900.049773/2015	28	15S3137	47W1954	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA TERRA	a-d5
3.98	GO	FORMOSA	53900.048181/2016	28	15S3137	47W1954	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA TERRA	d27a
3.98	GO	FORMOSA	53115.016601/2021	28	15S3137	47W1954	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA TERRA	ee20
	GO	FORMOSA	53900.036651/2016	169	15S3329	47W1556	EFL	ASSOCIACAO CULTURAL E AMBIENTAL DE FORMOSA - ASCAF	16

#### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão, Comunitária e Estatal

#### **DESPACHO**

Processo nº: 53115.013723/2022-61.

Interessado: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Assunto: OFÍCIO N° 113/2023/MCOM - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 10607359)

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, na localidade de FORMOSA/GO, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).				
OBS.: O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.	10642438, págs. 01 a 03	x		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015:				
<b>OBS.</b> : Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a conta do terreno no mesmo processo.	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	10642438, pág. 02	x		
b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	10642438, pág. 02			х
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	10642438, pág. 02	х		
d) O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	10642438, pág. 02	х		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	10642438, pág. 02	x		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	10642438, pág. 02	х		

4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, <b>juntamente com o comprovante de pagamento</b> da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	10642438, pág. 4 a 6	x		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação em anexo.	10642438 10807133 10807132	х		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada <b>não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros</b> do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), <b>conforme Relação de Processos Vizinhos.</b>	10642438 10807133 10807132		x	1

Desse modo, considerando que <u>a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor</u>, conforme se verifica acima, restituam-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC\_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução processual.

Brasília, 27 de março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mesquita Muniz, Coordenador-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 27/03/2023, às 12:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 28/03/2023, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini**, **Engenheiro**, em 28/03/2023, às 15:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador **10807143** e o código CRC **0F7D8DC9**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.013723/2022-61 Documento nº 10807143



lee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

Município/UF: Formosa/GO - REVISÃO FINAL

Processo nº: 53115.013723/2022-61 CNPJ: 46.237.564/0001-43

Número de concorrentes: 0 (10443499)

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Nº do edital/ano: 30/2022 publicado no DOU em 29/03/2022

Prazo de inscrição: de 30/03/2022 a 30/05/2022 Canal e Frequência: 200 - 87,9 (10560608)

\_\_\_\_\_\_

- 1. Data de postagem/SEI: 24/05/2022 LECOM
- 2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
- 3. Requerimento de Outorga: 10602195
- 4. Estatuto Social: 9915265 Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
- 5. Ata de constituição: 9915263 Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
- 6. Ata de eleição: Fls. 9915264 para o período de 30/03/2022 a 30/03/2026
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
- 7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: 9915257, 9915259 e 9915261

#### 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	vínculos
Presidente: José Antônio Neves	062736531015	José Alvarino Cavalheiro e	041.025.441-	Não
Cavalheiro	10/02/1995	Cleide Neves de Matos	00	
Secretário: Marcos Vinicius de Paula	064359821040	Geraldo de Oliveira Ornelas e	059.857.841-	Não
Ornelas	21/03/1995	Ana Maria Lourenço de Paula	26	
Tesoureiro: Flavio Rodrigues da Cruz	045384641090 18/05/1983	Francisco Ferreira da Cruz e Divina Rodrigues de Matos	972.211.201- 53	Não

- 8. Manifestações em apoio: 9915267, 9915268 e 9915269
- 9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: 9915266
- 10. Pesquisa Anatel 10561631 e Fiscaliza 10562270 e 10562260
- 11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 10562474
- 11.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

OBSERVAÇÕES: 12/12/2022 - Solicitar o Requerimento de Outorga atualizado.

#### PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

# 1. Estatuto social: 9915265

#### 1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: Art. 2
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: Art. 5
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: Art. 8
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: Art. 8
- e) Órgão administrativo e cargos: Art. 18
- f) Atribuições do Órgão administrativo: Art. 19
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: Art. 18
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: Art. 20

#### 1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: Art. 1
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: Art. 5, 9-15



- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: Art. 21
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: Art. 24-26
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: Art. 23
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: Art. 10
- i)Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: Art. 17
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: Art. 17
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: Art. 26

#### **REVISÃO FINAL:**

#### 2. Certidões:

2.1CNPJ: 10841188

2.2 Certidão FGTS: 108411882.3 Certidão PGFN: 108411882.4 Certidão CNDT: 108411882.5 Pesquisa Anatel: 10841188

3. Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 10841191

4. Fiscaliza: 10841282 e 10841304

5. Anexo 6/ART: 10642438

6. Despacho Técnico de Aprovação: 10807143

OBSERVAÇÕES: 03/04/2023 - Pesquisa de Vínculo ok. TSE/TRF1/TJGO ok.

PROCESSO INSTRUÍDO.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, **Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta**, em 03/04/2023, às 14:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador 10841129 e o código CRC F968E120.

Referência: Processo nº 53115.013723/2022-61

SEI nº 10841129





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.237.564/0001-43 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>20/04/2022</b>	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO MAIS FM DE	RADIODIFUSAO COMUNITARIA	<b>A</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOM	ME DE FANTASIA)		PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADO 94.99-5-00 - Atividades asso	E ECONÔMICA PRINCIPAL ciativas não especificadas ante	eriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDA Não informada	DES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZ 399-9 - Associação Privada	A JURÍDICA			
LOGRADOURO AV C		NÚMERO COMPLEMENTO QUADRA24		
-	RO/DISTRITO RQUE VILA VERDE	MUNICÍPIO FORMOSA	UF <b>GO</b>	
ENDEREÇO ELETRÔNICO GLOBALCONT.01@UOL.CO	M.BR	TELEFONE (61) 3631-0887		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (I	EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>			TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 1/ <b>04/2022</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL ********			TA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **03/04/2023** às **13:44:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1







**CNPJ:** 

46.237.564/0001-43

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 13:45:50 do dia 03/04/2023 (hora e data de Brasília).

Retornar a Consulta.







# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 46.237.564/0001-43

Razão
Social:

ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA

Endereço: AV C QD 24 LT 15 / PARQUE VILA VERDE / FORMOSA / GO / 73808-325

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:29/03/2023 a 27/04/2023

Certificação Número: 2023032904240913937003

Informação obtida em 03/04/2023 13:46:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA

CNPJ: 46.237.564/0001-43

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n<sup>o</sup> 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 13:45:13 do dia 03/04/2023 <hora e data de Brasília>. Válida até 30/09/2023.

Código de controle da certidão: **4B0A.DD45.77B3.3F87** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA (MATRIZ E

FILIAIS)

CNPJ: 46.237.564/0001-43 Certidão nº: 13902740/2023

Expedição: 03/04/2023, às 13:45:03

Validade: 30/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA (MATRIZ E FILIAIS),** inscrito(a) no CNPJ sob o n° 46.237.564/0001-43, NÃO **CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



#### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

#### **DESPACHO**

Processo n°: 53115.013723/2022-61.

Entidade: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Assunto: Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa/GO, e do Tribunal de Justiça de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.

Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SUPER 10841188.

Brasília, 03 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta**, em 03/04/2023, às 13:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador 10841191 e o código CRC B4716F13.

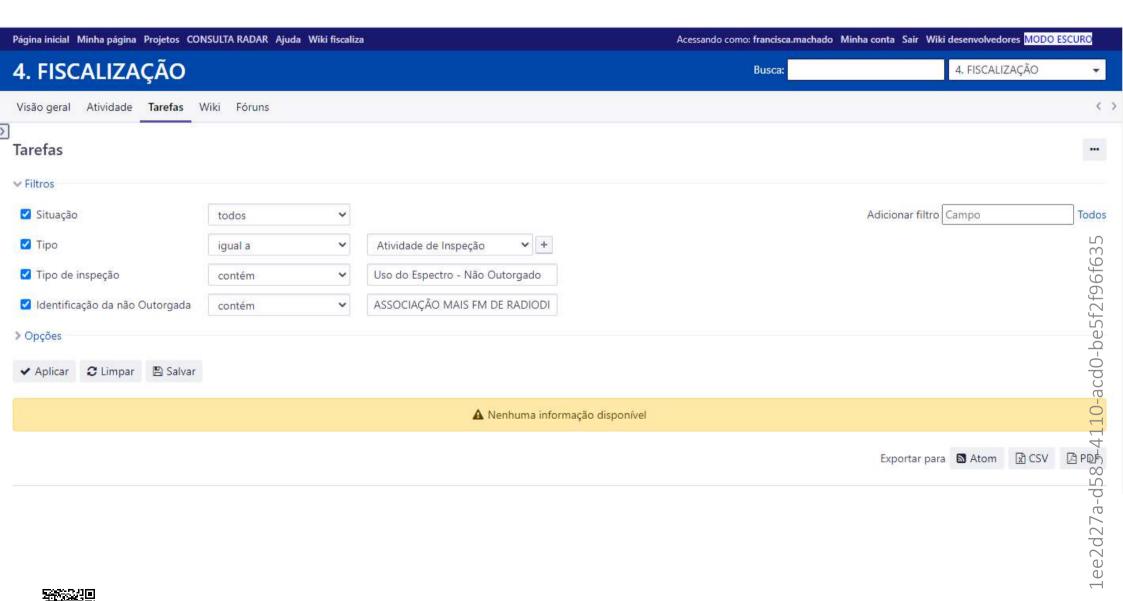
#### Minutas e Anexos

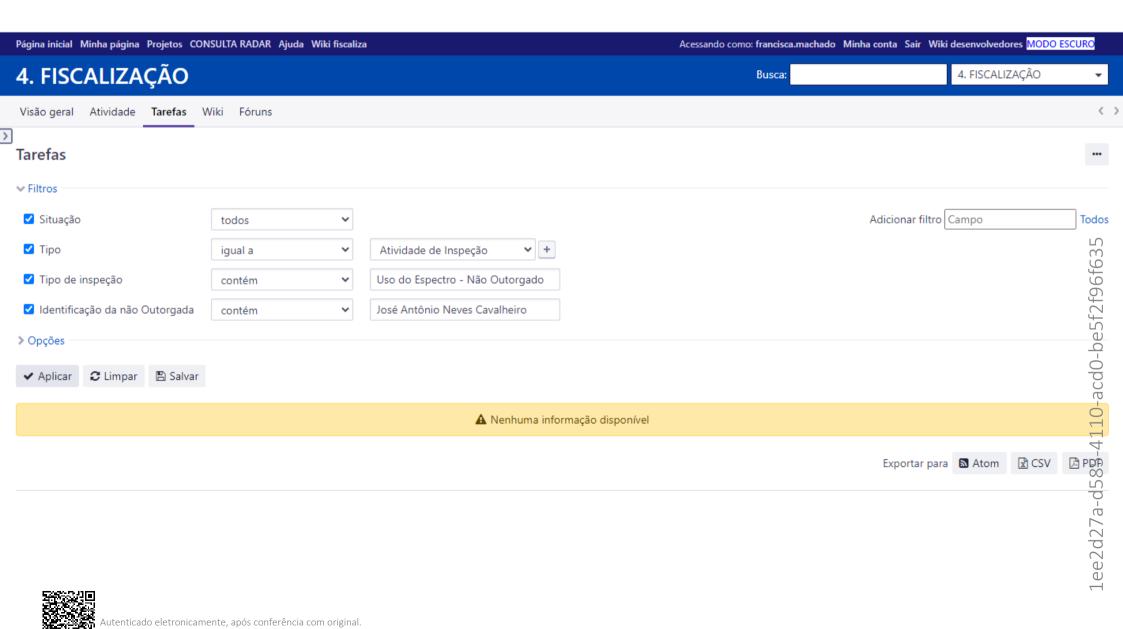
Não Possui.

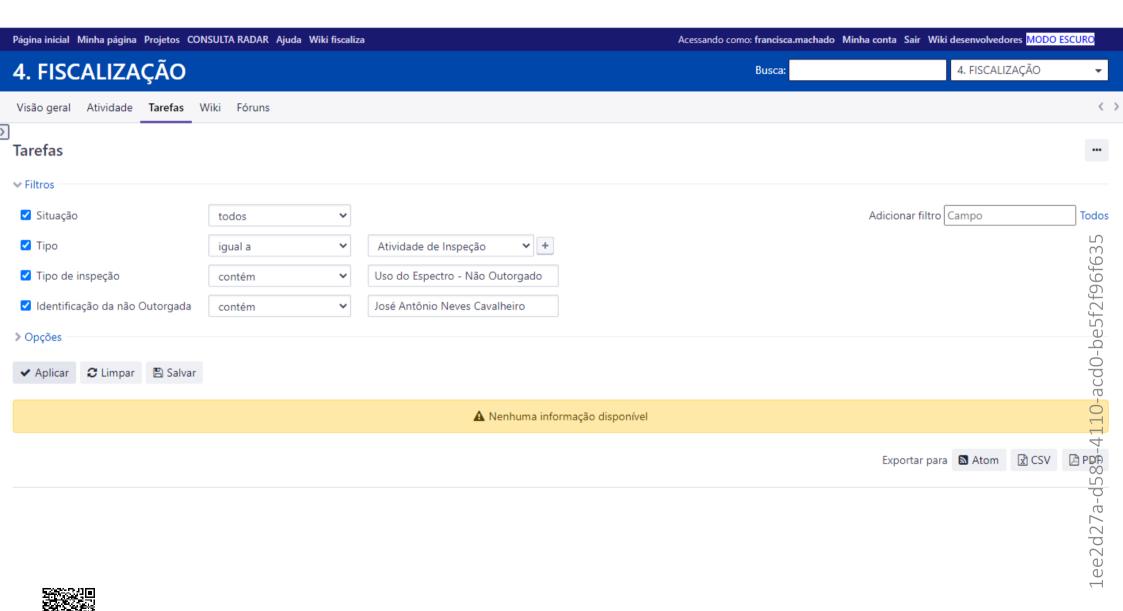
Referência: Processo nº 53115.013723/2022-61

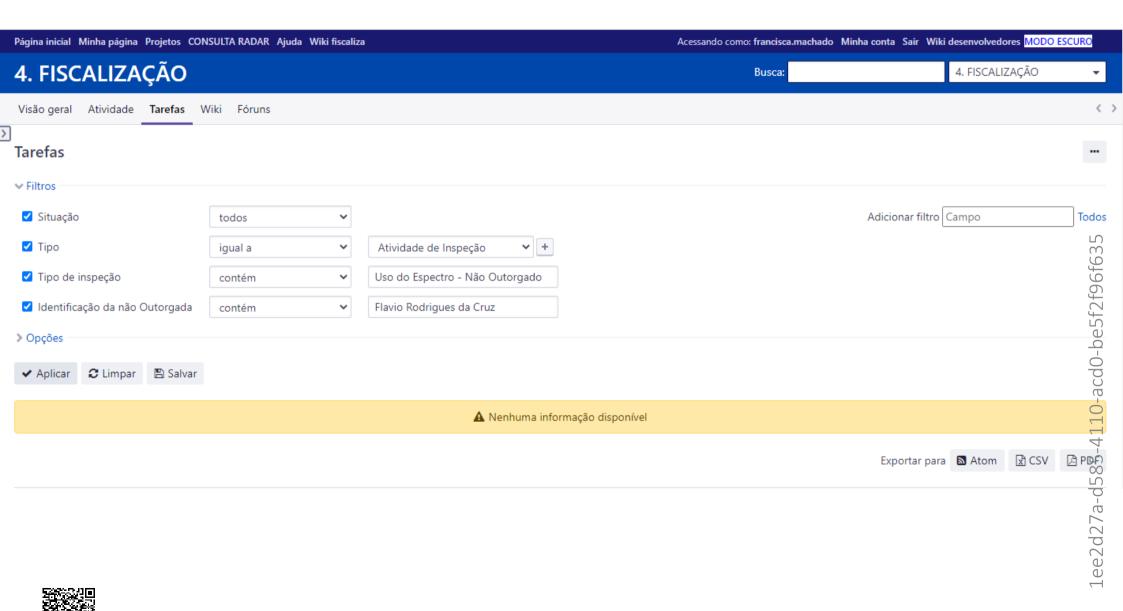
Documento nº 10841191

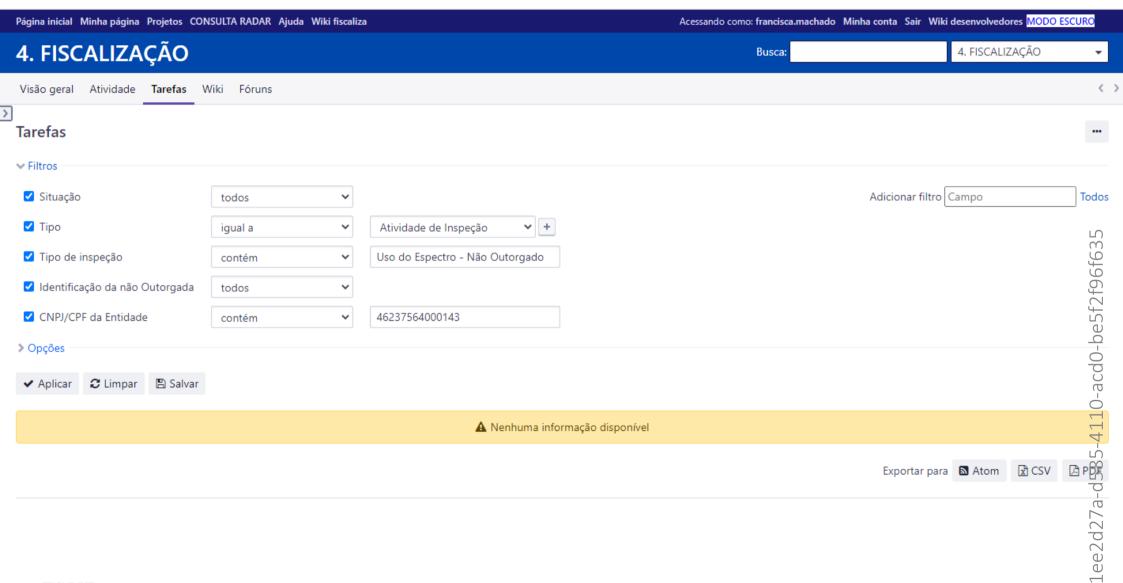


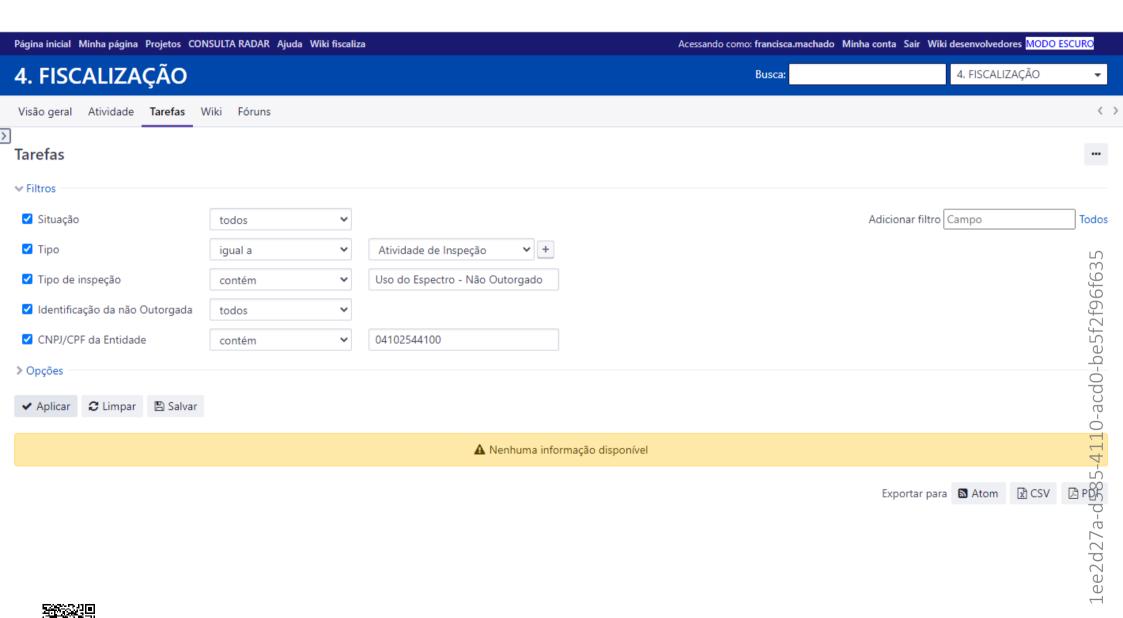


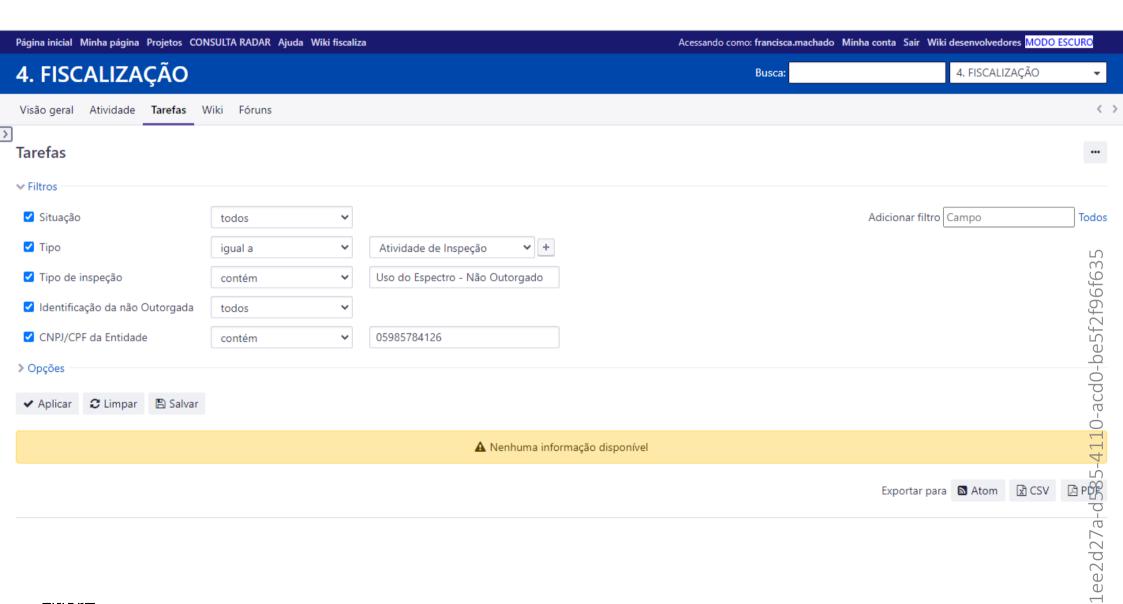


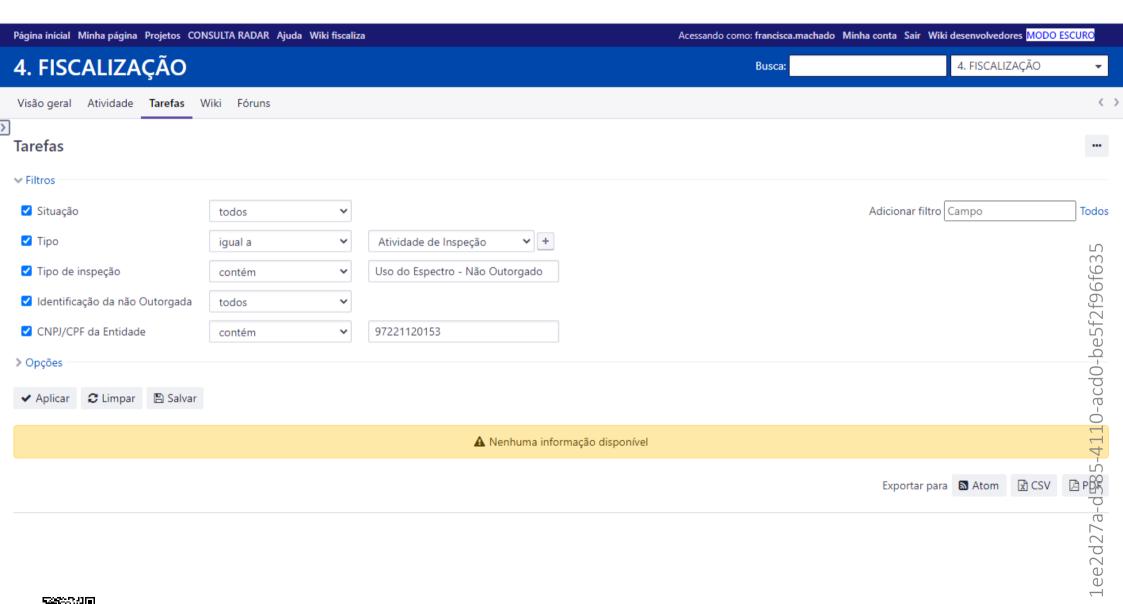






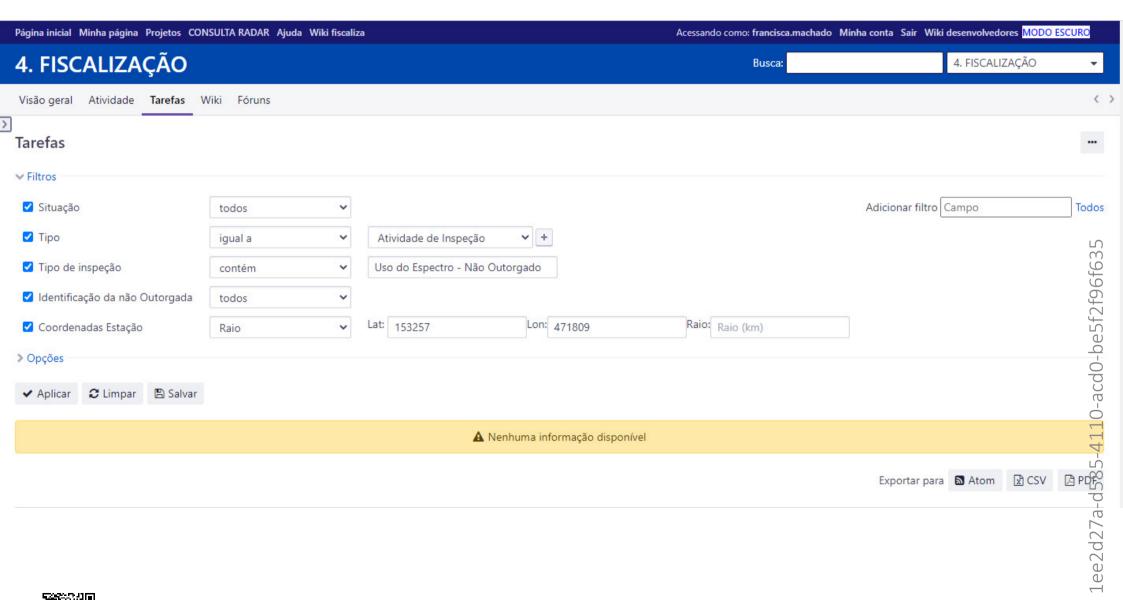






Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635





### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### **DESPACHO**

Processo n°: 53115.013723/2022-61.

Entidade: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Assunto: Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.

Após análise do processo nº 53115.013723/2022-61, de interesse da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** localidade de Formosa/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data**não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 03 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, **Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta**, em 03/04/2023, às 14:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador 10841304 e o código CRC 6879B546.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

 Referência: Processo nº 53115.013723/2022-61
 Documento nº 10841304



### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 5047/2023/SEI-MCOM

Processo nº: 53115.013723/2022-61.

Assunto: REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.

	,				
CIII	ЛΛ	DIO	EXE	CI I	TI\ <i>IC</i>
301	ИΑ	NIU	EVE	LU	HVL

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Formosa/GO, em atendimento ao Edital nº 30/2022, publicado no Diário Oficial da União de 29/03/2022.

**ANÁLISE** 

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 24/05/2022, via Plataforma Digital LECOM, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
ASSOCIAÇÃO MIAIS I MI DE NADIODII OSÃO COMONITANIA
QUADRO DIRETIVO
Presidente: José Antônio Neves Cavalheiro
Secretário: Marcos Vinicius de Paula Ornelas
Tesoureiro: Flavio Rodrigues da Cruz
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: AVENIDA C, QD 24, № 15 - VILA VERDE
Coordenadas geográficas: 15°32′57″S de latitude e 47°18′09″W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: AVENIDA C, QD 24, № 15 - VILA VERDE

- 3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 30/05/2022.
- 4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:





1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	10602195
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	9915265
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	9915263
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	9915264
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade dos dirigentes.	9915257, 9915259 e 9915261
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	9915267, 9915268 e 9915269
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	9915266
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda — CNPJ.	10841188
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	10841188
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	10841188
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	10841188
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	10841188



- 5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.
- 6. De acordo com o Despacho COATA\_MCOM\_ENG 10807143), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7°, parágrafo único da Lei n° 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (10807133).
- 7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (10841191).

### CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico, em 03/04/2023, às 17:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Weronica de Jesus Leite**, **Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública**, **Comunitária e Estatal substituta**, em 03/04/2023, às 17:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/04/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador **10841327** e o código CRC **3388401D**.

### Minutas e Anexos

Minuta de Exposição de Motivos (10841392)

Minuta de Portaria (10841400)



# ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

- 1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.013723/2022-61, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, inscrita CNPJ sob nº 46.237.564/0001-43, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Formosa/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- 2. A entidade requereu ao então Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- 3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5047/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
- 4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
- 5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- 6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

### JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

### **AVISO:**

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/04/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 06/04/2023, às 20:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador **10841392** e o código CRC **742D6D15**.



ocesso nº 53115.013723/2022-61 Documento nº 10841392

## MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53115.013723/2022-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ sot 46.237.564/0001-43, cuja sede se situa na Avenida C, Qd. 24, nº 15 - Vila Verde, na localidade de Formosa, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

### **AVISO:**

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/04/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública**, **Comunitária e Estatal**, em 06/04/2023, às 20:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador **10841400** e o código CRC **1DFD74BF**.

**Referência:** Processo nº 53115.013723/2022-61



### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### **DESPACHO**

Processo nº: 53115.013723/2022-61

Interessado: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Assunto: REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.

Ao GACSE,

Em consonância com a Nota Técnica 5047 (10841327), entendendo pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 da mencionada Nota Técnica, encaminha-se os autos para apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 06/04/2023, às 20:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador **10844280** e o código CRC **0A475450**.

### Minutas e Anexos

Minuta de Exposição de Motivos (10841392) Minuta de Portaria (10841400)

Referência: Processo nº 53115.013723/2022-61



Brasília, 10 de abril de 2023

A Senhor Felipe Nogueira Fernandes Consultor Jurídico Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 5047/2023/SEI-MCOM (10841327)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 5047/2023/SEI-MCOM 10841327), a qual trata do requerimento da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Formosa/GO, em atendimento ao Edital nº 30/2022, publicado no Diário Oficial da União de 29/03/2022.

Dessa forma, de ordem, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

### Caroline Menicucci Salgado

Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado**, **Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 10/04/2023, às 17:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u> 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador **10851009** e o código CRC **3642B9BA**.

Referência: Processo nº 53115.013723/2022-61



# ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

### CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

### PARECER n. 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.013723/2022-61

INTERESSADAS: <u>ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA – SECOE</u>

# ASSUNTO: <u>AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO</u> DE FORMOSA/GO

- I Processo Administrativo. Seleção Pública para prestação de serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Formosa/GO**, em observância ao **Edital nº 30/2022**, publicado no DOU de **29/03/2022**.
  - II Inexistência de óbice legal. Deferimento da autorização pleiteada.
- III Submissão ao Ministro de Estado e ao Congresso Nacional. Encaminhamento à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE para adoção de providências a seu encargo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

### I – RELATÓRIO

Por meio do Ofício Interno nº 34247 /2023/MCOM, de 10 de abril de 2023, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE deste Ministério, veio à análise e pronunciamento desta Consultoria Jurídica o processo descrito na epígrafe, que consubstancia todos os procedimentos voltados à seleção de entidades aptas a receber outorga pública para executar **Serviço de Radiodifusão Comunitária** no Município de **Formosa/GO**, Estado de **Goiás**.

- 2. Para tal fim, determinou a SECOE fosse divulgado o **Edital de Seleção Pública nº Edital nº 30/2022**, publicado no Diário Oficial da União de **29 de março de 2022**, destinado à inscrição das entidades interessadas em executar o serviço sob referência em diversas localidades, inclusive em **Formosa/GO**, conferindo prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e apresentação de documentação instrutória.
- 3. A ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA foi a única entidade que demonstrou interesse na prestação do serviço de radiodifusão comunitária na citada localidade, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 5047/2023/SEI-MCOM (10841327).
- 4. Registre-se, ainda, que a SECOE opinou "pelo deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme checklist constante do item 4 desta Nota Técnica.", conforme se verifica do item 8 da referida Nota Técnica.
- 5. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a **minuta de portaria** e com a **exposição de motivos**, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta.
  - 6. Esse é o resumo do caso em questão.

### II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS



- 7. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União AGU), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
- 8. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o Serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
- 9. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria.** A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
  - 10. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas na AGU assim dispõe:
- 11. A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

### II.2. PROCEDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

- 12. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado pela Constituição Federal, pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.
- 13. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- "Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.
  - § 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.
- § 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.
- § 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.
  - § 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
- Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

### LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

- "Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em freqüência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no <u>art. 223 da Constituição</u>, aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da <u>Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962</u>, e demais disposições legais. <u>(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)</u>



Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no <u>art. 64, §§ 20 e 40 da Constituição</u>, sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. <u>(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)</u>

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

(...)

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002)

(...)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais."

### DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

### **ANEXO**

### REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

"Art. 1°. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela <u>Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998</u>, como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

*(...)* 

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

*I - estatuto da entidade, devidamente registrado;* 

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioridade dos diretores;

 $\it V$  - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o

Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.



Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade."

14. É oportuno destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela **Portaria** deste Ministério **nº 4.334, de 17 de setembro de 2015** (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela **Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018** (DOU de 9 de abril de 2018), visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

### PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

"Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela <u>Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998</u>.

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) (<u>Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018</u>)

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

*I - publicação do edital;* 

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

*(...)* 

### Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. (<u>Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018</u>)

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga (<u>Anexo 2</u>), com as declarações nele elencadas; (<u>Redação dada pela Portaria nº 1.909, de</u>

### 05.04.2018)

*II – estatuto social da entidade atualizado;* 

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioridade de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. (<u>Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018</u>)

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o <u>art. 23</u>, estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

*V* - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

*(....* 

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

*(...)* 

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

### Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. (<u>Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018</u>)

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

(...)

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

- $\it V$  certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  $\it FGTS$ ;
- VI certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e
- VII certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

- Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.
- § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.
- § 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

(...)

### Do Recurso

- Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.
- § 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.
- § 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
  - § 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.
- Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.
- § 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.
  - § 2° O disposto no §1° não se aplica:
  - I quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou
  - II no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.
  - § 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros Já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.



(...)

### Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

- Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.
  - § 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:
  - I razão social da entidade;
  - II número de registro no CNPJ da entidade;
  - III serviço objeto da outorga;
  - IV Município e Unidade da Federação de execução do serviço;
  - V− prazo de outorga e;
  - VI frequência e canal de operação.
- § 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.
- 15. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.
- 16. É oportuno registar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionada à apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3°, da Constituição Federal.

# II.3. ANÁLISE DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

- 17. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e no processamento da solicitação para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.
- 18. A SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados pela ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA única entidade que demonstrou interesse na prestação do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Formosa/GO -, conforme se verifica do teor do CHECKLIST (10841129 SUPER), opinando, por fim, pelo deferimento da autorização para prestação do serviço em questão, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 5047/2023/SEI-MCOM (10841327).
- 19. Em relação à **tempestividade** do requerimento administrativo deduzido pela entidade, tem-se que o **Edital de Seleção Pública nº 30/2022**, publicado no Diário Oficial da União de **29 de março de 2022**, estabeleceu o prazo de **60 (sessenta) dias** para inscrição dos interessados e para a apresentação de documentação instrutória, sendo o prazo final da inscrição o dia **30 de maio de 2022**. Logo, o pedido da entidade é **tempestivo**, visto que foi apresentado em **24 de maio de 2022**, como aborda a supracitada NOTA TÉCNICA produzida pela SECOE.
- 20. No teor do requerimento da citada Associação, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I, da Portaria nº 4.334, de 2015 (que são as constantes no seu Anexo II). Neste ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo, do art. 38, alínea "j", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 1º, inciso I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g' 'h', 'i', 'j', 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p' e 'q' da Lei Complementar nº. 64, de 1990 (Lei da Ficha Limpa). Além disso, os dirigentes da interessada declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.
- 21. Verifica-se também que a SECOE, por meio da citada **NOTA TÉCNICA Nº 5047/2023/SEI-MCOM** (10841327), atestou o seguinte sobre o requisito do art. 7º da Lei nº 9.612, de 1998:

"ANÁLISE

*(...)* 

- 6. De acordo com o Despacho COATA\_MCOM\_ENG (10807143), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7°, parágrafo único da Lei n° 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (10807133)."
  - 22. Em relação à documentação exigida pela legislação de regência, a mesma NOTA TÉCNICA assevera cumpridos os requisitos normativos, ao discorrer:

"(...)

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme check-list abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO
1 1 12/1/1		DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	10602195
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	9915265
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade dos dirigentes.	9915257, 9915259 e 9915261
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	9915267, 9915268 e 9915269
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	9915266
8.		10642438 Despacho Técnico de Aprovação: 10807143
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	108/1188
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	10841188
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no deletronicamente, após conferência com original.	



apiens agu gov.br/apps/processo/33725013/chave/612dd92f/visualizar/1881671430-1151945922

	Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.45 de 1º de maio de 1943 - Consolidaça das Leis do Trabalho.	2,
14	Despacho – Consulta ao sistema o fiscalização FISCALIZA.	le 10841282 e 10841304

- 23. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º da Cláusula II Dos Associados Da Admissão) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 20 da Cláusula III Dos Órgãos e de seu Funcionamento), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria nº 4.334, de 2015 (9915265). Além disso, a SECOE deve atentar para que o referido Conselho Comunitário esteja funcionado por ocasião da prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
- 24. No que concerne à existência dos vínculos vedados pelo **art. 11** da **Lei nº 9.612, de 1998**, a SECOE atesta a inexistência de vínculo de qualquer natureza, como se verifica do **item 7.1** do CHECKLIST (**10841129**).
- 25. A manutenção do cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, deve ser realizada a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização para execução do serviço de radiodifusão.
- 26. Face ao exposto, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a emissão de autorização para a ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA venha a prestar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Formosa/GO, pelo prazo de 10 (dez) anos.

### III – CONCLUSÃO

- 27. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:
- i) não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, pelo prazo de 10 (dez) anos, na localidade de Formosa/GO;
- ii) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SECOE, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material; e
- iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3°, da Constituição Federal.
- 28. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
- 29. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 22 de abril de 2023

### LÍDIA MIRANDA DE LIMA Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento 'Unico de Protocolo (NUP) 53115013723202261 e da chave de acesso 612dd92f





Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1151945922 e chave de acesso 612dd92f no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-04-2023 17:03. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



# ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

# CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

### DESPACHO n. 00816/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.013723/2022-61

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE ASSUNTO: Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

- 1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Drª. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, referente à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
- 2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre procedimento seletivo para obtenção de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Formosa/GO**.
- 3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 5047/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da autorização para a **Associação Mais FM de Radiodifusão Comunitária**.
- 4. Conforme os termos do PARECER N. 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe óbice jurídico para o deferimento da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e da Portaria ministerial nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018) (normas vigentes à época).
- 5. É importante registrar que houve a recente publicação da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União DOU nº 67-C- Extra, de 06 de abril de 2023, cujo teor também disciplina o procedimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, pelo que é recomendável que a SECOE atente para a referida alteração normativa.
- 6. Deste modo, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela **Associação Mais FM de Radiodifusão Comunitária**, pelo prazo de 10 (dez) anos, na localidade de **Formosa/GO**.
- 7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
- 8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 24 de abril de 2023.

assinado eletronicamente

# JOÃO PAULO SANTOS BORBA ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115013723202261 e da chave de acesso 612dd92f



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1152131115 e chave de acesso 612dd92f no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-04-2023 15:09. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



### ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

### DESPACHO n. 00833/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.013723/2022-61

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

ASSUNTOS: Rádio comunitária. Autorização.

Aprovo o <u>PARECER n. 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 00816/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.</u>

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 24 de abril de 2023.

Assinado eletronicamente FELIPE NOGUEIRA FERNANDES ADVOGADO DA UNIÃO Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115013723202261 e da chave de acesso 612dd92f



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1152920237 e chave de acesso 612dd92f no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-04-2023 18:10. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM № 9235, DE 25 DE ABRIL DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53115.013723/2022-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ sot 46.237.564/0001-43, cuja sede se situa na Avenida C, Qd. 24, nº 15 - Vila Verde, na localidade de Formosa, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSCELINO FILHO Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 15/05/2023, às 18:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de</u> novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador 10873438 e o código CRC 12A86EAF.

**Referência:** Processo nº 53115.013723/2022-61 Documento nº 10873438



Brasília, 25 de abril de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- 1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.013723/2022-61, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, inscrita CNPJ sob nº 46.237.564/0001-43, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Formosa/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- 2. A entidade requereu ao então Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- 3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5047/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
- 4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 9235, de 25 de Abril de 2023, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
- 5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- 6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

### JUSCELINO FILHO Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 15/05/2023, às 18:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador **10873445** e o código CRC **EB07278D**.

**Referência:** Processo nº 53115.013723/2022-61



### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 34890/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor **Braunner Fassheber** Chefe de Gabinete do Ministro Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 9235/2023/MCOM (10873438) e Exposição de Motivos (10873445)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 5047/2023/MCOM (10841327) e Parecer Jurídico nº 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU10871799), encaminho a Portaria nº 9235/2023/MCOM (10873438) e Exposição de Motivos (10873445), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

### Wilson Diniz Wellisch

Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, **Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 05/05/2023, às 18:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador 10873455 e o código CRC A6EB3310.

Referência: Processo nº 53115.013723/2022-61

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República Imprensa Nacional

### Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 17/05/2023 15:29:25 **Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro **Operador:** Rosiane Caixeta da Silva

Ofício: 9601146

Data prevista de publicação: 18/05/2023 Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1

Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

		Matérias		
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20607035	PORTARIA MCOM NA 9208.rtf	d8c772d9bc8a2d0a 85cdef13a8c3f9b6	9,00	R\$ 350,28
20607036	PORTARIA MCOM NA 9328.rtf	a5710e7c1ef03fbe 78798c5373f5915f	8,00	R\$ 311,3
20607037	PORTARIA MCOM NA 9234.rtf	4d2044d978de01c7 16bccf2590054f56	8,00	R\$ 311,3
20607038	PORTARIA MCOM NA 9235.rtf	670133b8bd4b1483 28927de3a6bb8b5e	8,00	R\$ 311,3
20607039	PORTARIA MCOM NA 9241.rtf	92bfa6e223b84d68 5b100e52bdec6dcb	8,00	R\$ 311,3
20607040	PORTARIA MCOM NA 9303.rtf	03c253be8359df57 764ec2f600c2c19d	9,00	R\$ 350,2
20607041	PORTARIA MCOM NA 9304.rtf	dcc45a381a80ca17 b5b787a89c4d27b6	9,00	R\$ 350,2
20607082	PORTARIA MCOM NA 9323.rtf	8a0a44ca72525fb1 7175fc1aa656a448	8,00	R\$ 311,3
20607083	PORTARIA MCOM NA 9324.rtf	fb7a714959548d2e 413cac2c8333a27e	8,00	R\$ 311,3
20607084	PORTARIA MCOM NA 9327.rtf	1a70f5444fed5fd0 968c5cb172b47cf9	10,00	R\$ 389,2
OTAL DO OF	ICIO		85,00	R\$ 3.308,2

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/05/2023 | Edição: 94 | Seção: 1 | Página: 6 Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

### PORTARIA MCOM N° 9.235, DE 25 DE ABRIL DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6° da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9°, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo n° 53115.013723/2022-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 46.237.564/0001-43, cuja sede se situa na Avenida C, Qd. 24, nº 15 - Vila Verde, na localidade de Formosa, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Adauto Soares de Brito Neto
Sistemas
Interativos

省 Menu Principal 🔻

SRD »» RADCOM »» Consultas »» *Geral* internet teia menu ajuda

### Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM						
UF:	GO	Distrito:				
Município:	Formosa	Sub Distrito:				
Canal:	200	Local Especifico:				
Fase:	1					
Dados da Entid	lade					
Entidade:	ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	CNPJ:	46.237.564/0001-43			
Nome Fantasia:		Bairro:	Parque Vila Verde			
Logradouro:	Avenida C	Número:	15			
Telefone:	(61) 3631-0887	Fax:	Não Informado			
Situação: Entidade com situação cadastral NÃO REGULAR na Receita Federal.						
□ Dados da Outorga						

### **Dados da Entidade**

CNPJ:	46237564000143	Pesquisar
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	
Tipo de Usuário:	Integral	

### **Endereço Sede**

País:	Brasil						
Número do CEP:	73808325	Logradouro:	Avenida C				
Número:	15	Complemento:	Quadra 24	Bairro:	Parque Vila Verde	Estado:	GO
Município:	Formosa	Distrito:		SubDistrito:			
Telefone:	61 3631-0887	7				Fax:	

### Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:	Logradouro:				
Número:	Complemento:	Bairro:		Estado:	
Município:	Distrito:	SubDistrito:			
Telefone:	Fax:	E-ma	il:		

### Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	53115013723202261	Fistel:	50445322900
Caixa:		Sequência:	
□ Documentos Emit	idos		

### Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI Nº Ato Tip	o do documento   Órgão	o Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
9235 • Port	aria 🗸	MC	25/04/2023	18/05/2023 Outorga •	Jur. 🗸
r Tela Inicial	ir				



### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 36164/2023/MCOM

Brasília, 19 de Maio de 2023

Ao Senhor **Ênio Soares Dias** Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete Ministério das Comunicações

### Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10873445)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 9235/2022/SEI-MCOM (10912523), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10873445), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Assistente**, em 19/05/2023, às 15:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador 10916254 e o código CRC BDDFA89A.

Referência: Processo nº 53115.013723/2022-61

### Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- 1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.013723/2022-61, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.237.564/0001-43, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Formosa/GO, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- 2. A entidade requereu ao então Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- 3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5047/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
- 4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 9.235, de 25 de abril de 2023, publicada no DOU de 18/05/2023.
- 5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- 6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho





OFÍCIO Nº 13969/2023/MCOM

Ao Senhor Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG Casa Civil da Presidência da República Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.013723/2022-61.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

### ÊNIO SOARES DIAS Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 25/05/2023, às 11:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador 10924429 e o código CRC 5826FFE6.

**Referência:** Processo nº 53115.013723/2022-61 Documento nº 10924425



### Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- 1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.013723/2022-61, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.237.564/0001-43, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Formosa/GO, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- 2. A entidade requereu ao então Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- 3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5047/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
- 4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 9.235, de 25 de abril de 2023, publicada no DOU de 18/05/2023.
- 5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- 6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/05/2023 | Edição: 94 | Seção: 1 | Página: 6 **Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro** 

# PORTARIA MCOM Nº 9.235, DE 25 DE ABRIL DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53115.013723/2022-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 46.237.564/0001-43, cuja sede se situa na Avenida C, Qd. 24, nº 15 - Vila Verde, na localidade de Formosa, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



# ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

# CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJŖ

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

### PARECER n. 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.013723/2022-61

INTERESSADAS: <u>ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA – SECOE</u>

# ASSUNTO: <u>AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO</u> DE FORMOSA/GO

- I Processo Administrativo. Seleção Pública para prestação de serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Formosa/GO**, em observância ao **Edital nº 30/2022**, publicado no DOU de **29/03/2022**.
  - II Inexistência de óbice legal. Deferimento da autorização pleiteada.
- III Submissão ao Ministro de Estado e ao Congresso Nacional. Encaminhamento à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE para adoção de providências a seu encargo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

### I – RELATÓRIO

Por meio do Oficio Interno nº 34247 /2023/MCOM, de 10 de abril de 2023, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE deste Ministério, veio à análise e pronunciamento desta Consultoria Jurídica o processo descrito na epígrafe, que consubstancia todos os procedimentos voltados à seleção de entidades aptas a receber outorga pública para executar **Serviço de Radiodifusão Comunitária** no Município de **Formosa/GO**, Estado de **Goiás**.

- 2. Para tal fim, determinou a SECOE fosse divulgado o **Edital de Seleção Pública nº Edital nº 30/2022**, publicado no Diário Oficial da União de **29 de março de 2022**, destinado à inscrição das entidades interessadas em executar o serviço sob referência em diversas localidades, inclusive em **Formosa/GO**, conferindo prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e apresentação de documentação instrutória.
- 3. A ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA foi a única entidade que demonstrou interesse na prestação do serviço de radiodifusão comunitária na citada localidade, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 5047/2023/SEI-MCOM (10841327).
- 4. Registre-se, ainda, que a SECOE opinou "pelo deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme checklist constante do item 4 desta Nota Técnica.", conforme se verifica do item 8 da referida Nota Técnica.
- 5. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a **minuta de portaria** e com a **exposição de motivos**, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta.
  - 6. Esse é o resumo do caso em questão.

### II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS



- 7. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União AGU), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
- 8. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o Serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
- 9. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
  - 10. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas na AGU assim dispõe:
- 11. A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

### II.2. PROCEDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

- 12. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado pela Constituição Federal, pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.
- 13. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- "Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.
  - § 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.
- § 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.
- § 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.
  - § 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
- Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

### LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

- "Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em freqüência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no <u>art. 223 da Constituição</u>, aos preceitos desta <u>Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e demais disposições legais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)</u>



Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no <u>art. 64, §§ 20 e 40 da Constituição</u>, sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. (<u>Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001</u>)

vistas a:

- Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com
- I dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
  - V permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. (...)
- Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002)

(...,

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais."

### DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

### ANEXO

### REGULAMENTO DO SERVIÇ O DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

"Art. 1°. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela <u>Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998</u>, como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

- Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:
  - I estatuto da entidade, devidamente registrado;
  - II ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;
  - III prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;
  - IV comprovação de maioridade dos diretores;
  - V declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o

Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.



Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade."

14. É oportuno destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela **Portaria** deste Ministério **nº 4.334, de 17 de setembro de 2015** (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela **Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018** (DOU de 9 de abril de 2018), visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

### PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

"Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela <u>Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.</u>

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

*(...)* 

### Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. (<u>Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018</u>)

Art. 22. São documentos habilitantes:

05.04.2018) I - requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioridade de todos os diretores; e

VII — manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. (<u>Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018</u>)

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o <u>art. 23</u>, estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM' SS'', com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS'') na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

*V* - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

*(...* 

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

*(...)* 

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

### Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

*(...)* 

- II Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;
- III comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ;
- IV certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;
- V certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS;
- VI certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e
- VII certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho.

*(...)* 

- Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.
- § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.
- § 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

(...)

### Do Recurso

- Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.
- § 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.
- $\S~2^{\circ}O$  prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
  - § 3° O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.
- Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.
- § 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.
  - § 2º O disposto no §1º não se aplica:
  - I quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou
  - II no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.
  - § 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros

(...)

### Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1° A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I − razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

*V* − *prazo de outorga e*;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

- 15. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.
- 16. É oportuno registar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionada à apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

# II.3. ANÁLISE DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

- 17. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e no processamento da solicitação para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.
- 18. A SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados pela ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA única entidade que demonstrou interesse na prestação do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Formosa/GO -, conforme se verifica do teor do CHECKLIST (10841129 SUPER), opinando, por fim, pelo deferimento da autorização para prestação do serviço em questão, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 5047/2023/SEI-MCOM (10841327).
- 19. Em relação à **tempestividade** do requerimento administrativo deduzido pela entidade, tem-se que o **Edital de Seleção Pública nº 30/2022**, publicado no Diário Oficial da União de **29 de março de 2022**, estabeleceu o prazo de **60 (sessenta) dias** para inscrição dos interessados e para a apresentação de documentação instrutória, sendo o prazo final da inscrição o dia **30 de maio de 2022**. Logo, o pedido da entidade é **tempestivo**, visto que foi apresentado em **24 de maio de 2022**, como aborda a supracitada NOTA TÉCNICA produzida pela SECOE.
- 20. No teor do requerimento da citada Associação, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I, da Portaria nº 4.334, de 2015 (que são as constantes no seu Anexo II). Neste ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo, do art. 38, alínea "j", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 1º, inciso I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g' 'h', 'i', 'j', 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p' e 'q' da Lei Complementar nº. 64, de 1990 (Lei da Ficha Limpa). Além disso, os dirigentes da interessada declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.
- 21. Verifica-se também que a SECOE, por meio da citada NOTA TÉCNICA Nº 5047/2023/SEI-MCOM (10841327), atestou o seguinte sobre o requisito do art. 7º da Lei nº 9.612, de 1998:

"ANÁLISE

*(...)* 

- 6. De acordo com o Despacho COATA\_MCOM\_ENG (10807143), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7°, parágrafo único da Lei n° 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (10807133)."
  - 22. Em relação à documentação exigida pela legislação de regência, a mesma NOTA TÉCNICA assevera cumpridos os requisitos normativos, ao discorrer:



"(...)

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI- MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme check-list abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	10602195
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	,9915265
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade dos dirigentes.	9915257, 9915259 e 9915261
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	9915267, 9915268 e 9915269
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	9915266
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	10642438 Despacho Técnico de
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	10841188
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	10841188
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no deletronicamente, apos conferência com original.	



	Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	10841282 e 10841304

- 23. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º da Cláusula II Dos Associados Da Admissão) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 20 da Cláusula III Dos Órgãos e de seu Funcionamento), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria nº 4.334, de 2015 (9915265). Além disso, a SECOE deve atentar para que o referido Conselho Comunitário esteja funcionado por ocasião da prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
- 24. No que concerne à existência dos vínculos vedados pelo **art. 11** da **Lei nº 9.612, de 1998**, a SECOE atesta a inexistência de vínculo de qualquer natureza, como se verifica do **item 7.1** do CHECKLIST (**10841129**).
- 25. A manutenção do cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, <u>deve ser realizada a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização para execução do serviço de radiodifusão.</u>
- 26. Face ao exposto, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a emissão de autorização para a ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA venha a prestar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Formosa/GO, pelo prazo de 10 (dez) anos.

### <u>III – CONCLUSÃO</u>

- 27. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:
- i) não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, pelo prazo de 10 (dez) anos, na localidade de Formosa/GO;
- ii) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SECOE, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material; e
- iii) é necessária a deliberação do **Congresso Nacional** sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no **art. 223, § 3°**, da **Constituição Federal**.
- 28. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
- 29. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 22 de abril de 2023

### LÍDIA MIRANDA DE LIMA Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115013723202261 e da chave de acesso 612dd92f





Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1151945922 e chave de acesso 612dd92f no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-04-2023 17:03. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



## ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

# CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

### DESPACHO n. 00816/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.013723/2022-61

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE ASSUNTO: Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

- 1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr<sup>a</sup>. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, referente à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
- 2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre procedimento seletivo para obtenção de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Formosa/GO**.
- 3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 5047/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da autorização para a **Associação Mais FM de Radiodifusão Comunitária**.
- 4. Conforme os termos do PARECER N. 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe óbice jurídico para o deferimento da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e da Portaria ministerial nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018) (normas vigentes à época).
- 5. É importante registrar que houve a recente publicação da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União DOU nº 67-C- Extra, de 06 de abril de 2023, cujo teor também disciplina o procedimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, pelo que é recomendável que a SECOE atente para a referida alteração normativa.
- 6. Deste modo, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela **Associação Mais FM de Radiodifusão Comunitária**, pelo prazo de 10 (dez) anos, na localidade de **Formosa/GO**.
- 7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
- 8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 24 de abril de 2023.

assinado eletronicamente

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115013723202261 e da chave de acesso 612dd92f



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1152131115 e chave de acesso 612dd92f no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-04-2023 15:09. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



### ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

### DESPACHO n. 00833/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.013723/2022-61

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

ASSUNTOS: Rádio comunitária. Autorização.

Aprovo o <u>PARECER n. 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU</u> <u>nos termos do DESPACHO n. 00816/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.</u>

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 24 de abril de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115013723202261 e da chave de acesso 612dd92f



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1152920237 e chave de acesso 612dd92f no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 24-04-2023 18:10. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### NOTA TÉCNICA Nº 5047/2023/SEI-MCOM

Processo nº: 53115.013723/2022-61.

Assunto: REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Formosa/GO, em atendimento ao Edital nº 30/2022, publicado no Diário Oficial da União de 29/03/2022.

**ANÁLISE** 

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 24/05/2022, via Plataforma Digital LECOM, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
QUADRO DIRETIVO
Presidente: José Antônio Neves Cavalheiro
Secretário: Marcos Vinicius de Paula Ornelas
Tesoureiro: Flavio Rodrigues da Cruz
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: AVENIDA C, QD 24, Nº 15 - VILA VERDE
Coordenadas geográficas: 15°32'57"S de latitude e 47°18'09"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: AVENIDA C, QD 24, Nº 15 - VILA VERDE



- 3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 30/05/2022.
- 4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	10602195
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	9915265
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	9915263
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	9915264
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade dos dirigentes.	9915257, 9915259 e 9915261
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	9915267, 9915268 e 9915269
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	9915266
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	10642438 Despacho Técnico de Aprovação: 10807143
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	10841188



10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	10841188
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	10841188
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	10841188
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	10841188
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	10841282 e 10841304

- 5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7°, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.
- 6. De acordo com o Despacho COATA\_MCOM\_ENG (10807143), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7°, parágrafo único da Lei n° 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (10807133).
- 7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (10841191).

CONCLUSÃO



Comunitária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, **Assistente Técnico**, em 03/04/2023, às 17:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto</u> nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por Weronica de Jesus Leite, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta, em 03/04/2023, às 17:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/04/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://super.mcom.gov.br/sei/verifica">https://super.mcom.gov.br/sei/verifica</a>, informando o código verificador 10841327 e o código CRC 3388401D.

### Minutas e Anexos

Minuta de Exposição de Motivos (10841392)

Minuta de Portaria (10841400)

**Referência:** Processo nº 53115.013723/2022-61 Documento nº 10841327



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 31 de maio de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, SALEG

ASSUNTO: Trata-se da Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.237.564/0001-43, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Formosa/GO, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 157 2023 MCOM.

Att,

### Carlos Henrique T. Botelho GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, **GSISTE NI**, em 31/05/2023, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4298816** e o código CRC **CBC2B90B** no site: <a href="https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0</a>

**Referência:** Processo nº 53115.013723/2022-61

SUPER nº 4298816





OFÍCIO № 1723/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 157/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 157/2023 (4298808), do Ministério das Comunicações, referente à "Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃ COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.237.564/0001-43, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Formosa/GO, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998".

Atenciosamente,

### TALITA NOBRE PESSOA Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa**, **Chefe de Gabinete**, em 31/05/2023, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4299081** e o código CRC **68836B8F** no site: <a href="https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0</a>

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.013723/2022-61

SUPER nº 4299081

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br



# 1ee2d27a-d585-4110-acd0-be5f2f96f635

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Casa Civil Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: EM nº 157/2023 MCOM (4298808) e anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

Assunto: Processo nº 53115.013723/2022-61, que veicula a portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.237.564/0001-43, explore prazo de dez anos o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Formosa/GO, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição Federal e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Trâmites: Despacho DIPUBL/CODOC/DILOG/SA/SE/CC/PR2∜8816) para os protocolos da SAJ/CC/PR, SAG/CC/PR e CC/P®FÍCIO № 1723/2023/GM/CC/PR (4299081) para a SE/CC/PR.

Concluir o registro na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo encontra-se em análise na SAJ/CC/PR e SAG/CC/PR, unidades con competência para o assunto.

### DUNCAN FRANK SEMPLE Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple**, **Subsecretário(a)**, em 01/06/2023, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4304503** e o código CRC **2B0117C6** no site: <a href="https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador">https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador</a> externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0

 Referência:
 Processo nº 53115.013723/2022-61
 SUPER nº 4304503





### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### CASA CIVIL

### SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.013723/2022-61

### Nota SAJ - Radiodifusão nº 118 / 2025 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	
	Serviço de Radiodifusão	
Assunto:	Outorga de radio comunitária (RadCom).	
	Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).	
Processo nº:	53115.013723/2022-61	

Senhora Secretária Especial Adjunta,

### I - RELATÓRIO

- 1. Trata-se do processo nº 53115.013723/2022-61, com **outorga** expedida por meio da **Portaria MCOM nº 9.235/2023** para exploração do serviço de <u>radiodifusão comunitária</u>, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO MAIS FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 46.237.564/0001-43, na localidade de **Formosa/GO**.
- 2. Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de *radiodifusão comunitária* a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência[1] e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- 3. Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- 4. O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo de início da execução do serviço.
- 5. Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- 6. Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Presidente da República.
- 7. É o relatório.

### II - ANÁLISE

8. Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial o <u>ato</u> do Ministro das Comunicações que **outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, expedido nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612/1998.



Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente

instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

- 10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concedente deve publicar comunicado de habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.
- 11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos listados no § 2º do art. 9º da mencionada Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrado; ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioridade dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.
- 12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço e seja atestada a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade, conforme preconiza o § 3º do art. 9º da Lei nº 9.612/1998. Do contrário, o poder concedente deverá promover o entendimento entre as entidades interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, o Poder Concedente deverá agir nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidir mediante sorteio.
- 13. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de autorização do serviço ao interessado. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM**atestou a viabilidade jurídica para a outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.
- 14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de outorga.
- 15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão RSR indica[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.
- 16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4°, CF-1988"[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.
- 17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.
- 18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão [4]. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.
- 19. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

### III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.013723/2022-61, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988.

### **GABRIELA FERREIRA GOMES**

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República



### DE ACORDO.

### **DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

### APROVO.

### MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Lu\(\mathbb{Z}\). regime jurídico-constitucional da radiodifus\(\alpha\) o e das telecomunica\(\alpha\)os no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais. Revista de Informa\(\alpha\)o Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes**, **Estagiário(a)**, em 04/02/2025, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 06/02/2025, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 06/02/2025, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a), em 07/02/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6368149** e o código CRC **D86D2222** no site: <a href="https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0</a>

Referência: Processo nº 53115.013723/2022-61

SEI nº 6368149





### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

# Casa Civil Secretaria Especial de Análise Governamental Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão № 33/2025/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI №: 53115.013723/2022-61.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00157/2023 MCOM, de 22 de maio de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Outorga de autorização de serviço de radiodifusão comunitária no município de Formosa/GO.

- 1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00157/2023 MCOM (4293251), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.013723/2022-61, acompanhado da Portaria nº 9.235, de 25 de abril de 2023, que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, no município de Formosa, Goiás, sem direito à exclusividade, para a Associação Mais FM de Radiodifusão Comunitária inscrita no CNPJ sob o nº 46.237.564/0001-43, de acordo com disposto na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária [1].
- 2. Conforme o disposto no inciso II do art. 9º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, compete ao Ministério das Comunicações expedir ato de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária Menciona-se, ainda, que a permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares, conforme destacado na portaria de outorga.
- 3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico № 00241/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU/4293243), de 22/04/2023, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de outorga de autorização.
  - Nota Técnica nº 5047/2023/SEI-MCOM de 04/04/2023 (4298815), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM) que: (i) registra, no item 4, que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação; e (ii) se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga de autorização, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, e dos arts. 19 e 20 do Decreto nº 2.615, de 1998.
- 4. Observa-se, ainda, que os registros administrativos da entidade devem ser mantidos no <u>Sistema de Controle de Radiodifusão -SRD<sup>[2]</sup></u>, da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL, que disponibiliza acesso aos ados do canal (4293249). Apesar do Relatório do Canal constar a Situação: "*Entidade com situação não regular na Receita Federal*", registre-se que consulta à situação cadastral do CNPJ da entidade (6525516) e à Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Divida Ativa da União (6525522), realizada em 26/03/2025, informa que a entidade não possui pendências junto à Receita Federal do Brasil, de forma que não óbice para o prosseguimento do processo.
- 5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o <u>Quadro de Sócios</u> <u>e Administradores QSA</u> da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



CNPJ:

46.237.564/0001-43

NOME EMPRESARIAL: CAPITAL SOCIAL: ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: JOSE ANTONIO NEVES CAVALHEIRO

Qualificação: 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

- 6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de outorga de autorização; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR)não tem óbices ao prosseguimento do feito, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão<sup>[3]</sup>.
- 7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal, sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

### **JEFFERSON MILTON MARINHO**

Assessor (SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

### **BRUNO DE CARVALHO DUARTE**

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC (SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

### **BRUNO MORETTI**

Secretário Especial de Análise Governamental (SAG/CC/PR)



<sup>[1]</sup> Aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

<sup>[2]</sup> O <u>Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD</u>) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

<sup>[3]</sup> Aprovado pelo <u>Decreto n<sup>o</sup> 52.795, de 31 de outubro de 1963</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho**, **Assessor(a)**, em 10/04/2025, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 10/04/2025, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti**, **Secretário(a) Especial**, em 11/04/2025, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6419093** e o código CRC **53BCB2F2** no site: <a href="https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0</a>

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.013723/2022-61

SEI nº 6419093

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958 CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br





### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.237.564/0001-43 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRICAO E DE SITUACAO		AÇÃO DATA DE ABERTURA 20/04/2022	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO MAIS FM	DE RADIODIFUSAO COMUNITA	ARIA		
TTULO DO ESTABELECIMENTO	D (NOME DE FANTASIA)		PORTE <b>DEMAIS</b>	
	//DADE ECONÔMICA PRINCIPAL associativas não especificadas	anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS AT <b>Não informada</b>	IVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS			
código e descrição da nat 399-9 - Associação Priv				
OGRADOURO AV C		NÚMERO COMPLI 15 QUAD	EMENTO RA24	
73.808-325	BAIRRO/DISTRITO PARQUE VILA VERDE	MUNICÍPIO FORMOSA	UF GO	
ENDEREÇO ELETRÔNICO GLOBALCONT.01@UOL.COM.BR		TELEFONE (61) 3631-0887		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ *****	VEL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/04/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	TRAL			
			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/03/2025** às **11:22:28** (data e hora de Brasília).







# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO MAIS FM DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA

CNPJ: 46.237.564/0001-43

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:58:32 do dia 26/03/2025 <hora e data de Brasília>. Válida até 22/09/2025.

Código de controle da certidão: **60E0.BD0B.B9FE.CC7B** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

